



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
Câmpus Universitário de Três Lagoas  
Programa de Pós-Graduação em Letras



**NAYRA MODESTO DOS SANTOS NUNES**

**CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE NA  
INTERAÇÃO JUIZ E RÉU: A CONSTRUÇÃO  
DA INFORMATIVIDADE E INTENCIONALIDADE NO  
TEXTO FALADO NO TRIBUNAL DE JÚRI**

**TRÊS LAGOAS – MS  
2022**



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
Câmpus Universitário de Três Lagoas  
Programa de Pós-Graduação em Letras



**NAYRA MODESTO DOS SANTOS NUNES**

**CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE NA  
INTERAÇÃO JUIZ E RÉU: A CONSTRUÇÃO DA  
INFORMATIVIDADE E INTENCIONALIDADE NO TEXTO  
FALADO NO TRIBUNAL DE JÚRI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo

**TRÊS LAGOAS – MS  
AGOSTO/2022**



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
Câmpus Universitário de Três Lagoas  
Programa de Pós-Graduação em Letras



**NAYRA MODESTO DOS SANTOS NUNES**

**CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE NA INTERAÇÃO JUIZ E RÉU: A CONSTRUÇÃO  
DA INFORMATIVIDADE E INTENCIONALIDADE NO TEXTO FALADO NO  
TRIBUNAL DE JÚRI**

BANCA EXAMINADORA

---

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Titular: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ulisses Tadeu Vaz de Oliveira  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Titular: Profa. Dra. Solange de Carvalho Fortilli  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Titular: Profa. Dra. Leticia Jovelina Storto  
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

---

Titular: Profa. Dra. Cláudia Cristina Ferreira  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

---

Suplente interno: Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Suplente externo: Profa. Dra. Eliane Vitorino de Moura Oliveira  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Três Lagoas/MS, 31 de agosto de 2022

*Com amor e gratidão a Deus, condutor da minha trajetória!*

*Ao meu querido esposo e à minha família,*

*Dedico.*

## AGRADECIMENTOS

Com lágrimas nos olhos e gratidão no coração, externalizo:

À Vanessa Hagemeyer Burgo, a quem, muito além da orientação da tese, sempre com seu olhar humano e presente, incentivou-me nos âmbitos profissionais e acadêmicos.

Aos professores da Banca de Qualificação, doutores Ulisses Tadeu Vaz de Oliveira e Solange de Carvalho Fortilli, pelas contribuições precisas e substanciais.

Aos professores da Banca Examinadora na Defesa, doutores Ulisses Tadeu Vaz de Oliveira, Solange de Carvalho Fortilli, Cláudia Cristina Ferreira e Letícia Jovelina Storto, pelo carinho em ler este trabalho e realizar suas considerações.

A todos os docentes, discentes e funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Três Lagoas.

À CAPES, por ter financiado parcialmente este trabalho, por meio da concessão de bolsa de estudo.

Ao Juiz de Direito José de Andrade Neto, criador do projeto “Audiências *on-line*”, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço, ainda, ao meu amado esposo Jociel Nunes da Silva, por sempre estar comigo, incentivar-me em tudo e confiar em mim. Reconheço que seu apoio foi fundamental!

À minha base familiar: meus pais, Tereza e José; meus sogros, Maria de Jesus e Joel; aos meus irmãos de sangue e de coração, Nayara, Nathan, Everton e Eduardo; aos meus sobrinhos e à minha família em geral: Modesto, Santos e Nunes.

À família do coração: Suely, Mauro, Claudia Poliana e Letícia. Sou grata pela companhia, conversas e comentários divertidos. Em especial, Poli, agradeço por

todas suas dicas maravilhosas, livros, parcerias nos trabalhos, viagens acadêmicas, sobretudo, pela nossa amizade.

Aos amigos Lydyane, Maria Izabel, Rosângela e Wellington Rodrigo, pelo companheirismo, cafés e vivências. Com vocês, todo este processo tornou-se mais leve!

A Deus, por me conduzir nesta trajetória e no decorrer da minha vida, ter me agraciado com esta oportunidade e por conceder mais este desejo do meu coração.

Enfim, àqueles que aqui não mencionei, mas que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização desta pesquisa, com muito carinho, expresso minha gratidão!

*“O texto é um sistema atualizado de escolhas extraído de sistemas virtuais entre os quais a língua é o sistema mais importante” (BEAUGRANDE, 1997).*

NUNES, Nayra Modesto dos Santos. **Critérios de textualidade na interação juiz e réu: a construção da informatividade e intencionalidade no texto falado no tribunal de júri.** Orientadora: Vanessa Hagemeyer Burgo. 2022. 167 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022.

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a construção dos critérios de textualidade, entendidos como propriedades que asseguram que um enunciado seja texto, conforme desenvolvidos por Beaugrande e Dressler (1981), Beaugrande (2011), Costa Val (2006), Koch (2016 e 2017) e Marcuschi (2008), com foco textual na microdiscursividade da construção do texto falado pela interação entre juiz e réu, por meio de audiências judiciais reais, de instrução e julgamento, perante o tribunal de júri, em lides de homicídio e tentativa de homicídio. Consideramos o contexto das audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, o qual acaba por revelar uma organização textual peculiar, característica nesse público especial, determinando o desenvolver da atividade interacional entre juiz e réu. Dessa maneira, as perguntas de pesquisa que nos guiaram nos textos analisados foram: (i.) Como as propriedades do texto se inter-relacionam no tribunal de júri, na peculiaridade dessa situação de comunicação? (ii.) Do ponto de vista da combinação das propriedades, que são do texto, o que fica mais relevante e diferencia a situação discursiva no tribunal de júri de qualquer outra situação? Para tanto, propomos a análise de quatro audiências judiciais reais, tidas como *corpus*, por meio de gravações de domínio público disponibilizadas em áudios e vídeos na plataforma digital intitulada “Audiências *on-line*”, realizadas no Plenário do tribunal de júri na Comarca de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, em período compreendido entre o final de 2016 e o início de 2017. Para tanto, consideramos a língua em uso, possibilitando, assim, a pesquisa com fundamentação teórica pela perspectiva do estudo linguístico atrelado às áreas de interface Análise da Conversação – com relação aos processos constitutivos do texto falado; Linguística Textual – com base nos critérios de textualidade; e Linguística Forense – referindo-se à linguagem e à lei. Em suma, vemos de que modo os critérios de textualidade se organizam nos textos do gênero audiências de instrução e julgamento perante o tribunal do júri e partimos da hipótese de que nesse gênero e situação comunicativa, a construção da informatividade e intencionalidade em interação com alguns processos constitutivos do texto é peculiar. Assim, detectamos as finalidades específicas que essa situação enseja na sua elaboração. O procedimento metodológico para transcrição, compilação e análise dos dados está respaldado na abordagem empírico-indutiva, visto que os textos analisados foram obtidos em situação real de interação e partiram do exame das ocorrências para as interpretações qualitativas. À vista disso, realizamos a transcrição das audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, de acordo com as normas sugeridas pelo Projeto Norma Urbana Culta (NURC) núcleo USP, coordenado por Preti (2008), e procedemos à seleção dos excertos para verificar o processo decorrente, a partir da (re)construção dos fatos, pelas categorias analíticas dos critérios de textualidade na construção da informatividade e intencionalidade entrelaçados a processos que organizam a língua falada e, sobretudo, permitem que os interactantes atinjam seus propósitos comunicativos. Junto às categorias de análise, os objetivos específicos visam buscar materialidade textual na construção da informatividade e intencionalidade; e averiguar a interação da informatividade e intencionalidade com alguns processos constitutivos do texto. O resultado aponta que no gênero, audiências do tribunal de júri, é característica manifestações que sistematizam as propriedades e processos resultantes da construção no texto falado, por sua dimensão interacional, uma vez que servem à reflexão da Linguagem, Direito e Sociedade.

**Palavras-chave:** Análise da Conversação. Linguística Textual. Linguística Forense. Gênero Audiência de instrução e julgamento. Textualidade.

## ABSTRACT

This work aims to analyse the construction of textuality criteria, understood as properties that ensure that an utterance is text, as developed by Beaugrande and Dressler (1981), Beaugrande (2011), Costa Val (2006), Koch (2016 and 2017) and Marcuschi (2008), with textual focus on the microdiscursivity of the construction of the spoken text by the interaction between judge and defendant, through real judicial hearings, of investigation and trial, before the jury, in cases of homicide and attempted homicide. We consider the context of the hearings before the jury, which ends up revealing a peculiar textual organization, characteristic in this special audience, determining the development of the interactional activity between judge and defendant. Thus, the research questions that served as a guide in the analysed texts were: (i.) How do the properties of the text interrelate in the jury court, in the peculiarity of this communication situation? (ii.) From the point of view of the combination of the properties, which are of the text, what becomes more relevant and differentiates the discursive situation in the jury court from any other situation? To this end, we propose the analysis of four real judicial hearings, taken as corpus, through public domain recordings made available in audios and videos on the digital platform entitled “Audiências *online*”, held in the Plenary of the jury court in the District of Campo Grande, state of Mato Grosso do Sul, in the period between the end of 2016 and the beginning of 2017. Therefore, we consider the language in use, thus enabling research with theoretical framework from the perspective of linguistic study related to the areas of interface Conversation Analysis – in relation to the constitutive processes of the spoken text; Textual Linguistics – based on the criteria of textuality; and Forensic Linguistics – referring to language and law. In short, we see how the textuality criteria are organized in the texts of the genre instruction and judgment hearings before the jury and we start from the hypothesis that in this genre and communicative situation, the construction of information and intentionality in interaction with some constitutive processes of the text is peculiar. Thus, we detect the specific purposes that this situation has in its elaboration. The methodological procedure for data transcription, compilation and analysis is supported by the empirical-inductive approach, since the analysed texts were obtained in a real interaction situation and started from the examination of the occurrences for qualitative interpretations. In view of this, we transcribed the hearings of instruction and trial before the jury court, according to the rules suggested by the Project Urban Standard Culta (NURC) USP nucleus, coordinated by Preti (2008), and proceeded to the select the excerpts to verify the process resulting, from the (re)construction of the facts, by the analytical categories of textuality criteria in the construction of information and intentionality intertwined with processes that organize the language and, above all, allow interactants to achieve their communicative purposes. Together with the categories of analysis, the specific objectives aim to seek textual materiality in the construction of information and intentionality; and to investigate the interaction of information and intentionality with some processes constituting the text. The result points out that in gender, jury court hearings, it is characteristic manifestations that systematize the properties and processes resulting from the construction in the spoken text, due to its interactional dimension, since they serve the reflection of Language, Law and Society.

**Keywords:** Conversation Analysis. Textual Linguistics. Forensic Linguistics. Evidentiary and trial hearings genre. Textuality.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Visão geral do plenário do tribunal de júri.....	40
<b>Imagem 2</b> – Localização dos participantes na audiência do tribunal de júri.....	41

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1</b> – Linguística textual e suas ramificações.....	30
<b>Ilustração 2</b> – Classificação dos recursos expressivos na língua falada.....	36
<b>Ilustração 3</b> – Distribuição dos critérios gerais de textualidade.....	48

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Síntese dos critérios de textualidade e sua função.....	50
<b>Quadro 2</b> – Convenções para transcrição.....	65
<b>Quadro 3</b> – Categorias de análise.....	68

## LISTA DE GRÁFICO

**Gráfico 1** – Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita. 34

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1</b>	<b>ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO, LINGUÍSTICA TEXTUAL E LINGUÍSTICA FORENSE: ZONAS DE INTERSECÇÃO</b> .....	21
1.1	Visão de texto e produção textual.....	28
1.2	Especificidades da fala e escrita .....	33
<b>2</b>	<b>GÊNERO E CONTEXTO</b> .....	38
2.1	Audiências de instrução e julgamento.....	38
2.2	Papéis atuacionais .....	40
<b>3</b>	<b>CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE</b> .....	46
3.1	Coesão.....	52
3.2	Coerência.....	53
3.3	Intencionalidade: uma categoria analítica .....	56
3.4	Aceitabilidade.....	57
3.5	Situacionalidade.....	58
3.6	Informatividade: uma categoria analítica.....	59
3.7	Intertextualidade.....	60
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	62
4.1	Procedimentos metodológicos para transcrição e compilação dos dados	62
4.2	Procedimentos metodológicos para análise dos dados.....	66
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	69
5.1	Construção da informatividade e intencionalidade na interação juiz e réu no texto falado no tribunal de júri .....	69
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	115
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118

<b>APÊNDICES</b> .....	122
APÊNDICE A – Memorial descritivo.....	123
APÊNDICE B – Transcrição da audiência de júri popular 01.....	128
APÊNDICE C – Transcrição da audiência de júri popular 02.....	136
APÊNDICE D – Transcrição da audiência de júri popular 03.....	141
APÊNDICE E – Transcrição da audiência de júri popular 04.....	153
<b>ANEXOS</b> .....	162
ANEXO A – Plataforma do sítio “audiências <i>on-line</i> ”.....	163
ANEXO B – Peças do processo do júri popular 01.....	164
ANEXO C – Peças do processo do júri popular 02.....	165
ANEXO D – Peças do processo do júri popular 03.....	166
ANEXO E – Peças do processo do júri popular 04.....	167

## INTRODUÇÃO

Há na literatura sobre as áreas, uma espécie de consenso sobre a existência dos critérios de textualidade dentre os quais, julgamos importante ao objeto a informatividade e intencionalidade, assim como há processos constitutivos do texto, que são vários, a depender do desdobramento teórico, que dentre eles, selecionamos alguns, que tendem a se fazer mais presentes no gênero audiência. À vista disso, colocamos em evidência o papel dos interactantes juiz e réu como parceiros comunicativos.

Colocadas tais considerações, partimos da tese de que alguns processos sustentam mais os critérios de textualidade, alguns os de informatividade, e outros, o de intencionalidade, ou seja, existe materialidade de uma estratégia constitutiva do texto que é de interesse para este trabalho. Desse modo, destacamos que há falta de pesquisas nos moldes da que desenvolvemos aqui, pela metodologia e pela temática escolhidas. Assim, ressaltamos a importância da construção da informatividade e intencionalidade no contexto em questão, pois os desdobramentos desta pesquisa podem ajudar no âmbito da Linguagem, Direito e Sociedade.

Sobre o procedimento teórico-metodológico, a abordagem teórica que embasa este trabalho relaciona as seguintes áreas de interface: Análise da Conversação – mediante o suporte teórico dos autores Burgo (2009), Campos (1989), Galembeck (1999 e 2005), Galembeck e Carvalho (1997), Fávero (2006), Fávero e Andrade (2006), Fávero, Andrade e Aquino (2007), Fornel e Verdier (2020), Kerbrat-Orecchioni (2006), Koch (2017), Marcuschi (1986, 1988, 1995, 2002, 2004, 2008 e 2015), Preti (2008), Silva (2006) e Urbano (2002 e 2005), considerando os processos constitutivos do texto falado, os quais contribuíram para a análise e discussão dos dados; Linguística Textual – pelos pesquisadores Beaugrande e Dressler (1981), Beaugrande (2011), Bentes e Leite (2010), Costa Val (2006), Koch (2016 e 2017), Koch e Travaglia (2007) e Souza, Penhavel e Cintra (2017), que versam sobre a visão de texto e produção textual, bem como a respeito dos critérios de textualidade, especificamente os de informatividade e intencionalidade, tidos como categorias analíticas; e a Linguística Forense – com relação à linguagem e à lei, apresentadas pela perspectiva dos autores Caldas-Coulthard (2014 e 2016), Colares (2008), Coulthard (2014), Gibbons (2014) e Petri (2009).

Vemos, atualmente, o crescimento da pesquisa em Análise da Conversação, especialmente sobre a língua falada, não só na perspectiva do ensino e aprendizagem, mas também associada a Tradução e Linguística Forense.

Para aproximar o tema central dos critérios de textualidade na interação juiz e réu na busca pela construção da informatividade e intencionalidade no texto falado no tribunal de júri, lançamos mão de uma estratégia para evitar a grande quantidade de audiências que se produzem dia a dia: selecionamos audiências específicas e restritas, nesse caso as audiências de instrução e julgamento<sup>1</sup> perante o tribunal de júri<sup>2</sup>.

A partir da revisão da literatura, percebemos que alguns trabalhos (Souza, 1999), (Rocha e Silva, 2017), (Toscano e Oliveira, 2014) e (Gomes e Aquino, 2017) têm o mesmo viés temático, porém partimos da premissa de que foram examinados em diferentes níveis e graus de detalhe, com diferentes propósitos teóricos. Trata-se, então, de obras estudadas por uma abordagem em diferente perspectiva, uma vez que nenhuma produção contemplou a construção da informatividade e intencionalidade no texto falado no tribunal de júri.

Na revisão da literatura, encontramos, sobretudo, estudos sobre o tema dos critérios de textualidade relacionados ao contexto escolar, os quais têm demonstrado entrelaçamento inevitável entre essas propriedades na produção do texto, conforme apresentado por Souza (1999) e Rocha e Silva (2017).

Acerca da perspectiva entre a linguagem e o (extra)jurídico, os estudos perpassam a responsabilidade enunciativa no texto jurídico, com relação à decisão judicial condenatória, veiculadas as pesquisas de Toscano e Oliveira (2014) e Gomes e Aquino (2017). De acordo com a revisão da literatura, a fim de identificar a originalidade desta pesquisa, observamos que, em geral, os temas encontrados são mais voltados para a educação em contexto de ensino e aprendizagem, bem como para aspectos (extra)jurídicos que vão além da pena, refletidos pela linguagem na sentença judicial condenatória.

Conforme apresentamos acima, não houve o emprego das normas de transcrição sugeridas por Preti (2008) em nenhum dos trabalhos descritos, portanto,

---

<sup>1</sup> A audiência de instrução e julgamento é uma sessão de tribunal de júri, segundo Houaiss (2011, p. 96), pelo “ato de ouvir ou de dar atenção a quem fala”, a fim de obter esclarecimentos e mais informações dos fatos, ou seja, “audiência de um tribunal perante o juiz” (p. 565).

<sup>2</sup> O tribunal de júri é o “lugar em que se realizam audiências” de instrução “e se fazem os julgamentos” (HOUAISS, 2011, p. 927).

não compartilhamos do mesmo *corpus* de pesquisa e da transcrição descrito nesses trabalhos, visto que nenhum estudo utilizou como fonte de dados as audiências judiciais, como as que selecionamos e transcrevemos para esta pesquisa. Outro ponto é que nenhuma dessas pesquisas enfatizou a construção da informatividade e intencionalidade na interação juiz e réu no contexto específico do tribunal de júri.

Nesta pesquisa, o *corpus*, em termos de recorte, consistiu na seleção de excertos extraídos das quatro audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, que foram disponibilizadas por meio da gravação de áudios e vídeos na plataforma “Audiências *on-line*”. Os excertos selecionados para análise abrangem elementos de natureza verbal – proferido por palavras e expressões linguísticas. Existem, ainda, elementos de natureza não verbal – prosódicos ou suprasegmentais –, mas, como o arcabouço das teorias que usamos nem sempre os contemplava, eles não foram considerados em análise.

Tais audiências se referem a lides de homicídio e tentativa de homicídio, essa tipificação do crime que analisamos é particular e determinante aos resultados dessa pesquisa, a fim de entender as realidades discursivas e textuais que compõem esse gênero. As quatro audiências são descritas como:

- júri popular 01: com duração de 4 horas, 16 minutos e 5 segundos, em que, segundo a denúncia, o réu “agiu impelido por motivo fútil, vez que tentou matar a vítima em razão de uma discussão tida anteriormente” (Ação penal, tentativa de homicídio duplamente qualificado);

- júri popular 02: com duração de 1 hora, 45 minutos e 17 segundos, em que o réu é denunciado por crime de motivo fútil, “uma vez que agiu de maneira desproporcional, ceifando a vida da vítima pela simples razão desta ter lhe chamado atenção durante uma discussão banal em família” (Ação penal, homicídio duplamente qualificado);

- júri popular 03: com duração de 5 horas, 44 minutos e 11 segundos, em que “os denunciados, na prática de homicídio, se utilizaram de recurso que dificultou a defesa do ofendido”, pois a “vítima foi abordada em sua casa e quando não esperava o ataque, tendo inclusive sido atingida pelo disparo nas costas” (Ação penal, homicídio duplamente qualificado e constrangimento ilegal);

- júri popular 04: com duração de 3 horas, 6 minutos e 19 segundos, em que a vítima “proferiu diversas ameaças ao casal” e, após discussão, “o denunciado

efetuou disparos de arma de fogo contra a vítima” (Ação penal, homicídio simples na forma tentada).

O interesse por esta pesquisa surgiu da necessidade de compreender como os critérios de textualidade se organizam nos textos do gênero audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, a fim de identificar as finalidades específicas que essa situação enseja na sua elaboração. Por esse motivo, a pesquisa é importante, mas também porque faltam análises sob uma perspectiva sistemática dos critérios de textualidade na língua falada no contexto jurídico. Em razão disso, as áreas de interface Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense são indicadas como teorias para análise das propriedades e dos processos constitutivos do texto falado no tribunal de júri.

Logo, o objetivo da pesquisa é analisar os critérios de textualidade na construção do texto falado no tribunal de júri, descrevendo o comportamento linguístico dos falantes e o modo como as escolhas linguísticas organizam a língua falada e atingem seus propósitos comunicativos, realizados pelos falantes em seus papéis atuacionais, especificamente juiz e réu. Para alcançar esse objetivo, respondemos, nos textos analisados, às seguintes perguntas de pesquisa: (i.) Como as propriedades do texto se inter-relacionam no tribunal de júri, na peculiaridade dessa situação de comunicação? (ii.) Do ponto de vista da combinação das propriedades, que são do texto, o que fica mais relevante e diferencia a situação discursiva no tribunal de júri de qualquer outra situação? Partimos, então, para a hipótese de que os critérios de textualidade nesse tipo de interação são peculiares, que algumas das propriedades são mais fortemente marcadas do que de outras.

Optamos pelo gênero audiência de instrução e julgamento perante o tribunal de júri como *corpus* em função de haver poucos estudos relacionando a Análise da Conversação e a Linguística Textual em ambiente forense. Dessa forma, é necessário entender, pela (re)construção dos fatos, como se comportam linguisticamente o réu e o juiz no momento de interação dentro do tribunal de júri.

Assim, buscamos contribuir linguisticamente para o campo forense e, conseqüentemente, para os atores envolvidos no aspecto das audiências judiciais, isto é, a sociedade em geral, a fim de discutir as questões linguísticas levadas até o direito público, de modo a refletir sobre o entrelaçamento entre as Letras e o Direito.

Com relação à estruturação da pesquisa, a tese está estruturada por cinco seções.

Na seção um, intitulada *Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense: zonas de intersecção*, apresentamos os fundamentos teóricos desta pesquisa, listados a partir da Análise da Conversação em interface com a Linguística Textual e Forense como campos que, somados, contribuem para entender a língua falada e sua conexão textual. Desse modo, elas auxiliam o direito público e, conseqüentemente, a sociedade, na resolução de suas problemáticas em ambiente forense. Abordamos, ainda, a visão de texto e produção textual, bem como as especificidades da fala e escrita.

Em *Gênero e contexto*, seção dois, para avaliar o processo de construção do texto falado, especificamente no que tange aos interactantes, nesse caso, com ênfase nas falas do juiz e do réu, apresentamos os papéis atuacionais nas audiências de instrução e julgamento no tribunal de júri.

Em continuidade, na seção três, nomeada *Crítérios de textualidade*, fundamentada nos autores Beaugrande e Dressler (1981), Beaugrande (2011), Costa Val (2006), Koch (2016 e 2017) e Marcuschi (2008), com conceitos norteadores para o desenvolvimento da pesquisa. Ressaltamos as propriedades do texto, a saber: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade, entre as quais consideramos os critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade como categorias analíticas.

Em seguida, apresentamos na seção quatro a *Metodologia*, em que descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados para efetuar a transcrição e compilação dos dados, bem como os procedimentos metodológicos para análise dos dados, a fim de desempenhar o processo de análise.

Na seção cinco, *Análise e discussão dos dados*, partimos, em exame pormenorizado, da análise das propriedades do texto, em específico da construção da informatividade e intencionalidade na interação entre os parceiros comunicativos juiz e réu no texto falado no tribunal de júri, e descrevemos o modo peculiar como vão se organizando de uma forma aderente à situação.

Por fim, em *Considerações Finais*, divulgamos a contribuição com as áreas, a fim de provocar reflexões acerca do processo linguístico da Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense no direito público, o que, de modo geral, pode repercutir no universo da Linguagem e Direito.

## 1 ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO, LINGUÍSTICA TEXTUAL E LINGUÍSTICA FORENSE: ZONAS DE INTERSECÇÃO

Por se tratar de um estudo linguístico, no início, relacionamos algumas concepções de língua(gem), em que as definições variam de acordo com a postura teórica que o linguista adota, ou seja, não são absolutas. Pela concepção interacional, notamos uma língua viva que nasce da necessidade de interação em sua dinâmica de execução.

Esta, continuamente, modifica-se para cumprir novas necessidades comunicativas. E, é por possuir concepções diferentes de língua(gem) que as metodologias se distinguem. Dentro da concepção de língua(gem) “Como atividade interindividual, o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, deve ser visto também como uma *atividade* tanto de caráter linguístico, como de caráter sociocognitivo” (KOCH, 2016, p. 31, grifo da autora).

A partir de Barbisan (2013) destacamos que a linguagem, por ser extremamente complexa e multifacetada, pode ser explicada por uma multiplicidade de teorias linguísticas. Para tanto, estabelecemos a perspectiva teórica da Análise da Conversação (doravante AC) em relação de interface com a Linguística Textual (LT).

A análise da conversação de inspiração etnometodológica, desde o seu início, propõe análises sequenciais a partir de dados gravados e transcritos de acordo com procedimentos precisos. Esses dados são em geral compilados pessoalmente por um pesquisador (ou um grupo de pesquisadores) segundo métodos de investigação fundamentados, em função dos objetos que desejam estudar. Acontece com frequência que se obtenha um corpus substancial, uma vez que nenhuma limitação de tamanho é dada à coleta (FORNEL; VERDIER, 2020, p. 2).

Assim, a AC observa e considera o contexto social das interações coletadas mediante gravação e transcrição, e em linhas gerais, salientamos que “O objetivo da análise conversacional é, precisamente, explicitar as regras que sustentam o funcionamento das trocas comunicativas de todos os gêneros”, dado que visa “decifrar a “partitura invisível” que orienta (sempre deixando uma ampla margem de improvisação) o comportamento daqueles que se encontram engajados nessa atividade polifônica complexa que é a condução de uma conversação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 15).

Deste modo, notamos que a AC se preocupa com a investigação e descrição da interação social mediada pela língua falada. Nela, a língua falada é considerada um processo de construção local, que possui autenticidade e imprevisibilidade.

A AC está empenhada em descobrir a organização social endógena das atividades desempenhadas nos contextos cotidianos, considerando que a interação social é coletivamente organizada pelos interactantes.

O pressuposto básico da AC é o de que *a conversação é um sistema organizado* e nada em relação às ações dos interactantes é randômico (SOUZA; PENHAVEL; CINTRA, 2017, p. 321, grifos dos autores).

Ocorre crescimento da pesquisa em Análise da Conversação, especialmente, sobre a língua falada não só na perspectiva do ensino e aprendizagem, mas também associada a diversas áreas como Tradução, Pragmática, Semântica, Linguística Textual e Linguística Forense – fomentando reflexões e discussões sobre a necessidade de pesquisar Linguagem e Direito.

Ao considerar que os conceitos se desenvolvem a partir dos padrões dos dados, entendemos à manifestação da língua(gem), em que a Análise da Conversação delinea à consideração de metodologia de análise e prima por estabelecer a língua falada como objeto de estudo. Assim, “[...] ocupam do homem e de sua interação social por meio da linguagem. Em consequência do grande interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem e de processos afeitos a ela, surge (ou ressurge) uma série de questões pertinentes [...]” a serem estudadas pela perspectiva linguística (BENTES; LEITE, 2010, p. 44).

Neste segmento, na língua falada o planejamento e execução se dão concomitantes, de modo que apresentam processos constitutivos do texto, isto é, que gera interação num contexto partilhado entre interactantes e conseqüentemente, efeitos de sentidos, já que “[...] por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões” (KOCH, 2011, p. 170).

Importa destacar que a interação linguística é uma forma de construir argumentos e ocasionar efeitos de sentidos entre os interactantes. Conforme Fornel e Verdier (2020, p. 3), a Análise da Conversação “Trata-se de compreender o que é o discurso em interação e como esse discurso contribui para produzir e reproduzir a ordem social”.

Dado que, pela interação verbal formamos “uma sequência de eventos cujo conjunto constitui um “texto”, produzido coletivamente num contexto determinado” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 62). Neste trabalho, delimitamos o texto produzido de modo coletivo na relação interpessoal entre juiz e réu, no contexto determinado pelo tribunal de júri.

E, pela conversação, reconhecemos processos constitutivos do texto falado, devido seu uso estar atrelado à função correspondente naquele contexto de execução da fala. Assim, “A conversação é vista como a prática social mais comum e como a primeira fonte de interação humana” (BENTES; LEITE, 2010, p. 50).

A seguir, conforme esclareceu:

Por fim, um aspecto relevante quando se usa o termo *conversação* é que *não se trata apenas de interação espontânea no dia a dia, mas também de todas as formas de interação: entre médicos-paciente, no tribunal, em sessões de terapia, na escola, nos aconselhamentos, nas entrevistas, na interação, intercultural, interétnica etc.* A conversação não é um tipo de texto, mas uma constelação de fenômenos tipificáveis relativamente diferenciados quanto às formas de realização e contextos sociais. Eles podem apresentar simetrias e assimetrias sob vários pontos de vista (MARCUSCHI, 1988, p. 322, grifo nosso).

Dessa maneira, ao tentar definir o termo conversação, sempre se recorre a interação, pois nota-se a “[...] conversação como um processo interacional específico, que implica participação conjunta de interactantes na dinâmica evolutiva de um evento comunicativo” (BENTES; LEITE, 2010 p. 93).

Deste modo, sobre a noção de língua adotada, consoante a Marcuschi (2008, p. 61) pode-se dizer que “[...] a língua é um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas”. Em particular, a língua falada imprime marcas, segundo os propósitos comunicativos instituídos no contexto conversacional, resultando, assim, em objetivações históricas. Em outros dizeres, “O texto falado apresenta-se “em se fazendo”, isto é, em sua própria gênese, tendendo, pois, a “pôr a nu” o próprio processo da sua construção”, ao contrário do texto escrito, que há planejamento, processo de rascunho, revisão e correção, ou seja, há possibilidade de “[...] modificar o plano previamente traçado, no texto falado planejamento e verbalização ocorrem simultaneamente, porque o texto falado emerge no próprio momento da interação: ele é o seu próprio rascunho” (KOCH, 2017, p. 103-4).

Conduzimos esta pesquisa com o aporte teórico da Análise da Conversação, envolvendo a Linguística Textual, de modo específico aos critérios de textualidade em relação à constituição do texto falado, pois “[...] o trabalho com o texto não tem um limite superior ou inferior para exploração de qualquer tipo de problema linguístico, desde que na categoria texto se incluem tanto os falados como os escritos” (MARCUSCHI, 2008, p. 51).

Na visão de Koch (2017, p. 164), o texto é “[...] fruto de um processo extremamente complexo de interação social e de construção social de sujeitos, conhecimento e linguagem”. Ainda referente às definições de texto, em acréscimo, o autor pondera:

Com isto, entram na análise do texto tanto as condições gerais dos interlocutores como os contextos institucionais de produção e recepção, uma vez que eles são responsáveis pelos processos de formação de sentidos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas (MARCUSCHI, 2008, p. 103).

Assim, o texto, seja falado ou escrito, denota intenções e construção de sentidos, e conforme Beaugrande (1997, p. 10 *apud* Marcuschi, 2008, p. 72) resume, “O texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”, a fim de gerar unidade de sentido. Para tanto, os interlocutores agem como enunciador e enunciatário, já que “O enunciador realiza atividades linguístico-cognitivas para garantir a compreensão e estimular, facilitar ou causar a aceitação”, enquanto que “Da parte do enunciatário, para que a atividade ilocucional seja bem-sucedida, faz-se necessário que ele compreenda o objetivo do enunciador, aceite esse objetivo e mostre a reação desejada” (KOCH, 2016, p. 22).

Sobre a Linguística Textual e a concepção de texto como produção de sentidos para que haja interação, nas palavras de Bentes e Leite (2010, p. 42):

[...] O contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação. Isto é, na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/ construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação, e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos.

Assim, entendemos que o primordial para Análise da Conversação é a concepção social envolta à construção conversacional, suas funções e o papel do falante. Em geral, “A Análise da Conversação examina os princípios gerais de

constituição do texto falado, mas dá um passo a mais na análise dos textos, ao considerar esses procedimentos no âmbito da construção do processo de interação entre falantes” (BENTES; LEITE, 2010, p. 52).

Identificamos nestas considerações, um diálogo existente entre a Análise da Conversação, “[...] além da corrente etnometodológica, enfatizando sobretudo o aspecto linguístico (p. 54)”, no que se refere ao processo de construção do texto falado, em diálogo com a Linguística Textual, por considerar o texto como unidade de sentido e, conseqüentemente, resultando em interação entre interactantes. Para Bentes e Leite (2010, p. 59), “Esses interactantes são, portanto, os sujeitos da conversação e a eles cabe desenvolver o processo conversacional por meio da interação”.

Desse modo, percebemos um entrelaçamento entre os termos conversação e interação, dado que pressupõe a presença e influência de indivíduos e seus efeitos de sentidos ocasionados uns sobre os outros. “Quanto à concepção social que permeia os estudos conversacionais, observa-se que a Análise da Conversação se preocupa, antes de mais nada, com as relações afetivas entre sujeitos aproximados pela e na conversação” (BENTES; LEITE, 2010, p. 52).

Em específico dos ambientes forenses, a conversação em audiências judiciais, de modo geral, resulta de uma conversação institucional que gera diálogos estimulados, dado que, em grande medida, concentram em depoimentos e questões direcionadas. As conversações são “construções coletivas” feitas de palavras, mas também silêncios e de entonações, de gestos, de mímicas e de posturas, ou seja, de signos de natureza variada (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 36).

Em suma, esta pesquisa se constitui no âmbito dos estudos da Análise da Conversação e da Linguística Textual, de forma contígua entre competência interacional e textual, quanto aos procedimentos linguísticos. Assim, ancoramos nos critérios de textualidade, na qual nos orientamos pelo que propõem Beaugrande e Dressler (1981), Beaugrande (2011), Costa Val (2006), Koch (2016 e 2017) e Marcuschi (2008) em referência aos processos de constituição do texto falado em ambiente forense, especificamente, em audiências judiciais.

O que interessa, assim, ao estudo propriamente linguístico são as formas de organização da linguagem para a realização de fins sociais [...]. Isto é, seu objetivo é verificar *como se conseguem realizar determinadas ações ou interagir socialmente através da linguagem* [...] (KOCH, 2016, p. 13, grifos da autora).

Em se tratando da Linguística Textual, Souza; Penhavel; Cintra (2017, p. 23) pontuam que “A Linguística Textual (LT), ramo da Linguística que tem como objeto o texto”. Referente ao texto, os autores compactuam da premissa da análise de textos tanto escritos, quanto falados.

Em sequência, afirmam que é um grande desafio da Linguística Textual expandir a análise, isto é, não considerar somente o texto, e sim buscar relações entre os textos e a dinâmica social. “Daí que nos deparamos com a necessidade de procurar os enlaces entre a forma como, enquanto linguistas, descrevemos os textos e contribuimos para interpretar nossa sociedade” (SOUZA; PENHAVAL; CINTRA, 2017, p. 60).

De modo geral, os autores salientam que a Linguística Textual, parte da construção do sentido, é “[...] entendida como acionamento de operações de processamento do texto, que se materializam na mobilização de processos variados de construção textual durante a atividade de produção de sentidos” (p. 220).

Desta maneira, visando validar tais colocações, o pesquisador sequencia conceituando:

Sob um ponto de vista mais técnico, a Linguística Textual pode ser definida como o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso (MARCUSCHI, 2008, p. 73).

Igualmente, “Isso porque a Análise da Conversação prioriza a conversação e a Linguística Textual busca dar conta de textos falados e escritos, abarcando as diferentes condições de produção e recepção das duas modalidades” (SOUZA; PENHAVAL; CINTRA, 2017, p. 329). Consoante a tais colocações, vale dizer que a Análise da Conversação (AC) prima pelo comportamento dos interactantes na ordenação da fala, enquanto a Linguística Textual (LT) recai na questão da construção interacional dos sentidos. Por outra forma, os autores relatam:

Um ponto de aproximação entre as duas disciplinas que parece óbvio refere-se ao foco maior: ambas têm o texto como seu objeto de estudo. O compromisso da LT com o texto como unidade de análise fica explícito desde a origem: o “dogma de fé” da LT, como já foi dito acima, é superar a análise transfrástica. Já a AC surge com a preocupação de investigar o sentido da ordem e, até certo ponto, buscando comprovar que a conversação/fala é passível de análise (SOUZA; PENHABEL; CINTRA, 2017, p. 327).

Para explicar sobre os critérios de textualidade na construção da informatividade e intencionalidade, como também alguns processos constitutivos do texto falado, que são peculiares no gênero e no contexto, neste caso, em audiências de instrução e julgamento diante do tribunal de júri para alcançar seus propósitos comunicativos.

Tal aspecto da pesquisa é relevante para o entendimento do que se passa entre os participantes da interação em audiências judiciais. Para tanto, abordamos conceitos advindos da Linguística Forense (LF) em que:

A comunicação perpassa todas as áreas da atividade humana. Sem conhecimento do uso e da aplicação da linguagem, profissionais de todas as áreas têm menos possibilidade de exercer suas profissões de uma maneira competente e eficaz. Apesar de muitas áreas não reconhecerem a importância dos estudos linguísticos, pesquisas interdisciplinares mostram que, na sociedade pós-moderna, o/a profissional que se mostra capaz de entender e analisar como as relações humanas são realizadas [...] sobrepõe-se em sua atuação profissional. Daí a importância da área de Letras, cujo foco principal é a comunicação humana (CALDAS-COULTHARD, 2014, p. 1).

Desse modo, a conexão entre as áreas permite ao linguista a aproximação de um campo – linguagem jurídica, que antes era restrito aos juristas, como também, permite elucidar contribuições para os envolvidos ao ambiente jurídico. Assim, Gibbons (2014, p. 340) salienta que o “[...] termo Linguística Forense para referir a toda área da interface entre a linguagem e a lei, não apenas às evidências comunicativas”.

Com tais avanços, a linguagem na esfera jurídica se tornou mais transitável, dado que, em grande parte, os componentes de questões judiciais compreendem o processo pelo qual respondem. Dessa maneira, “Nós estamos particularmente interessados em conhecer como a evidência linguística é registrada e perceber como os métodos atuais podem ser significativamente melhorados se nós pudermos convencê-los de suas fraquezas” (COULTHARD, 2014, p. 334), ou seja, esclarecer

as funções sociointeracionais e seus efeitos de sentido em dado contexto de produção.

Em outras palavras, os interactantes em suas construções textuais se pautam na “[...] realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas, os quais, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos” (KOCH, 2016, p. 7).

Então, ao partir da Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense, sob um viés sociointeracional, almejamos contribuir para os estudos na área da Linguagem e Direito, dado que:

A linguística é aqui jurídica pela impregnação da linguagem pelo direito. Ela tem entre seus objetos as interações da linguagem e do direito, quer dizer, tanto a ação do direito sobre a linguagem como a ação da linguagem sobre o direito. É essencial compreender que o estudo linguístico da linguagem do direito conduz necessariamente àquele do direito de linguagem (PETRI, 2009, p. 28).

Pelo direito de linguagem seguimos com o intuito de apresentar como Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense colaboram na construção do sentido do texto e tornam evidente o propósito comunicativo dos falantes.

### 1.1 Visão de texto e produção textual

Entendemos o texto como a produção de sentido na atividade de comunicação, que resulta na troca linguística entre duas ou mais pessoas. Assim:

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido (KOCH, 2016, p. 30).

Ainda com relação ao texto, existem várias perspectivas de conceituá-lo, e também deve ser analisado sob diversos pontos de vista. Souza; Penhavel e Cintra (2017, p. 59) ao citarem Beaugrande (2011, p. 290) enfatizam que a Linguística Textual corrobora com a visão de que aborda “[...] o “texto” como um evento comunicativo empírico que se dá por meio da comunicação humana mais do que por uma teoria formal específica”.

Em continuidade, o autor apresenta algumas questões centrais sobre o texto:

1. O texto não é apenas uma unidade linguística, mas um evento de ação humana, interação, comunicação e cognição;
2. A principal fonte de dados são textos e discursos que ocorrem naturalmente;
3. A análise de texto é rica e abrangente/expansiva;
4. Na pesquisa de texto moderna, o investigador tem que se engajar e reengajar com os textos;
5. Os motivos para fazer pesquisas de texto em termos de interesses epistemológicos que se baseiam nas relações entre textos e sociedade;
6. A linguística textual tem uma perspectiva interdisciplinar (BEAUGRANDE, 2011, p. 294-5, tradução nossa)<sup>3</sup>.

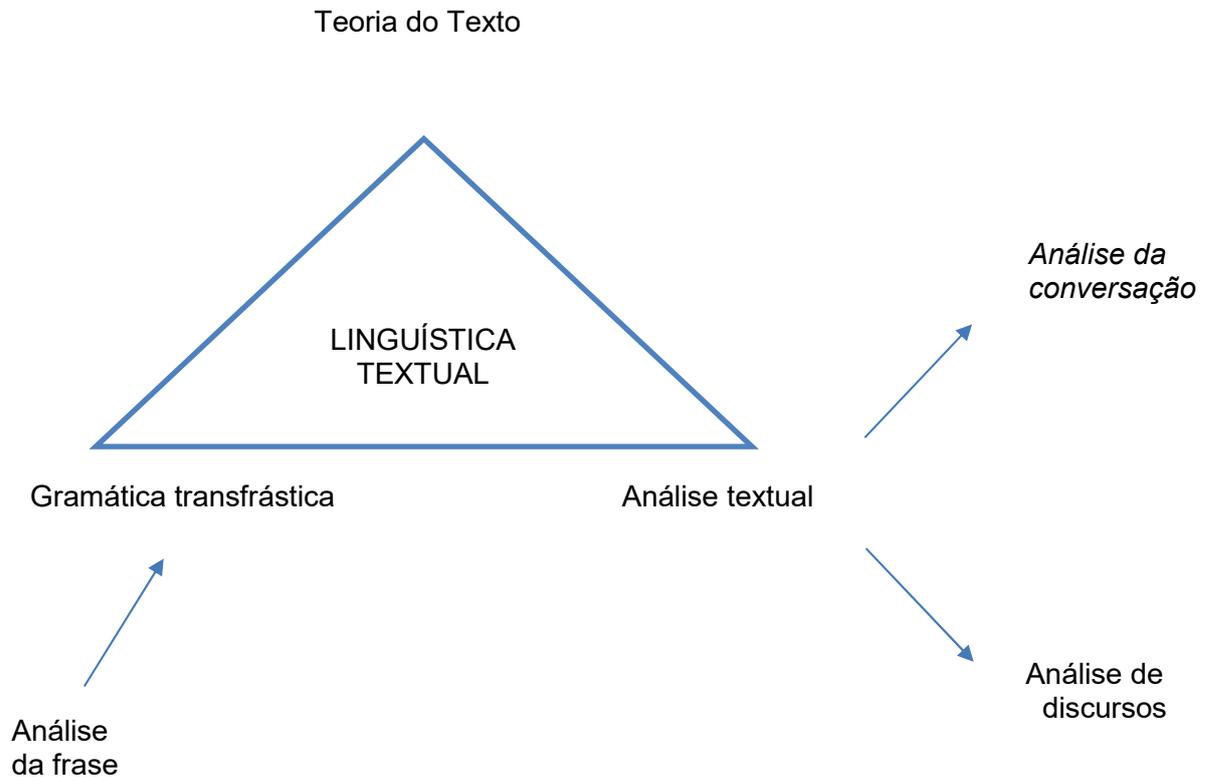
Conforme consta no esquema, a seguir:

---

<sup>3</sup> “1.The text is not merely a linguistic unit, but an event of human action, interaction, communication, and cognition;  
2.The main source of data is naturally occurring texts and discourses;  
3.Text analysis is rich and expansive;  
4.In modern-day text research, the investigator has to engage and re-engage with the texts;  
5.The motives for doing text research in terms of epistemological interests bearing on the relations between texts and society;  
6.Text linguistics has an interdisciplinary perspective”.

## Ilustração 1 – Linguística textual e suas ramificações

### Esquema 3



**Fonte:** Souza; Penhavel e Cintra (2017, p. 43, grifo nosso)

Neste esquema, atentamos para a Linguística Textual, que tem o entendimento da teoria do texto como algo amplo, pois pode se basear desde o aspecto gramatical às análises da frase e em sequência, análises do texto pelo aspecto discursivo e conversacional.

Neste ângulo, o texto associa linguagem e uso, com intuito de “Nossa tarefa é descrever, da maneira mais empírica e realista possível, os processos pelos quais os participantes da comunicação podem produzir e receber textos” (BEAUGRANDE, 2011, p. 290, tradução nossa)<sup>4</sup>. Para tal, a Linguística Textual atua de modo interdisciplinar com outros campos do conhecimento, a título de exemplo, este trabalho, no qual a relaciona com a Análise da Conversação e Linguística Forense,

<sup>4</sup> “Our task is to describe, as empirically and realistically as we can, the processes whereby communicative participants can and do produce and receive texts”.

assim como há pesquisas de Linguística Textual em conjunto com outras áreas, as quais trabalham com dados empíricos do ponto de vista das relações interpessoais.

Beaugrande ainda pondera:

Hoje, o 'texto' é amplamente definido como um evento comunicativo empírico dado por meio da comunicação humana, em vez de especificado por uma teoria formal. Cada evento desse tipo 'monta' uma dialética dinâmica entre o 'sistema virtual' da linguagem (o repertório de possibilidades) e o 'sistema real' constituído pelas escolhas do produtor de texto; o texto está, portanto, em nenhum dos lados da linguagem versus uso, mas integra e concilia os dois (BEAUGRANDE, 2011, p. 290, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Então, por meio do texto construímos relação entre linguagem e uso, resultando em escolhas linguísticas pelas quais os discursos se textualizam, neste caso os jurídicos, com a finalidade de alcançar seu propósito comunicativo:

Dessa maneira, então, podemos dizer, numa primeira aproximação, que textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza (KOCH, 2016, p. 26).

Em harmonia com a perspectiva da autora, o texto é apresentado como uma interação comunicativa, que possui características peculiares para ocasionar textualidade. Para tanto, é preciso que contemple três aspectos, a saber: o formal (coesão), o semântico-conceitual (coerência) e o pragmático (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade).

A esse conjunto de características da textualidade, relacionado ao aspecto formal, o texto oral se organiza por meio de turnos conversacionais<sup>6</sup> com o auxílio de elementos lexicais e gramaticais, função da coesão. Enquanto que, o aspecto semântico-conceitual – corresponde ao sentido do texto –, pelo critério da coerência. Nas palavras de Costa Val (2006, p. 5, grifos da autora), “a *coesão* e a *coerência*, que se relacionam com o material conceitual e linguístico do texto”.

<sup>5</sup> “Today, the ‘text’ is widely defined as an empirical communicative event given through human communication rather than specified by a formal theory. Each such event ‘rides on’ a dynamic dialectic between the ‘virtual system’ of language (the repertory of possibilities) and the ‘actual system’ constituted by the choices of the text producer; the text is thus on neither side of language versus use, but integrates and reconciles the two”.

<sup>6</sup> “Estruturalmente, o turno define-se como a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 35).

Em continuidade, temos o aspecto pragmático – que diz respeito à situação comunicativa, isto é, ao seu funcionamento – aplicados aos demais critérios de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade, ou melhor, “[...] que têm a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo” (COSTA VAL, 2006, p. 5).

Ainda dentro dessa concepção, o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural (KOCH, 2016, p. 31).

Ao combinar essas últimas visões de texto, ressaltamos seu caráter comunicativo, que em situação de interação social, listam processos e estratégias linguísticas para produção textual. “Portanto, à concepção de texto aqui apresentada subjaz o postulado básico de que *o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele*, no curso de uma interação” (KOCH, 2016, p. 30, grifos da autora). A esse respeito, defendemos, portanto, a posição de que:

- a. A produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades;
- b. Trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal;
- c. É uma atividade interacional, visto que os interactantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual (KOCH, 2016, p. 26).

Por conseguinte, ao desempenhar a atividade de produção textual coexistem e condicionam mutuamente o “[...] social/individual, alteridade/subjetividade, cognitivo/discursivo”, aspectos que em conjunto, responsabilizam-se “[...] pela ação dos sujeitos empenhados nos jogos de atuação comunicativa ou sociointerativa” (KOCH, 2016, p. 24).

Além do mais, ainda segundo Koch (2016, p. 31) consideramos que “Nessa atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de

conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual”.

Desse modo, ressaltamos que as estratégias de construção do texto falado denotam funções interativas de processamento textual, ou seja, mostram todo o processo de construção. Nele, por exemplo, as hesitações, paráfrases ou repetições não devem ser consideradas dispensáveis, “eliminável sem prejuízo do conteúdo” (KOCH, 2016, p. 84), pelo contrário, mostram o processo de criação e aclaram as reais intenções conversacionais, em razão do “[...] texto falado se apresentar em *“status nascendi”*, ele é o seu próprio rascunho” (KOCH, 2016, p. 91).

Conforme apresentamos as visões de texto, a depender do desdobramento teórico, porquanto, “É sabido que, conforme a perspectiva teórica que se adote, o mesmo objeto pode ser concebido de maneiras diversas” (KOCH, 2016, p. 25).

Então, considerando, primeiramente, as particularidades do texto, recordamos que, como procuramos mostrar anteriormente, o texto permeia construções linguísticas que perpassam a modalidade do texto falado e escrito, os quais tratamos adiante.

## 1.2 Especificidades da fala e escrita

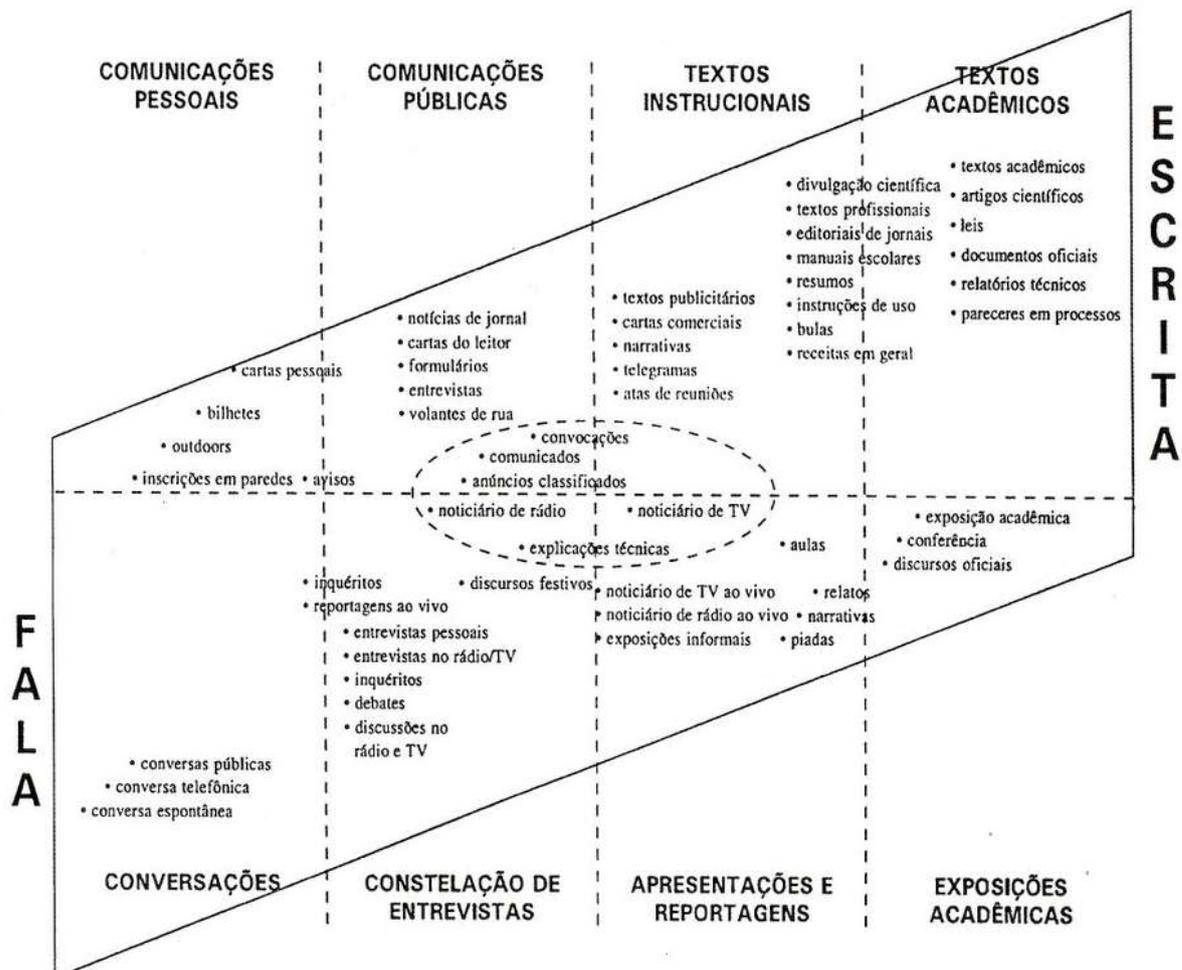
Há duas abordagens de visualizar as especificidades da fala e da escrita, há estudos que a confrontam como dicotômicas, enquanto outros a veem numa perspectiva constante, uma vez que partilham o mesmo sistema linguístico. “Fala e escrita constituem duas modalidades da língua. Embora se utilizem, evidentemente, do mesmo sistema linguístico, elas possuem características próprias” (KOCH, 2016, p. 77).

Ciente desta complexidade das relações entre essas modalidades de língua, neste trabalho, defendemos a visão de fala e escrita como contínuo, na qual o evento linguístico que ditará suas particularidades, ou seja, ainda que compactuam o mesmo sistema linguístico, cada modalidade tem sua norma.

Na perspectiva do contínuo, muitos textos entrecruzam as duas modalidades e constituem domínios discursivos mistos, como, por exemplo, determinados gêneros da mídia televisiva, no caso, noticiário. A concepção discursiva do noticiário, originalmente, é escrita, mas o meio de produção é sonoro, transmitido oralmente. Do ponto de vista do sistema, como já afirmado anteriormente, oralidade e escrita fazem parte do mesmo sistema linguístico, enquanto modalidade de uso da língua (BENTES; LEITE, 2010, p. 63).

Há relação entre fala e escrita em um contínuo tipológico, portanto, não são modalidades opostas, cada uma dessas modalidades de língua tem características próprias e se complementam em suas particularidades, ou seja, não são dicotômicas. A esse respeito, Marcuschi (1995, p. 13) salienta que “As diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais e não na relação dicotômica de dois polos opostos”. Notamos pela explanação dos gêneros textuais sobrepondo umas a outras:

**Gráfico 1** – Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita



Fonte: Marcuschi (2004, p. 41)

Na fala, o planejamento e execução se dão concomitantes “*on-line*”. Desse modo, o texto falado mostra todo o processo de construção até chegar ao produto final, a fala. Nas palavras de Campos (1989, p. 203), “A língua falada é muito rápida. A produção da língua oral dá-se em uma fração de tempo muito curta, não havendo espaço temporal para o planejamento e a organização das ideias, para a escolha dos vocábulos [...]”. Enquanto que na escrita, apagamos o processo de construção, por se caracterizar com grau de planejamento maior em sua expectativa formal.

Assim, apontamos que “A maioria dos estudos compara somente dois gêneros, um falado e outro escrito e comparam gêneros com objetivos comunicativos muito diferentes, por exemplo, uma interação casual face a face e um texto acadêmico” (SOUZA; PENHAVAL; CINTRA, 2017, p. 310). Em outras palavras:

Isso não significa, porém, que fala e escrita devam ser vistas de forma dicotômica, estanque, como era comum até há algum tempo e, por vezes, acontece ainda hoje. Vem-se postulando que os diversos tipos de práticas sociais de produção textual situam-se ao longo de um contínuo tipológico, em cujas extremidades estariam, de um lado, a escrita formal e, de outro, a conversação espontânea, coloquial (KOCH, 2016, p. 77).

Dessa forma, como exemplificação deste contínuo entre os gêneros textuais, verificamos o telejornal no plano da fala, porém seu meio de produção é escrito, devido a formalidade exigida pelo gênero. Em contrapartida, observamos que num bilhete o plano é da escrita, mas seu meio de produção é falado, por sua relação de espontaneidade:

O que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao polo da fala conversacional (bilhetes, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do polo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários (KOCH, 2016, p. 78).

Isso ocorre com o objeto deste estudo, as audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, já que se têm um protocolo a ser seguido neste gênero, porém o seu meio de produção é oral, ou seja, prima pela língua falada.

A produção linguística, seja ela escrita ou falada, efetua-se por interlocutores, e este processo de construção textual, resulta num sistema de desempenho

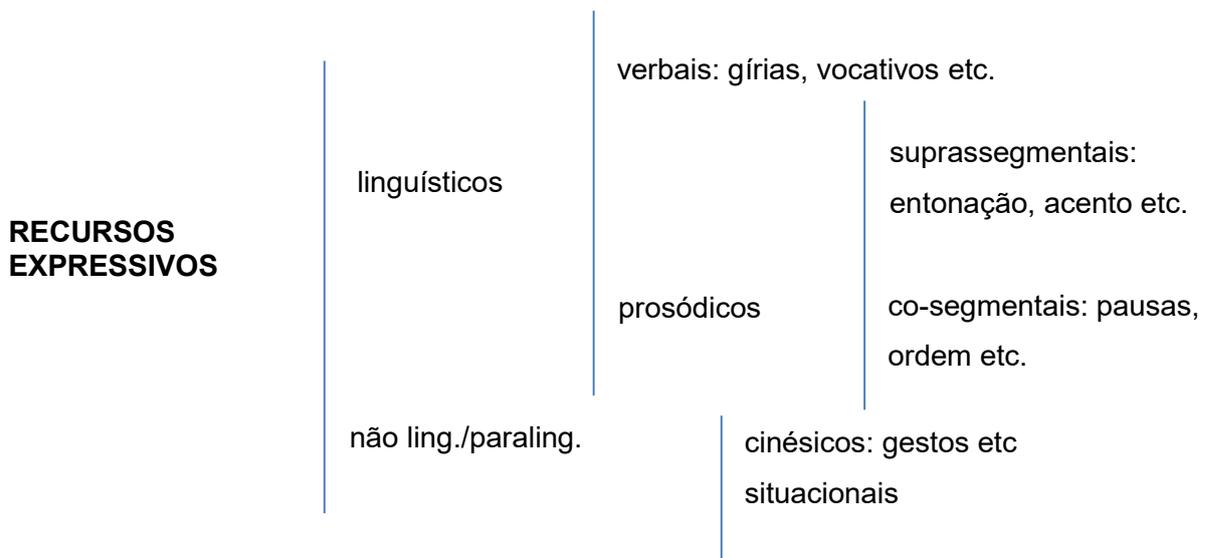
linguístico. “O lugar privilegiado para a identificação das regularidades que compõem tal sistema de desempenho linguístico é evidentemente o texto, que possui em sua materialidade as marcas do processo formulativo-interativo” (KOCH, 2016, p. 83).

De modo geral, numa conversação, ao usar a língua falada, conseqüentemente, há recursos inerentes de expressividade, os quais denotam efeitos caracterizados como:

a) Elementos *linguísticos* e b) elementos *não linguísticos* ou *paralinguísticos*. Entre os primeiros incluem-se, de um lado, os *verbais* e *segmentais*, e do outro, os *prosódicos* que, por sua vez, se subdividem em dois tipos: os *suprasegmentais*, como a entonação, a duração etc. e os *co-segmentais*, como a pausa, a ordem etc. Entre os não linguísticos ou paralinguísticos incluem-se os elementos *cinésicos* e os *situacionais*” (URBANO, 2005, p. 122, grifos do autor).

Ao produzir a conversação, relacionamos meios expressivos dos quais podem ser linguísticos (palavras, expressões linguísticas, marcadores conversacionais<sup>7</sup>, etc.), não linguísticos ou paralinguísticos (olhares, risos, expressões faciais, gestos) e, ainda, os suprasegmentais (pausas, tom de voz, entonação, entre outros). Observe o esquema proposto por Urbano, a seguir:

**Ilustração 2** – Classificação dos recursos expressivos na língua falada



**Fonte:** Urbano (2005, p. 122)

<sup>7</sup> São itens lexicais oracionais, que têm função ideacional e coesiva (GALEMBECK; CARVALHO, 1997).

Conforme esquematizado pelo autor, os recursos expressivos se desdobram em linguístico e não linguísticos ou paralinguísticos. Quanto aos linguístico, os prosódicos estão voltados à expressão oral com recursos extremamente recorrentes. E por fim, os não linguísticos ou paralinguísticos marcados por gestos e traços fisionômicos que muitas vezes, numa conversação, até substituem frases ou marcam concordância.

Neste trabalho, em análise, não aplicamos investigação e descrição pormenorizada desses recursos de expressividade e seus efeitos, pois não está no desígnio deste estudo como um todo.

Assim, vimos pelas áreas de interface da Análise da conversação, Linguística textual e Linguística Forense, a visão de texto e produção textual, como também as especificidades da fala e escrita. E a seguir, passamos para as características do gênero audiências de instrução e julgamento e os papéis atuacionais no contexto do tribunal de júri.

## 2 GÊNERO E CONTEXTO

Nesta seção, apresentamos o gênero textual intitulado audiência de instrução e julgamento, a fim de averiguar o processo de construção do texto falado no contexto específico do tribunal do júri, com relação à produção das falas. Dado que a interação entre juiz e réu ocorre em um conjunto de circunstâncias que são próprias da situação, conforme serão abordados nas subseções adiante.

### 2.1 Audiências de instrução e julgamento

De modo geral, o propósito que se pretende alcançar pela “Audiência com o fim específico de instruir e julgar ‘a lide’”, é sanar a demanda judicial ou o problema – discussão do mérito da questão perante a sociedade (CALDAS-COULTHARD, 2016, informação verbal)<sup>8</sup>.

As quatro audiências de júri popular, a que nos propusemos analisar, consistem em ações penais de natureza: 01. Tentativa de homicídio duplamente qualificado; 02. Homicídio duplamente qualificado; 03. Homicídio duplamente qualificado e constrangimento ilegal; e 04. Homicídio simples na forma tentada.

Gênero textual ou discursivo é entendido na linguística como formas-padrão, em vista disso, a audiência de júri é um gênero, porque ela tem os três pilares que caracterizam o gênero segundo Bakhtin, a saber: conteúdo temático (assunto), plano composicional (estrutura formal) e estilo (leva em conta a forma individual; vocabulário, composição frasal e gramatical). Estas características estão relacionadas entre si e são determinadas em função das especificidades de cada esfera de comunicação, principalmente devido a sua construção composicional (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Com relação aos componentes do gênero textual audiência, notamos conteúdo temático: tema que gerou problema na sociedade; plano composicional: prevalência do par adjacente de perguntas e respostas; e estilo: existe um rito de que ela seja formal, mas há variedade linguística acionada.

---

<sup>8</sup> Palestra Linguística Forense - Carmen Rosa Caldas Coulthard/ 6º Módulo de Formação Continuada dos Magistrados (Escola Judicial) EJUD 12, III Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina, em 09-11-2016.

No tribunal de júri existe uma interlocução empírica explícita entre juiz e réu, mas na situação jurídica também temos o advogado de defesa ou defensor público, que acompanha o réu, ou seja, ele está assistido. Assim, há interface discurso e texto, pensando numa atividade organizada em estágios para uma finalidade discursiva específica.

No processo das audiências de instrução e julgamento, notamos a interpretação como fator decisivo para decisão e sentença, pois na atividade interpretativa, o autor atua sobre o texto. Para isso, buscamos a imparcialidade dos envolvidos, já que:

A pretensa neutralidade do discurso jurídico, apóia-se na ideia de que os juízes são meros *cumpridores da lei*, *aprisionados* pelos ditames das normas elaboradas na esfera legislativa, sendo o discurso legal, esse sim, o responsável pela aplicação do princípio de justiça, na autoridade do Estado (COLARES, 2008, p. 458, grifos da autora).

Contudo, na pessoa do juiz de direito, defensor ou promotor, bem como os demais participantes da audiência, é preciso considerar a formação humana, carregada de ideologia<sup>9</sup>, que é própria de cada ser. Desse modo, vemos um devaneio sobre a neutralidade. Já que, conforme a autora discorreu, “Ao julgar, mesmo que não queira, o magistrado deixa influir aspectos de sua formação ideológica e cultural. Como consequência, pode-se afirmar que, nem sempre, as sentenças alcançam êxito no propósito de distribuição da justiça” (CALDAS-COULTHARD, 2016, informação verbal). Sabemos que a questão da interpretação é um processo complexo, mas que a partir da consciência do modo como ocorre a construção da interação, essa interpretação pode ser facilitada.

Em geral, na interação, pelo fluxo de informação ser processada “*on-line*”, percebemos que ocorre por parte dos interactantes um domínio das estratégias de interação, especificadas no processamento textual.

Tais estratégias atuam, entre outras, para preservar a face, agir com polidez<sup>10</sup>, negociar, atribuir causas a mal-entendidos ou fracassos na comunicação.

---

<sup>9</sup> Entendida conforme concepção adotada por Fiorin (1990, p. 19) como “conjunto de ideias, representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”.

<sup>10</sup> De acordo com Silva (2006, p. 116), “o princípio da polidez tem por objetivo manter o equilíbrio social e as relações cordiais entre os interlocutores”.

Assim, “as estratégias de processamento textual implicam, portanto, a mobilização “*on-line*” dos diversos sistemas de conhecimento” (KOCH, 2016, p. 34, grifo nosso).

Cabe salientar que na audiência de instrução e julgamento, os participantes em suas respectivas funções, embora tenham normas e estruturas burocráticas a serem seguidas, é oportuno romperem a relação de poder, porque não se perde em serem polidos e agirem de modo humanitário.

## 2.2 Papéis atuacionais

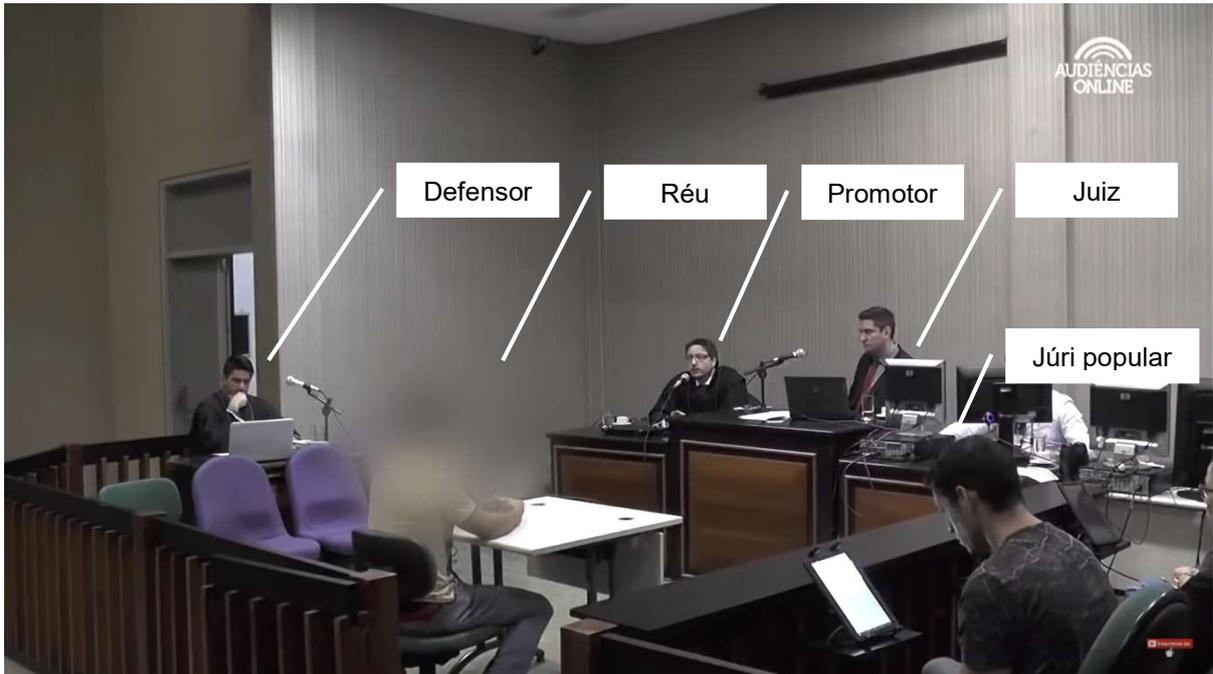
A princípio, enfatizamos os papéis atuacionais nas audiências de instrução e julgamento no tribunal de júri, dos quais são compostos por: juiz(a) de Direito, Promotor(a) de Justiça, Defensor(a) Público, Analistas Judiciais, Assistente de Gabinete, Jurados (sorteados – os quais formam o conselho de sentença), Testemunhas e o Réu. A seguir, como se configura o tribunal:

**Imagem 1** – Visão geral do plenário do tribunal de júri



**Fonte:** Audiências *on-line* - Júri Popular 04 (2020)

**Imagem 2** – Localização dos participantes na audiência do tribunal de júri



**Fonte:** Audiências *on-line* - Júri Popular 01 (2020)

Na imagem, enfatizamos os participantes da audiência de instrução e julgamento no tribunal de júri. No centro, encontra o réu, ao seu lado direito, os jurados, à esquerda, o defensor público. Na frente do réu, localizamos o promotor de direito, seguido pelo juiz de direito e os analistas judiciais.

Os parceiros comunicativos não só juiz e réu, até porque o réu fala ao juiz, mas intencionalmente ele não quer atingir apenas o juiz, ele quer atingir o jurado, pois a intenção dele é convencer os jurados do tribunal de júri – que determinam se ele é culpado ou inocente. De fato, há uma dinâmica comunicacional direta entre juiz e réu, que atuam como parceiros comunicativos numa interação em que há outros parceiros.

Sobre os papéis atuacionais nas audiências de instrução e julgamento, o juiz de direito é quem preside a reunião no tribunal de júri, com a função de dirigir, sentenciar e aplicar a possível pena.

O promotor de justiça é quem representa o Ministério Público, com o papel de aplicar a justiça em defesa aos interesses da sociedade. Desse modo, é no desenrolar da instrução, que o promotor agirá na perspectiva de acusação ou em menor frequência, absolvição.

Na perspectiva de acusação, a audiência é marcada porque o promotor se baseia em elementos de autoria – considerando-se o investigado como autor –, e materialidade – levando em conta que o fato praticado é crime. Enquanto que na absolvição, caso surjam na audiência novos fatos, que derem a entender ao promotor que os fatos não se deram como na fase de investigação, levando a crer que o acusado é inocente, o promotor pode ter outro entendimento vindo a pedir a absolvição. Nestes termos, ele é promotor de justiça e não de acusação, embora seja o titular da acusação.

Por outro lado, o defensor público age na função de defender o acusado. É um direito de defesa garantido ao réu, que não tem condições econômicas para contratar um advogado, então, é assistido pelo defensor público.

Em continuidade, apresentamos os papéis dos analistas judiciais, que dentre suas atividades, redigem, desempenham e elaboraram documentos de ordem técnica. Outro participante é o assistente de gabinete, que colabora no ofício de prestar auxílio como assessor no posicionamento físico dos participantes da sessão no tribunal de júri.

Neste conjunto de membros do tribunal de júri, também tem os jurados, que são civis comuns, previamente selecionados, cidadãos esses que devem estar em conformidade com a lei. Os jurados não representam a si, eles representam a sociedade. Estes jurados são sorteados para participarem diretamente no tribunal de júri, porquanto após sorteio e chamada, eles são colocados a postos para participar de toda a audiência de instrução e julgamento, da qual fazem parte como júri popular, compondo o conselho de sentença.

Em alguns casos, pode ter a presença de testemunhas, as quais atuam com a finalidade de declarar a verdade sobre os fatos a serem apurados na audiência. Para tanto, normalmente, as testemunhas respondem questionamentos sobre os fatos, de modo a dizer o que sabem e como aconteceu o fato.

Sendo assim, neste trabalho, observamos o entrecruzamento dos critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade na construção do texto falado, somados aos processos do texto, em específico, colocamos em evidência o papel dos interactantes na interação: juiz e réu.

No caso das audiências de instrução e julgamento em questão, ocorre interação assimétrica, pois os papéis dos interlocutores são distintos, já que o juiz é

quem define o tópico<sup>11</sup> a ser tratado e inicia por pergunta, a qual cabe ao réu respondê-la ou não. É também o juiz quem delimita quando ou como interromper, passar ou terminar o turno, ou seja, “o diálogo assimétrico ocorre quando um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s)” (MARCUSCHI, 1986, p. 16).

Nas palavras de Fávero, Andrade e Aquino (2007, p. 16), “Quanto ao relativamente assimétrico, ocorre um privilegiamento no que diz respeito ao uso da palavra, cabendo a um dos interlocutores começar o diálogo, conduzi-lo e, ainda, mudar o tópico”. Assim, em seus papéis atuacionais, notamos a assimetria entre os participantes – quem pergunta e quem responde.

Pelas audiências analisadas, percebemos que o juiz a todo o momento indaga o réu, pelo par adjacente de perguntas e respostas orais para a (re)construção dos fatos, ou seja, solicita ao réu que relate a narrativa do ocorrido. Então, nosso enfoque para seleção de excertos para análise foram as (re)construções dos fatos, a fim de encontrar questões de informatividade e intencionalidade.

Então, vemos a riqueza de detalhes que podem ser colhidos em texto falado, posto que a estrutura narrativa não realizada no texto escrito, acaba sendo perdida ou em grande medida, sumariada. Como exemplificação, destacamos os documentos finais, isto é, as peças do processo, as quais são em forma de texto escrito, porém, são resumidas.

Logo, ressaltamos que esse resumo pode resultar em um texto sem coerência e coesão, e nesses documentos, o resumo pode se tornar tão técnico, a ponto de usar verbos e termos que causam estranhamento ou não entendimento do acusado (réu), ou mesmo, dos jurados que analisam sua narrativa em contraponto as principais peças do processo.

Uma sugestão para que seja feita nas audiências, seria a ampliação desta técnica institucional de filmar por meio de áudio e vídeo, visto que ainda há comarcas que não possuem tal recurso, material que contribui significativamente, quando juntada às peças escritas e disponibilizada, também, as gravações em áudio

---

<sup>11</sup> “O Tópico ou assunto é um meio de estabelecimento e manutenção dos relacionamentos sociais, já que abre e mantém o canal de comunicação, propiciando o contato entre os participantes” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 17), ou seja, o tópico é uma unidade textual.

e vídeo. Assim, com esse recurso, podemos voltar e consultar aquilo que foi dito, quantas vezes forem necessárias.

No que se refere ao ritual da audiência, prosseguimos com os papéis atuacionais do juiz e réu. Nas audiências de instrução e julgamento tidas como *corpus* de pesquisa, inicialmente, o juiz de direito apresenta o assunto a ser tratado e também delimita as questões referentes ao processo.

Dessa forma, o juiz encaminha os demais participantes da audiência de instrução e julgamento no tribunal de júri, e faz a orientação adotada para o desenvolvimento da sessão.

Estas normas, aplicadas em audiência no tribunal de júri, atuam, assim, como uma forma de roteiro, pois são seguidas para que as partes tomem seus respectivos lugares, a fim de dar bom andamento aos trabalhos.

Então, o juiz de direito sorteia na urna os nomes dos jurados que participarão do conselho de sentença. Ao dar sequência, o juiz faz a chamada dos jurados presentes e instaura a sessão.

Em seguida, procedem com o julgamento do processo pelo qual o réu responde, conforme a denúncia nos autos<sup>12</sup>. E após a identificação do réu, o juiz inicia o processo de interpelar o acusado.

Com relação ao réu, é esperado que ele elabore seu depoimento ou resposta aos questionamentos levantados em audiência de instrução e julgamento no tribunal de júri, utilizando de critérios de textualidade, a fim de esclarecer os fatos. Em outros termos, pressupomos que o réu desenvolva o texto de forma organizada e criteriosa, que deverá ser discutido e provado.

Ao analisar o modo como os critérios de textualidade se organizam nos textos do gênero audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, nesse contexto, podemos detectar as finalidades que justificam sua elaboração. Pela aplicação dos critérios de informatividade e intencionalidade, notamos o que os interactantes planejam transmitir, de modo a fortalecer a eficácia e a expressividade das mensagens.

Então, nesse processo de perguntas-respostas entre o juiz e réu, que se constituirá a interação, isto é, que a mensagem do texto tratará de justificar ou refutar. Logo, “Podemos afirmar que a comunicação verbal é uma atividade intencional dirigida para a obtenção de determinado objetivo e o uso adequado da

---

<sup>12</sup> “Registro de diligência judicial ou administrativa” (HOUAISS, 2011 p. 98).

linguagem pode constituir um elemento determinante para o êxito do objetivo pretendido” (FÁVERO; ANDRADE, 2006, p. 170).

Em uma interação, os interlocutores partilham do conhecimento de mundo e vivências, tais qual a seleção lexical empregada denota importância na construção do sentido. Assim, esses recursos linguísticos empregados fornecem pistas para interpretar o texto e captar os propósitos de sua produção.

Desse modo, na sessão o juiz busca esclarecimentos por meio de perguntas e no relato pessoal do réu consta informações do caso por meio de respostas. Porquanto, “Toda interação envolve a *negociação* de uma definição da própria situação e das normas que a governam. Na verdade, todos os aspectos da situação relativos aos participantes estão sujeitos à negociação” (KOCH, 2016, p. 37, grifos da autora).

E, por fim, após o posicionamento do tribunal de júri, o juiz a considera e ao procurar à solução do conflito conduzido pelas ações do acusado (réu), avalia tudo o que foi narrado e explicita à conclusão da sentença. Para aprofundar a análise dessas questões e averiguar como elas se desdobram na prática de produção do texto falado, após discorrer sobre o gênero e contexto, passamos para o estudo pormenorizado dos critérios de textualidade.

### 3 CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE

Nesta seção, evidenciamos a perspectiva teórica dos sete critérios de textualidade, eleitos pela Linguística Textual, tal como foram primeiramente definidos pela fonte de Beaugrande e Dressler (1981), como também os demais autores que desdobraram os critérios, principalmente Beaugrande (2011), Costa Val (2006), Koch (2016 e 2017) e Marcuschi (2008).

Existem outros critérios de textualidade, que os brasileiros acrescentaram, mas nesta tese, focaremos nos sete primeiramente constituídos. Tais critérios são: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. Segundo os autores, os dois primeiros – coesão e coerência – estão “centrados no texto” e o restante – intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade – “centrados no usuário”.

Optamos por trabalhar com as propriedades do texto, que são chamadas analiticamente de critérios de textualidade, sendo eles: informatividade e intencionalidade, que se entrecruzam com os processos constitutivos do texto de modo peculiar no gênero e contexto. Dentro do rol dos processos constitutivos de textos falados, foram eleitos aqueles que pela nossa hipótese, ajudam mais a sustentar cada critérios de textualidade. Desse modo, são observados a partir do par adjacente de perguntas e respostas, entre os parceiros comunicativos juiz e réu, a hesitação<sup>13</sup>, repetição<sup>14</sup>, manejo dos turnos, truncamento e preservação da face<sup>15</sup>, que são processos do texto que contribuem para informatividade e intencionalidade, levando em conta que é um júri e tem toda uma peculiaridade.

Assim, há vários processos que ajudam em várias propriedades do texto, para que ele seja texto. Mas para este trabalho, elegemos como categoria analítica o entrecruzamento dos processos constitutivos do texto falado na construção da informatividade e intencionalidade.

---

<sup>13</sup> Segundo Koch (2016), a hesitação tem “[...] a função cognitiva de ganhar maior tempo para planejamento/verbalização do texto, porque são condicionadas por pressões situacionais das mais diversas ordens a que estão sujeitos os interlocutores”.

<sup>14</sup> De acordo com Marcuschi (2006, p. 221), “Numa definição funcional, pode-se dizer que repetição é a produção de segmentos textuais idênticos ou semelhantes, duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo”.

<sup>15</sup> Entendida como procedimentos de natureza variada, mas que “têm o mesmo papel, qual seja, atuar como marcas que assinalam os diferentes modos de participação dos interlocutores na construção do diálogo” (GALEMBECK, 2005, p. 193).

Ainda que não usaremos as demais propriedades do texto como categoria analítica nesse trabalho, apresentamos e conceituamos todos, conforme a seguir. Beaugrande (2011, p. 293) relata os critérios de textualidade, cuja definição em resumo é mencionada:

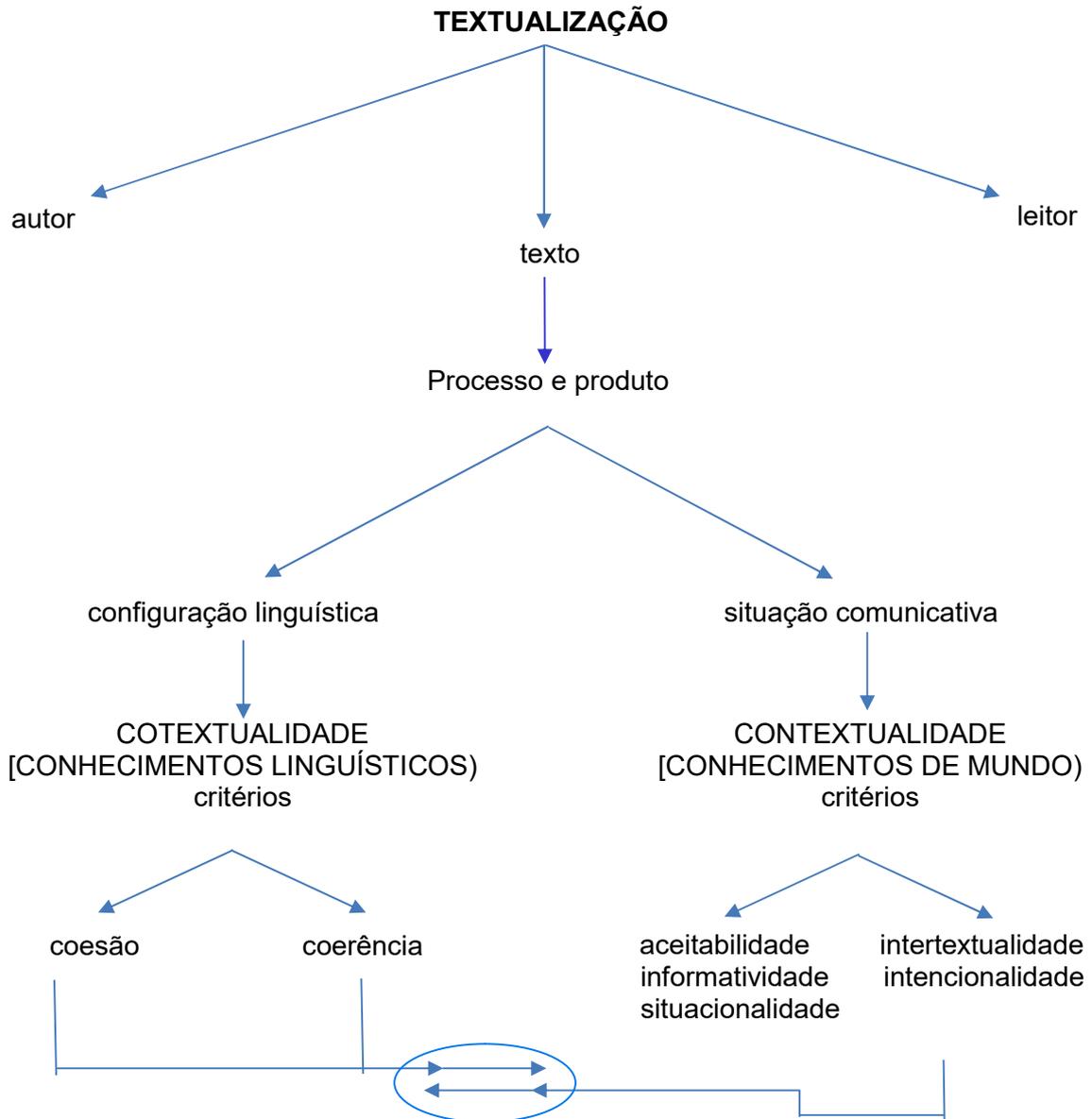
A relevância mútua atribuída às formas linguísticas é a *coesão* e que atribuída aos 'significados' é a *coerência*; a *intencionalidade* abrange o que os falantes pretendem e a *aceitabilidade* do que os ouvintes se envolvem a fazer; *situacionalidade* diz respeito às circunstâncias em curso; e *intertextualidade* abrange relações com outro texto, notadamente os do mesmo ou um 'tipo de texto' semelhante (BEAUGRANDE, 2011, p. 293, grifos do autor, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Então, esses critérios de textualidade resultam em estratégias linguístico-discursivas, tidos como linguísticos: coesão e coerência. Ao passo que os considerados discursivos são: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

---

<sup>16</sup> "The mutual relevance assigned to linguistic forms is *cohesion* and that assigned to the 'meanings' is *coherence*; *intentionality* covers what speakers intend, and *acceptability* what hearers engage to do; *situationality* concerns ongoing circumstances; and *intertextuality* covers relations with other text, notably those of the same or a similar 'text type'".

**Ilustração 3** – Distribuição dos critérios gerais de textualidade



**Fonte:** Marcuschi (2008, p. 96)

Neste esquema de distribuição dos critérios gerais de textualidade, os três pilares centrais da textualização são: autor, texto e receptor. Um emissor (autor) – é o responsável em enviar/emitir a mensagem na qual quer transmitir; um evento falado ou escrito (texto) – são formados por tópico(s) ou conteúdo; e um receptor (leitor) – a quem a mensagem é endereçada.

É oportuno enfatizar, que a visão de texto adotada é a de que se constitui por meio de um processo, isto é, na questão da construção interacional dos sentidos. Por conseguinte, “Chama-se textualidade ao conjunto de características que fazem

com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases” (COSTA VAL, 2006, p. 5).

Desse modo, “[...] o que caracteriza o texto, escrito ou oral, unidade linguística comunicativa básica, já que o que as pessoas têm para dizer umas às outras não são palavras nem frases isoladas, são textos” (COSTA VAL, 2006, p. 3). Assim, cabe destacar que no processo de construção do texto oral, é preciso considerar os interactantes, necessários para que em conjunto estabeleçam entendimento e conseqüentemente, interação.

Koch (2016, p. 11) ressalta que segundo as teorias da atividade verbal, o texto resulta de um tipo específico de atividade, que envolve “[...] todo tipo de influência consciente, teleológica, intencional de sujeitos humanos, individuais ou coletivos, sobre seu ambiente natural e social”.

Por isso é importante, “[...] cumprir seu papel específico dentro do conjunto de ações em que se articula a atividade. Sob a influência de tais fatores, o sujeito idealiza o *plano geral do texto*, que determina a organização interna deste, antes de passar à sua realização mediante unidades linguísticas” (KOCH, 2016, p. 15, grifos da autora). Pela configuração linguística, destacamos o intratexto e conseqüentemente, o funcionamento dos conhecimentos e regras do sistema linguístico. Já pela situação comunicativa, consideramos o aspecto contextual, envolvendo o conhecimento prévio (conhecimento de mundo) e sociointeracional.

Quando se pensa “O processo de produção textual, no quadro das teorias sociointeracionais da linguagem, é concebido como atividade interacional de sujeitos sociais, tendo em vista a realização de determinados fins” (KOCH, 2016, p. 7). Neste processo de construção, há de se levar em conta os aspectos linguísticos e comunicativos, especificado pelo autor, ao ser empregado no texto, a fim de gerar no leitor um processo e produto.

[...] O conceito de texto varia conforme o autor e/ou a orientação teórica adotada. Desta forma, o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção (KOCH, 2016, p. 25).

Há, ainda nesse processo, aspectos cognitivos, operações e estratégias das quais são também construídas por conhecimentos linguísticos e de mundo, que são alocados nos critérios de textualidade.

Os ‘princípios da textualidade’ aplicam-se sempre que um artefato é tratado como texto; portanto, textualidade não é uma propriedade ou característica linguística (ou conjunto destes) que algumas amostras possuem e outras não, mas uma predisposição e atividade humana empírica onde quer que ocorram eventos comunicativos (BEAUGRANDE, 2011, p. 293, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Por mais que os critérios da textualidade se mostram no esquema, dispostos em dois conjuntos, por serem contextuais, são elementos vistos como um todo, ou seja, em geral estabelecem uma ligação estreita (MARCUSCHI, 2008, p. 96). Ademais, podem ser imbricados, ora usados de forma conjunta, ou até mesmo nem usados.

Podemos afirmar que é difícil encontrar um único critério desses isolado. O que ocorre normalmente, é a superposição de vários deles. Há, no entanto, um ou mais de um que sobressai, permitindo-nos identificar a finalidade principal da mensagem a que se dá mais destaque.

**Quadro 1** – Síntese dos critérios de textualidade e sua função

<b>Critérios de textualidade</b>	<b>Função</b>
Coesão	Ligar formas linguísticas
Coerência	Atribuir sentidos
Intencionalidade	Assimilar objetivos do falante
Aceitabilidade	Demonstrar reações do ouvinte
Situacionalidade	Circunstanciar o contexto
Informatividade	Buscar informações
Intertextualidade	Dialogar entre textos

**Fonte:** os próprios autores

Com base nesses sete critérios de textualidade, Marcuschi (2008, p. 93) adverte e justifica a escolha lexical do vocábulo critérios, ao invés de fatores, padrões ou princípios, ao salientar que são algumas medidas para se chegar à textualidade, porém não denotam bases ou mesmo fundamentos excepcionais para se constituir a textualidade.

<sup>17</sup> “The ‘principles of textuality’ apply whenever an artifact is treated as a text; so textuality is not a linguistic property or feature (or set of these) which some samples possess and other do not, but an empirical human predisposition and activity wherever communicative events occur”.

Importa destacar, como já apresentado anteriormente, que há várias formas de nomear os critérios, fatores, procedimentos, entre outras nomenclaturas de textualidade, mas que neste trabalho, adotamos a abordagem defendida por Marcuschi, ao propor a perspectiva de estudo pelos critérios de textualidade.

Em continuidade, o autor destaca:

[...] Devem ser tomados com algumas ressalvas. Primeiro, porque não se podem dividir os aspectos da textualidade de forma tão estanque e categórica. Alguns dos critérios são redundantes e se recobrem. Segundo, porque tal como já foi lembrado, não se deve concentrar a visão de texto na primazia do código nem na primazia da forma. Terceiro, porque *não se pode ver nesses critérios algo assim como princípios de boa formação textual, pois isto seria equivocado*, já que um texto não se pauta pela boa formação tal como a frase, por exemplo (MARCUSCHI, 2008, p. 93-4, grifo nosso).

Pactuamos a visão do autor, ao entender que os sete critérios de textualidade não concebem princípios de formação textual e sim critérios para se obter produção de sentido. Em continuidade ressalta:

É bom frisar de modo enfático que o uso da expressão '*critério*', ao invés da expressão '*princípio*' para a noção de '*critérios de textualidade*', deve-se ao fato de não se admitir que esses aspectos [...] funcionem como 'leis' linguísticas, já que são apenas critérios que no caso de sua ausência, não impedem que se tenha um texto. (MARCUSCHI, 2008, p. 97, grifos do autor).

Conforme apresentado, partimos da percepção de que os critérios de textualidade não são normas para que se estabeleça conversação, ou seja, formação do texto falado, pelo contrário, defendemos a perspectiva de que agem como estratégias do falante para que alcance seus propósitos comunicativos e construam sentidos.

Reforçamos, assim, que, as propriedades do texto sociocognitivamente são usados na construção do texto, seja falado ou escrito, os quais são sistematizamos a seguir, relacionando-os aos processos constitutivos do texto falado, em específico os critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade.

### 3.1 Coesão

Com relação à coesão, é instituída por marcas linguísticas e tida como uma propriedade constitutiva do texto, pois age para facilitar e gerar efeito de sentido comunicativo. De acordo com Koch (1989, p. 19 *apud* Marcuschi, 2008, p. 108), “o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”.

Em decorrência, ressaltamos a seguinte consideração:

Costumou-se designar por *coesão* a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente (KOCH, 2017, p. 45, grifos da autora).

À medida que relacionamos recursos linguísticos, formamos o processo de tessitura textual, isto é, age como suporte para que a progressão textual flua e conseqüentemente, promova a continuidade dos sentidos. “Quer para a remissão, quer para a progressão textual, cada língua põe à disposição dos falantes um série de recursos expressivos, comumente englobados sob o rótulo de *coesão textual* (cf. Koch, 1989)” (KOCH, 2016, p. 29, grifos da autora).

Assim, a coesão encaminha a unidade formal do texto, que é construída a partir de mecanismos de ordem gramatical e lexical, por exemplo: pronomes, artigos, elipse, concordância, entre outros. Estes mecanismos são evidenciados na formação textual para sequenciar os argumentos e ocasionar sentido à produção. Dessa maneira, “A coesão sequenciadora, por seu turno, é aquela através da qual se faz o texto avançar, garantindo-se, porém, a continuidade dos sentidos” (KOCH, 2016, p. 52), fazendo com que o texto siga de forma organizado, por meio de parágrafos que auxiliam nessa organização, de modo que o texto flua e não fique mecanizado.

Na construção dessa tarefa, devemos considerar a coesão sequencial como ferramenta para o andamento do texto, “por sua evolução”.

No plano da coesão, a língua dispõe de mecanismos especiais para manifestar as relações entre o *dado* e o *novo*. Por exemplo, o *dado*, que costuma coincidir com o *tópico*, em geral é retomado anaforicamente e aparece no início de frases ou mesmo parágrafos ou sequências de frases. Já a *informação nova* com frequência se expressa pelo *comentário* e figura no final das frases. A *progressão* pode se fazer pelo acréscimo de novos comentários a um mesmo tópico, ou pela transformação dos comentários em novos tópicos. A mudança de tópico deve se apresentar inequívoca para o receptor, sob pena de causar dificuldades de compreensão, visto que a tendência mais comum é interpretar as anáforas de uma passagem como referentes ao tópico dessa passagem (COSTA VAL, 2006, p. 23-4, grifos da autora).

Nesta perspectiva, para Marcuschi (1983 *apud* Koch, 2016, p. 46), “os fatores de coesão são aqueles que dão conta da sequenciação superficial do texto, isto é, os mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido”. Sendo assim, a coesão atua a fim de gerar sentido à produção textual.

Outro aspecto da coesão, que merece atenção, é que:

Podemos conceituar a coesão como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos (KOCH, 2016, p. 45).

Dessa forma, na construção do texto, listamos o parágrafo enquanto recurso da língua escrita e o turno conversacional como recurso da língua falada, que podem prestar assistência na organização textual, pois estabelece conexão entre os conteúdos e gera coesão.

### 3.2 Coerência

Agora, com base na coerência, cabe ressaltar que surge por meio da coesão – pela conexão textual –, de forma a dar, entre outros processos, progressão e articulação textual de sentido. Referente à compreensão de Marcuschi (2008, p. 119, grifos do autor):

A coerência representa análise do esforço para a continuidade da experiência humana. Isto significa que há uma distinção bastante clara entre a coesão como *continuidade baseada na forma* e a coerência como *continuidade baseada no sentido*.

Neste ponto, cabe assinalar que “Trata-se de duas formas de observar a textualidade”, dado que no segundo, recai a continuidade como forma de gerar entendimento e sentido no texto, isto é, evidencia a atividade de interpretação.

Com tal característica, “[...] diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos” (KOCH, 2017, p. 49). Para tanto, é preciso que durante a construção do texto, os usuários contribuam para que haja situação comunicativa, ou seja, considerar o aspecto cognitivo, pois a continuidade baseada no sentido é consequência de compartilhar conhecimento entre os interlocutores.

Para Koch (2016, p. 53), “A coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”. Portanto, a coerência resulta de uma construção elaborada pelos interlocutores.

Na visão de Costa Val (2006, p. 6), “seu sentido é construído não só pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários à sua interpretação”, ou seja, depende de estratégias de negociação do sentido entre os interlocutores do texto. Na comunicação entre os interlocutores, o processo interpretativo dependerá do contexto e do conhecimento de mundo partilhado entre eles, que em conjunto vão construindo o fenômeno texto.

Ao confeccionar o texto, é especificado o desenrolar do conteúdo pela organização do discurso e manutenção da coerência textual. “Assim, para que haja entendimento entre os interlocutores, é preciso que eles sejam coerentes no que dizem e, principalmente, saibam sobre o que dizem (tópico discursivo)” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 34).

Pelo estudo da coerência e coesão apresentado, notamos que esses critérios têm algo incomum, pois ambos visam “[...] promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de *conectividade textual*”. Já que, “a coerência diz respeito ao *nexo* entre os conceitos e a coesão, à expressão desse *nexo* no plano linguístico” (COSTA VAL, 2006, p. 7, grifos da autora). Quando vemos em continuidade:

Quanto à coerência, esse requisito se manifesta pela retomada de conceitos, de ideias. Quanto à coesão, pelo emprego de recursos linguísticos específicos, tais como a repetição de palavras, o uso de artigos definidos ou pronomes demonstrativos para determinar entidades já mencionadas, o uso de pronomes anafóricos e de outros termos vicários (como os pró-verbais ser e fazer e os pró-advérbios lá, ali, então, etc.), a elipse de termos facilmente recobráveis, entre outros mecanismos (COSTA VAL, 2006, p. 21).

Em outros dizeres, pretendemos aclarar que coesão e coerência não são indissociáveis, mas se complementam, em concordância com Beaugrande e Dressler (1981) e Koch (2016), bem como a maioria dos autores que trabalham nesse campo defendem, que coesão e coerência são fenômenos que se conectam.

Ambas, coerência e coesão, ainda que com suas singularidades, juntas compõem a complexa construção do texto. No que diz respeito à construção textual, destacamos, portanto, “Por tudo o que foi discutido, deve ter ficado patente que, embora coesão e coerência constituam fenômenos diferentes, opera-se, muitas vezes, uma imbricação entre eles por ocasião do processamento textual” (KOCH, 2016, p. 57).

Assim, coesão e coerência que se conectam, segundo Koch e Marcuschi salientam que a condição básica para que um texto seja texto é a coerência, dado que a coesão é dispensável. No contexto jurídico, numa situação de (instrução e julgamento) do juiz e réu, a coesão é necessária e solicitada, mas a coesão não é imprescindível para produção dos sentidos para que um texto seja texto.

Os elementos linguísticos constitutivas do texto, “tem interferência direta na produção do sentido e exerce, portanto, papel relevante na construção do texto e da coerência textual” (KOCH, 2016, p. 118). A partir dos elementos linguísticos e extralinguísticos, com base no contexto, é possível compreendê-los e encontrar sentido.

Em continuação, seguimos a perspectiva de Costa Val (2006), em que cabe destacar que para o estudo de cada aspecto, é preciso levar em consideração coesão e coerência, pois se instauram arraigados aos demais critérios de textualização, os quais estão centrados no falante e no contexto, tais como: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

### 3.3 Intencionalidade: uma categoria analítica

Inicialmente, destacamos o critério de intencionalidade, em que o contexto expõe o objetivo da produção na construção do texto, ou seja, o contexto quem determinará se a intencionalidade se deve ao autor ou ao leitor, pois ambos têm intenções.

De acordo com Koch (2017, p. 51), “A intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados”. Então, a intencionalidade denota a intenção do propósito comunicativo do produtor textual, já que o texto é tido como uma forma de realização de intenções.

Tal critério ocorre numa determinada situação de interlocução, na qual por mais que se pareça neutro, sempre há alguma intenção ou objetivo da parte de quem o produz, uma vez que não há discurso neutro, pois todo texto (escrito ou falado) carrega propósitos e convicções, ou seja, ainda que implícita, há sempre uma intenção ao uso da linguagem (KOCH; TRAVAGLIA, 2007).

Segundo Beaugrande e Dressler (1981 apud KOCH, 2016, p. 19, grifos da autora), “A produção e a recepção de textos funcionam como *ações discursivas* relevantes para algum plano ou meta”, desse modo, tem-se no texto “a intenção como meta, enquanto que sua produção funciona como submeta para alcançar seu objetivo”.

Assim, os autores consideram a atividade verbal como uma instância de planejamento interativo:

A intencionalidade, em sentido estrito e imediato, diz respeito ao propósito dos produtores de textos de fazer com que o conjunto de ocorrências verbais possa constituir um instrumento textual coesivo e coerente, capaz de realizar suas intenções, isto é, atingir uma meta especificada em um plano; em sentido amplo, abrange todas as maneiras como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar seus objetivos (KOCH, 2016, p. 20).

Então, o autor do texto falado, ao produzi-lo, busca revelar suas intenções pela comunicação, para que seja eficaz a atividade verbal. “Em outras palavras, a intencionalidade diz respeito ao valor ilocutório do discurso, elemento de maior importância no jogo da atuação comunicativa” (COSTA VAL, 2006, p. 11). Já que:

A *intencionalidade* concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto (COSTA VAL, 2006, p. 10-1, grifos da autora).

E nessa confecção textual, surgem marcas linguísticas que são fundamentais para demonstrar a intenção comunicativa pelo critério de intencionalidade, a fim de que os interactantes alcancem seus propósitos comunicativos. Na perspectiva de Koch e Travaglia (2007), também discutido por Marcuschi (2008), os textos são produzidos com a intenção primária de se comunicar com alguém. Nesse jogo da comunicação entre os interlocutores, o falante emite suas intenções e por outro lado, o ouvinte se esforça, ainda que intuitivamente, para compreendê-las, ocasionando, assim, o critério de aceitabilidade.

### 3.4 Aceitabilidade

A aceitabilidade, diz respeito à reação do ouvinte frente às intenções comunicativas pretendidas, isto é, “[...] a atitude do receptor do texto (é um critério centrado no alocutário) que recebe o texto como uma configuração aceitável”, numa perspectiva pragmática, sem considerar a aceitabilidade gramatical da frase, “tendo-o como coerente e coeso, ou seja, interpretável e significativo” (MARCUSCHI, 2008, p. 127-8). Em outros dizeres:

Refere-se a concordância do parceiro em entrar num “jogo de atuação comunicativa” e agir de acordo com suas regras, fazendo o possível para levá-lo a um bom termo [...]. Deste modo, mesmo que o texto contenha incoerências locais ou pareça a princípio incoerente, o leitor/ouvinte fará o possível para atribuir-lhe um sentido (KOCH, 2017, p. 51).

Assim, percebemos que essa propriedade do texto intitulada aceitabilidade, resulta na maneira como se recebe ou considera as intenções construídas no texto, “ao concordarem em ‘jogar o jogo’, de acordo com as regras e encaram, em princípio, a contribuição do parceiro como coerente e adequada à realização dos objetivos visados” (KOCH, 2016, p. 20).

Assim, o falante avalia o grau de adequação da linguagem produzida, a fim de que possa ser interpretado por aquele que é atingido pela comunicação. E é pela

aceitabilidade, “que concerne à expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor” (COSTA VAL, 2006, p. 11). No caso do texto falado, o falante se dispõe a atribuir uma intenção ao produzir o texto, enquanto que o ouvinte atribui um sentido ao texto e gera interpretação.

### 3.5 Situacionalidade

Com relação a situacionalidade, devemos considerar, especialmente, o contexto envolto ao processo de construção do texto, dado que o contexto determina escolhas linguísticas, ou seja, a partir da situação/contexto ocorre adequação textual. Nela, consideramos:

[...] O fato de relacionarmos o evento textual à situação (social, cultural, ambiente etc.) em que ele ocorre. A situacionalidade não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção. A situacionalidade é um critério estratégico (MARCUSCHI, 2008, p. 128).

Vale ressaltar que, conforme Marcuschi (2008), a situacionalidade não pode ser confundida com o contexto, pois vai além. Ela implica em considerar os interlocutores e até mesmo a relevância do texto para determinada situação, a depender do contexto, da mensagem e de seus interlocutores, bem como os efeitos de sentido ou intencionalidade presentes na interação.

Assim, ao comparar o contexto de uma sala de aula e de uma audiência, notamos que, tanto professores e advogados precisam se adequar para que a situacionalidade seja alcançada, ou seja, que suas falas sejam relevantes para o momento. Na aula, às vezes acabamos optando pela informalidade e brincadeiras, conforme o público mais jovem; na audiência, exige formalidade ou até simplificação da linguagem a depender das partes envolvidas. Desse modo, ao referenciar à situação a adequação textual, destacamos o “texto como reflexo de traços da situação comunicativa” (KOCH, 2016, p. 17). Nessa mesma linha, a autora evidencia seu ponto de vista:

A situacionalidade diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação comunicativa. O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção” (COSTA VAL, 2006, p. 12).

Em resumo, consideramos a situacionalidade como uma estratégia para relacionar e orientar a produção do texto, bem como sua interpretação no contexto. Pela situacionalidade é possível adequar o texto ao seu contexto sociocomunicativo, “Assim, há convenções que regem o funcionamento da linguagem na interação social e que determinam, especificamente, qual o tipo particular de discurso adequado a cada ato comunicativo” (COSTA VAL, 2006, p. 13-4), ou seja, as propriedades do texto: intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade resultam numa série de efeitos para a prática da comunicação.

### 3.6 Informatividade: uma categoria analítica

Com relação à informatividade, é um critério de conteúdo, na qual normalmente esperamos que o falante utilize, ao passo que denota informações precisas, pois é “entendido como a capacidade que tem um texto de efetivamente informar seu receptor (COSTA VAL, 2006, p. 31), por meio do acréscimo de informações.

Segundo Marcuschi (2008, p. 132), “O essencial desse princípio é postular que num texto deve ser possível distinguir entre o que ele quer transmitir e o que é possível extrair dele, e o que não é pretendido. Ser informativo significa, pois, ser capaz de dirimir incertezas”. Dessa forma, a informatividade está envolta ao que o texto oferece, pois executa função na seleção e arranjo dos componentes textuais.

Desse modo, “[...] diz respeito, por um lado, à distribuição da informação no texto, e por outro, ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada” (KOCH, 2017, p. 50). Em outras palavras, num texto pelo critério de informatividade, almejamos que a mensagem não seja previsível, ou seja, partimos da informação não óbvia, que os argumentos tenham equilíbrio, para que cumpra sua função, uma vez que quanto mais previsível for o texto, menos informativo será.

A função argumentativa da língua tem marcas na estrutura do enunciado. Assim, o valor argumentativo de uma frase não é devido apenas às informações que ela contém, mas à presença de determinadas expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, têm a função de mostrar a orientação argumentativa do enunciado, conduzindo o receptor/leitor a determinada direção (PETRI, 2009, p. 79).

Dessa maneira, as informações devem transmitir elementos necessários à sua compreensão, para de fato o texto ser informativo, possibilitando, assim, o estabelecimento de uma interação comunicativa verdadeira.

### 3.7 Intertextualidade

A respeito da intertextualidade, ressaltamos o diálogo entre textos, quer dizer, levamos em consideração as experiências vivenciadas. Uma vez que, “Há um consenso quanto ao fato de se admitir que todos os textos comungam com outros textos, ou seja, não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual, pois nenhum texto se acha isolado e solitário” (MARCUSCHI, 2008, p. 129).

Desse modo, para que um texto seja elaborado, é necessário recorrer a interpretação de outros, numa espécie de diálogo entre textos, “Acreditando que toda palavra é dialógica e que todo discurso contém dentro dele outro discurso que apresenta o dito como um já-dito, não existem, pois, discursos constitutivamente monológicos” (BURGO, 2009, p. 38).

Por isso, entendemos a intertextualidade como um recurso que se utiliza de conhecimentos de outros textos, os quais no processo de construção, junta-se a subjetividade. “Todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis” (KOCH, 2016, p. 59).

A intertextualidade pode ocorrer no sentido de guiar ou assessorar a argumentação pelo seu viés orientativo, ou, pelo contrário, atuar para ridicularizá-lo, apresentar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão. Para tanto, sempre se guiam a partir de outros textos.

A intertextualidade, que concerne aos fatores que fazem a utilização de um texto dependente do conhecimento de outro(s) texto(s). [...] Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou o noticiário dos jornais, que requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos (COSTA VAL, 2006, p. 15).

Ocorrem “Relações entre informação textualmente expressa e conhecimentos prévios e/ou partilhados, que podem ser estabelecidas por recurso à intertextualidade, à situação comunicativa e a todo o contexto sociocultural” (KOCH, 2016, p. 29). Como destacamos, são muitas as propriedades das línguas que podem ser aplicadas, em razão de denotarem meios para aprimorar o contexto comunicativo e alcançar seus propósitos comunicativos.

Nessa perspectiva, as experiências, saberes e conhecimentos que são construídos pela Análise da Conversação e Linguística Textual, acerca das propriedades na construção do texto falado como processos constitutivos do texto em audiências judiciais, precisam mais do que ser considerados, deve, sobretudo, servir de reflexão na prática da atuação do direito público.

A seguir, apresentamos a metodologia mediante os procedimentos metodológicos usados para transcrever e compilar os dados, assim como os procedimentos metodológicos elencados para analisa-los.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Procedimentos metodológicos para transcrição e compilação dos dados

Para desenvolver esta pesquisa, no que se refere à metodologia, destacamos que “A fluidez e a falta de planejamento prévio requerem uma metodologia específica, que dê conta dos fenômenos peculiares a essa modalidade de língua”, a fala (GALEMBECK, 1999, p. 111). Para tanto, o pesquisador de língua falada precisa estabelecer seus procedimentos metodológicos para transcrição, compilação e análise dos dados a partir de seu contexto de produção, isto é, pela situação e as condições em que a fala foi proferida. Posto que:

Assim é que funciona a língua enquanto modelo para compreensão da realidade e organização dos sentidos. A língua não é um depósito de conhecimentos, mas é um guia que permite elaborar caminhos cognitivos nas atividades linguísticas (MARCUSCHI, 2008, p. 119-20).

Deste modo, fundamentamos a pesquisa por uma abordagem empírico-indutiva (cf. MARCUSCHI, 2006) considerando que o *corpus* advém de situações reais de interação, ao sobressair a língua falada no processo das audiências de instrução e julgamento diante o tribunal de júri. Assim, “A abordagem empírica apoia-se no registo audiovisual de interações em contexto natural, transcritas e analisadas, tendo como objetivo a descoberta e a explicação de regularidades estruturais” (FORNEL; VERDIER, 2020, p. 3).

Dado o gênero ser audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, reconhecemos que há bastante o relato, que é próprio da situação, pois o réu precisa relatar o ocorrido, ou seja, o tipo textual mais presente é relato.

Assim, os processos constitutivos do texto surgem ao elaborar o texto falado das quais “a observação empírica possibilita a descrição, que, por sua vez, permite a formulação de critérios para análise textual” (COSTA VAL, 2006, p. 18). Já que no contexto desta tese, a análise empírica visa sistematizar quais características apresentam em produções linguísticas reais, tais como ocorridas no *corpus* – audiências de instrução e julgamento no tribunal de júri.

Logo, ao partir da língua falada – que normalmente em depoimentos ou questionamentos judiciais –, o pensamento e a elaboração do texto falado ocorrem

concomitantes, a metodologia se apresenta, sobretudo, com natureza qualitativa e interpretativa, pois figuram no plano da língua falada, trazendo, portanto, marcas explícitas da organização linguística.

Quanto à constituição do *corpus*, analisamos gravações públicas de contexto interacional, em áudios e vídeos, de audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri. Pela interação entre os parceiros comunicativos juiz e réu, buscamos ressaltar a explicitude na construção da informatividade e intencionalidade como critérios de textualidade amparados aos processos do texto falado de hesitação, repetição, manejo dos turnos, truncamento e preservação da face, para analisar sua materialidade linguística.

O *corpus* de pesquisa, audiências de instrução e julgamento no tribunal de júri, foi selecionado via *internet*, pautada por aspectos éticos de pesquisa, em caráter de domínio público – já que estão publicamente disponibilizados pela plataforma digital intitulada “Audiências *on-line*” – <<https://audienciasonline.com.br/>>.

Esse projeto “Audiências *on-line*”, criado e coordenado pelo juiz de Direito José de Andrade Neto, tem parceria com o Portal de Educação Novidades Jurídicas – <[www.novidadesjuridicas.com.br](http://www.novidadesjuridicas.com.br)>. Na plataforma digital do projeto “Audiências *on-line*” são disponibilizadas audiências judiciais reais e júri popular, que segundo o sítio virtual, visa garantir experiência prática a acadêmicos, na qual podem assistir à atuação real de profissionais experientes. Justificando-se nos seguintes dizeres: “Para a formação de um bom profissional do direito, é imprescindível que ele acompanhe o desempenho de outros profissionais mais experientes, especialmente na atividade diária da advocacia, da magistratura, dentre outras” (ANDRADE NETO, 2019, informação verbal)<sup>18</sup>.

Para tanto, o acesso a plataforma “Audiências *on-line*” <<https://www.audienciasonline.com.br>> é liberado após fazer um breve cadastro, assistir de forma gratuita audiências e júri popular, contando com a emissão de certificado validado pelas Universidades Brasileiras – desde de que o usuário logado, ao final da audiência, faça a avaliação de conhecimento, na qual terá três tentativas e atingindo a pontuação mínima, poderá emitir certificação.

Na plataforma, há um vídeo explicativo de como proceder e ter acesso a todas as ferramentas disponíveis, assim, é possível assistir quando e quantas vezes

---

<sup>18</sup> Fala do juiz de direito José de Andrade Neto – vídeo “Audiências *on-line* - Apresentação”, em 04/abril/2019.

quiser. “O projeto é 100% gratuito e tem como objetivo democratizar o acesso à prática jurídica” (ANDRADE NETO, 2019).

Em geral, esta plataforma oferece audiências nas categorias: juizados especiais, júri popular, justiça comum cível, justiça comum criminal e justiça do trabalho. Todas separadas pelo número do processo, tema, tipo de audiência e juiz presidente do ato, ou seja, são conduzidas por juízes de direito e com a participação de advogados, partes e testemunhas.

Devido à pandemia do Coronavírus (COVID – 19), não foi possível nos dirigir ao fórum para assistir e coletar os dados, então, optamos pelo formato de audiências *on-line*. Entendemos que desta forma *on-line*, é um modo de ser imparcial na dinâmica do ato, isto é, não interferir na decorrência da audiência, posto que a presença física de um pesquisador poderia ocasionar reações diversas aos envolvidos e prejudicar a coleta de dados.

Desta forma, cabe salientar que o projeto “Audiências *on-line*”, tido como *corpus* de pesquisa, foi executado no Plenário do tribunal de júri, Comarca de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Ao saber da dinâmica das audiências de instrução e julgamento no tribunal de júri e seus aspectos de formação, neste trabalho, evidenciamos a condução do texto falado pelo juiz e réu na fase de interrogatória na audiência.

Em seguida, iniciamos o processo de seleção e transcrição das audiências de instrução e julgamento diante do tribunal de júri, de acordo com as normas sugeridas pelo Projeto Normas Urbanas Cultas (NURC), núcleo USP, coordenado por Preti (2008, p. 17-8).

Para transcrever os dados, adotamos as seguintes normas:

**Quadro 2** – Convenções para transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	do nível de renda... ( ) nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para::: ou mais	ao emprestarem... éh ::: ... dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	[ ligando as Linhas	A. na [casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram [LÁ... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado

		em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...
--	--	---

**Fonte:** Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF e 331 D<sup>2</sup>, extraídos de Preti (2008, p. 17-8)

**OBSERVAÇÕES:**

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc)
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá? você está brava?*)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh::: ... (alongamento e pausa)*.
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa (PRETI, 2008, p. 18, grifos do autor)

As audiências de instrução e julgamento foram divididas em excertos, dos quais consideramos a (re)construção dos fatos e os critérios de informatividade e intencionalidade, de modo interligados, amparados aos processos de constituição do texto falado.

Partimos da análise da transcrição conforme Preti (2008) de gravações públicas em áudios e vídeos, composta pelas quatro audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, disponibilizadas pela plataforma digital “Audiências *on-line*” <<https://audienciasonline.com.br/>>.

Enfatizamos que a transcrição é feita a partir da audição das gravações de áudios e vídeos, exatamente como faladas pelos interactantes, portanto, é grafada de maneira ortográfica tal como compreendidas, então, elas nem sempre seguem à norma padrão da Língua Portuguesa, tendo em vista que não se visa a analisar variações da norma padrão, por esta razão, consideramos a produção real e fiel à fala.

#### 4.2 Procedimentos metodológicos para análise dos dados

Quanto à contextualização, todas as audiências de instrução e julgamento perante o tribunal de júri que foram escolhidas para análise estão relacionadas ao tema incomum de homicídio ou tentativa de homicídio. Nelas, averiguamos os aspectos da interação no contexto específico do tribunal de júri, pela troca

comunicativa dos parceiros comunicativos juiz e réu, que têm uma dinâmica de interação completamente diferente dos outros atores no tribunal de júri.

Então, para análise dos dados, elencamos as falas do juiz e réu, mesmo que tem promotor e os outros membros ali, eles são protagonistas e é uma interação que é específica. Desse modo, pretendemos chegar numa descrição discursiva mais pragmática do gênero audiência, pois é uma interação bem particular, a combinação das propriedades e processos constitutivos do texto é uma combinação que não se dá em outras esferas de modo igual.

A teoria, portanto, se constitui e se renova a partir do que revelam os dados. Não sintonizam com a “mentalidade de análise” da conversação procedimentos que buscam enquadrar manifestações genuinamente faladas em esquemas apriorísticos destinados a outros objetos de análise. Enfim, os procedimentos metodológicos na análise linguística da conversação precisam sempre estar em sintonia com o que se pretende com essa análise (BENTES; LEITE, 2010, p. 99).

Por fim, concentramos atenção neste estudo interligando a Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense para melhor compreender e estabelecer sentido ao evento comunicativo, em que os interactantes se propuseram. Dado que as perspectivas de estudos nessas áreas não foram esgotadas, partimos da premissa de que foram examinados na particularidade do *corpus*, além disso, com diferentes propósitos teóricos, justificando, assim, o relevo desta tese como produto científico.

Tratamos, aqui, de excertos selecionados para análise extraídos das transcrições em *Anexos B* ao *E*, somando um total de 16 excertos analisados. Neles, examinamos a partir do interrogatório, a reconstrução dos fatos em específico pelas falas do juiz e réu, os elementos de natureza verbal (palavras e expressões linguísticas). Existem os recursos de natureza não-verbal ou paralinguísticos (expressões faciais, gestos, olhares, risos); e, ainda, os prosódicos ou suprasegmentais (pausas, entonação, tom de voz), mas o arcabouço das teorias que usamos nem sempre as contemplavam, então, neste trabalho, eles não foram consideradas em análise.

Para composição da amostragem dos dados analisados, as audiências que compõem o *corpus* foram divididas em quatro blocos: os excertos do (1 ao 4) referindo ao *Anexo B*, o qual trata da *transcrição da audiência de júri popular 01*. Os

excertos (5 ao 8) reportando ao *Anexo C*, que aborda a *transcrição da audiência de júri popular 02*. Em continuidade, os excertos (9 ao 12) especificando o *Anexo D*, contemplando *transcrição da audiência de júri popular 03*. E, sucessivamente, os excertos (13 ao 16), que aludem ao *Anexo E*, com referência à *transcrição da audiência de júri popular 04*.

Pela linguagem, os falantes denotam informações que revelam a sua real intenção, isto é, transparecem os efeitos de sentido da comunicação, dentre os quais os critérios de textualidade imbricam na construção do texto falado. Assim, ao analisar o modo como os critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade se organizam nos textos falados nesse contexto do tribunal de júri, almejamos detectar as finalidades que orientam sua elaboração, de modo a fortalecer a eficácia e a expressividade das mensagens.

Em linhas gerais, as audiências ocorrem do seguinte modo: o juiz inicia com a abertura e esclarece a ordem dos trabalhos. Em seguida, ele institue a instrução do processo e passa para a parte das testemunhas listadas, caso tenham testemunhas a serem ouvidas. Na sequência, temos o réu que será interrogado pelo juiz de direito.

Logo em seguida, ocorrem os debates, falando primeiro o Ministério público, na figura do promotor de justiça e depois, a Defesa, na figura da Defensoria pública. Nesse desenvolver, cabe ressaltar a relevância dos júris populares estarem atentos e se tiverem alguma questão deva ser pontuada. Então, juiz de direito inicia o processo da audiência de instrução e julgamento perante o tribunal de júri.

Isto posto, adiante, trataremos da análise e discussão dos dados, que parte da construção da informatividade e intencionalidade na interação juiz e réu no texto falado no tribunal de júri, e conseqüentemente, os resultados encontrados neste estudo. Conforme apresentamos o quadro das categorias analíticas:

**Quadro 3** – Categorias de análise

<b>Crítérios de textualidade</b>	<b>Processos constitutivos do texto</b>
Informatividade e intencionalidade	Hesitação, repetição, manejo dos turnos, truncamento e preservação da face

**Fonte:** os próprios autores

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, a partir da interação entre juiz e réu ocorrida em audiências de instrução e julgamentos, discutimos a construção da informatividade e intencionalidade e buscamos demonstrar o modo peculiar como eles vão se organizando de uma forma aderente à situação.

### 5.1 Construção da informatividade e intencionalidade na interação juiz e réu no texto falado no tribunal de júri

Partimos da análise das propriedades do texto, em específico, pela construção da informatividade e intencionalidade na interação dos parceiros comunicativos juiz e réu no texto falado no tribunal de júri. A fim de mostrar como eles se combinam, como um vai se entrelaçando com o outro e peculiariza essa interação.

De modo que há conexão, considerando o gênero – audiências de instrução e julgamento –, neste contexto – entre os parceiros comunicativos juiz e réu –, ressaltamos a construção da informatividade e intencionalidade, uma vez que o juiz quer saber o que aconteceu e o réu quer mostrar as suas boas intenções, de modo que usam de alguns processos constitutivos do texto para ampará-los.

Cabe salientar que o par adjacente é uma propriedade que os textos falados geralmente têm, que é pontuado por pergunta e resposta, pois uma interação sempre está pautada minimamente em um par: pergunta-resposta, convite-aceitação ou recusa, pedido-concordância ou recusa, saudação-saudação. “[...] Ele concorre para organizar localmente a conversação, controlando o encadeamento de ações e, inclusive, podendo constituir-se em elemento introdutor do tópico discursivo” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 49-50). Segundo os autores, o par adjacente também pode atuar no sentido de introduzir, dar continuidade, redirecionar ou mesmo para sinalizar mudança de tópico.

A ocorrência dos pares adjacentes forma a base para o princípio de que cada movimento em uma conversação é essencialmente uma resposta a uma fala anterior e uma antecipação do tipo de fala que virá, ou seja, na formulação de seus turnos, os falantes mostram sua compreensão do turno anterior e revelam suas expectativas acerca do próximo turno (BURGO, 2009, p. 66).

Nesses termos, eles funcionam para equilibrar as informações, a fim de ordenar os conteúdos e propiciar organização à conversação, posto que as “Perguntas e Respostas são examinadas em termos do papel que elas desempenham no discurso e em termos de unidades do discurso nas quais ocorrem” (URBANO *et al.* 2002, p. 75).

Nessa perspectiva, destacamos que “Os turnos, por sua vez, estabelecem uma relação em pares (pares adjacentes), em que o primeiro sempre é condição para que o outro se realize, como por exemplo: pergunta-resposta” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 23). De modo que, na situação comunicativa em questão, em grande medida, há alternância de turnos entre juiz e réu, seguindo a regra geral básica da conversação pela distribuição de turnos na atividade conversacional “Pois, na medida em que nem todos falam ao mesmo tempo (em geral um espera o outro concluir) e um só não fala o tempo todo (os falantes se alternam)” (MARCUSCHI, 1986, p. 19).

Deste modo, no caso dos parceiros comunicativos juiz e réu, um enunciado solicita o outro, ou seja, dois enunciados que são interdependentes que sempre aparecem juntos. Então, são adjacentes porque em geral eles aparecem em seguida, o juiz faz a pergunta e espera que o réu responda em seguida, que construa sentidos para todos os interactantes no momento.

Ainda com relação ao par adjacente, segundo Urbano *et al.* (2002, p. 75), em geral, há dois grandes tipos de pares adjacentes de perguntas/respostas, a saber: “perguntas de sim ou não, também conhecidas por perguntas fechadas ou de confirmação/negação; [...] e as perguntas sobre algo, também denominadas perguntas abertas ou de busca de informação nova”.

Com relação à informatividade, no primeiro tipo de par adjacente de perguntas/respostas, as perguntas fechadas denotam respostas reduzidas de modo a confirmar ou negar, isto é, a busca pela informação está presente apenas na pergunta, não na resposta, pois ela é somente uma confirmação ou não do questionamento.

Por outro lado, no segundo tipo de par adjacente de perguntas/respostas, notamos que nas perguntas abertas a busca pela informação nova sobressai nas respostas, posto que:

As Perguntas desse tipo, geralmente, iniciam-se por marcadores interrogativos: *onde, quando, quem, de quem, como, que* etc., seguidos de Respostas cujos termos estejam diretamente correlacionados com a circunstância indicada pelo marcador interrogativo (URBANO *et al.*, 2002, p. 78).

Assim, o autor assevera que essas palavras interrogativas, usadas nas perguntas abertas, semanticamente, são palavras vazias de sentido, mas que são usadas na interação com a função de buscar informatividade, dado que pela resposta esperamos o preenchimento desse vazio com informações novas. Tais funções são descritas e exemplificadas adiante, a partir da contextualização do júri popular e excertos analisados.

### **Júri popular 01**

Consiste no julgamento do processo com tema: ação penal – tentativa de homicídio duplamente qualificado – que envolve o denunciado nos autos denominado por código, que se refere ao crime de tentativa de homicídio por infração ao artigo 121, § 2º Incisos II e IV, c.C art. 14, inc. II, do C.P., praticado contra a vítima.

Conforme apresentam descritos nas peças do processo, a saber: denúncia, alegações de defesa, sentença de pronúncia, ata de plenário e sentença em plenário; arquivos disponibilizados na plataforma digital “Audiências *on-line*” <<https://audienciasonline.com.br/>>.

Uma vez contextualizado, o juiz inicia a sessão com a identificação do réu. E adiante, faz a qualificação e interrogatório do réu, por áudio e vídeo, conforme os excertos apresentados.

### **Excerto 1**

1. **Juiz:** *bom dia... o senhor é o ((nome))... é isso?*
2. **Réu:** *Sim senhor*
3. **Juiz:** *eu queria que o senhor me contasse o que aconteceu nesse dia... se isso*
4. *é verdade... se não é... peço que o senhor poss/... éh::: fale calmamente no*
5. *microfone... para que todos possam ouvir*
6. **Réu:** *éh::: ... isso aí não é verdade... nois brigamos no bar antes... porque ele*

7. estava batendo na minha irmã... e outra... eu não invadi a casa... eu moravo lá
8. na mesma casa que ele... desde novembro de 2011 nois morávamos juntos
9. **Juiz:** tá... deixa eu entender... então... é::: ... a vítima aqui ((nome))... o senhor
10. morava junto?
11. **Réu:** ::junto
12. **Juiz:** tinha um [relacionamento...
13. **Réu:** [bom
14. **Juiz:** éh::: ... éh:: mais tinha um relacionamento di::: intimidade::?
15. **Réu:** tínhamos... nois era muito amigos... somos... até hoje mais::
16. **Juiz:** tá... vocês moravam juntos?
17. **Réu:** sim senhor...
18. **Juiz:** tá... e nesse dia o que aconteceu?... me conta desde a hora que o senhor
19. acordou::: ... até estes fatos aqui... vai me contando como que passou?... ::tudo
20. **Réu:** :::olha... foi um dia... não sei... até a hora que nois tava no bar... tava tudo
21. bem... pelo/ num sei se foi problema de cachaça... sei lá... sei que a gente
22. brigou... e aconteceu isso... a hora que eu voltei pra casa... aconteceu essa
23. briga de novo e acabei::: ... furando ele ali... ::GRAÇAS a Deus ele não morreu...
24. que eu não tive vontade de matar ele ((mexendo as pernas))
25. **Juiz:** tá (...)

Inicialmente, analisamos a forma como se dá as etapas da audiência de instrução e julgamento perante o tribunal de júri, no direito público. Por meio do relato, é que o réu (re)constrói os fatos.

Dado que, a interação entre os parceiros comunicativos juiz e réu ocorre no contexto específico do tribunal de júri, em que o juiz faz perguntas a fim de buscar a informatividade e demonstra isso por meio da intencionalidade impregnada na questão. Por sua vez, o réu busca (re)construir os fatos e dar sua versão do ocorrido.

Desse modo, o juiz convida o réu a tomar o seu posto, isto é, assentar no lugar estipulado – que fica à frente do juiz, de modo a tomar forma à interação face a face. O juiz também pondera que a audiência será gravada em áudio e vídeo “**éh::: fale calmamente no microfone... para que todos possam ouvir**” (linhas 4-5).

Notamos as condições para abertura da sessão, apresentadas pelo juiz de direito. Em seguida, o juiz explicou o modo como procederá a audiência de instrução

e julgamento e orientou o réu neste processo, quando salientou **“eu queria que o senhor me contasse o que aconteceu nesse dia... se isso é verdade... se não é...”** (linhas 3-4). Assim, o juiz solicitou por meio do verbo no pretérito imperfeito do indicativo **“queria”** (linha 3), que o réu desse a versão dele dos fatos, pedindo a confirmação ou refutação sobre o fato descrito no processo, ou seja, percebemos marcação da informatividade, quando o juiz diz **“eu queria que o senhor me contasse”** (linha 3), pois expressa o pedido de informação. Do mesmo modo, o juiz marca também a sua intencionalidade em **“o que aconteceu nesse dia... se isso é verdade... se não é...”** (linhas 3-4) demonstrando o propósito comunicativo do juiz, que é obter a fala do réu.

Quando o réu fala **“éh::: ... isso aí não é verdade... nois brigamos no bar antes... porque ele estava batendo na minha irmã... e outra... eu não invadi a casa... eu moravo lá na mesma casa que ele... desde novembro de 2011 nois morávamos juntos”** (linhas 6-8). A intenção comunicativa do réu foi refutar as informações constatadas na denúncia, quando afirma que a ocorrência não procede, pois não invadiu a casa, uma vez ele que morava lá. E o réu também justifica que agiu de tal forma, porque sua irmã estava sendo agredida.

Neste excerto, vemos a construção do critério de textualidade de informatividade, conforme em **“tá... deixa eu entender... então...”** (linha 9) em que o juiz direciona a conversação, com o intuito de buscar informações. E assim, juiz e réu prosseguem com a troca comunicativa.

Em **“tá... e nesse dia o que aconteceu?... me conta desde a hora que o senhor acordou::: ... até estes fatos aqui... vai me contando como que passou?... :::tudo”** (linhas 18-9). Percebemos também o critério de informatividade em **“tá... e nesse dia o que aconteceu?...”** (linha 18), quando o juiz procura por esclarecimentos, a partir da versão do réu para entender os fatos relatados na denúncia, a fim de estabelecer sentidos.

Ocorre também o critério de intencionalidade, de acordo com a fala do juiz **“vai me contando como que passou?... :::tudo”** (linha 19), o juiz marca seu propósito comunicativo e apresenta sua intenção de obter a versão do réu, pois “a intencionalidade é mostrada no uso direcionado ao objetivo da conversa”<sup>19</sup> (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 17, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> “Intentionality is shown in the goal-directed use of conversation”.

Em continuidade, há marcação de informatividade e intencionalidade na fala do réu “**e aconteceu isso... a hora que eu voltei pra casa... aconteceu essa briga de novo e acabei: ... furando ele ali... ::GRAÇAS a Deus ele não morreu... que eu não tive vontade de matar ele**” (linhas 22-4), visto que o réu procurando aclarar os fatos, afirma que ocorreu a “**briga**” (linha 23), por suas validações “**e aconteceu isso...**” (linha 22) e “**aconteceu essa briga**” (linhas 22-3), ou seja, ocorre processo informativo de confirmação. Por outro lado, em sua defesa, há pretensão do réu em demonstrar arrependimento pelas marcas de intencionalidade “**::GRAÇAS a Deus ele não morreu... que eu não tive vontade de matar ele**” (linhas 22-4). Desse modo, neste tipo de situação, isso é marcado, conforme apresentamos pela materialidade no texto.

## Excerto 2

1. **Juiz:** e lá no bar... o senhor não fez nada?
2. **Réu:** então... lá nois briguemo de porrada... mas
3. **Juiz:** brigaram lá no bar [então...
4. **Réu:** [éh::: sim... mas...
5. **Juiz:** saíram na porrada... (aham:::)... tá... e aí ele foi embora? e o senhor
6. ficou no bar?... como é que foi?...
7. **Réu:** eu fiquei no bar
8. **Juiz:** passou quanto tempo que o senhor resolveu ir na casa atrás dele?
9. **Réu:** ah... acho que passou mais de hora
10. **Juiz:** mais de hora... aí o senhor resolveu ir lá na casa fazer o quê?... vou lá
11. continuar essa discussão::: ou não?... o senhor foi pra casa dormir... como é que
12. foi?
13. **Réu:** não... minha intenção nem foi volta/vontade de dormir lá eu tinha... eu tinha
14. intenção de pegar minhas coisas
15. **Juiz:** o senhor foi lá então... pra pegar as coisas e ir embora
16. **Réu:** isto
17. **Juiz:** ia pra onde?
18. **Réu:** eu ia pra casa da minha mãe
19. **Juiz:** e aí... o que aconteceu quando o senhor chegou lá na casa?...

20. **Réu:** o que aconteceu... é que parece que ele tava bravo... me esperando... e  
 21. não queria deixar eu entrar pra pegar minhas coisas... ((perna mexendo sem  
 22. parar))  
 23. **Juiz:** pode continuar contando... e aí?  
 24. **Réu:** daí::: ... ((gesto de abertura com as mãos)) aconteceu isso...  
 25. **Juiz:** então... mas eu preciso que o senhor conte TODA a história... pra gente  
 26. poder entender... o senhor chegou na casa ele tava dormindo... tava acordado...  
 27. como é que foi?  
 28. **Réu:** tava acordado

No trecho “saíram na porrada... (**aham::**)... **tá... e aí ele foi embora? e o senhor ficou no bar?... como é que foi?...**” (linhas 5-6), o juiz usa a expressão hesitativa “**aham**” (linha 5), mas na sequência usa “**tá...**” (linha 5), para confirmar e encerrar o assunto da briga, demonstrando que estava satisfeito com as colocações do réu.

Em seguida, o juiz solicita a (re)construção do fatos mediante questionamento “**e aí ele foi embora? e o senhor ficou no bar?... como é que foi?...**” (linhas 5-6) percebemos que ao mesmo tempo que o juiz indaga, ele dá opções de respostas, manifestando sua intenção comunicativa de que o réu seja colaborativo e fale, ou seja, o juiz demonstra que está lá para o ouvir o réu, do mesmo modo que materializa sua busca pela informatividade, a partir da pergunta aberta “**como é que foi?...**” (linha 6) com a função de organizar os conteúdos tratados e esclarecer os fatos mediante informações.

Ao prosseguir, o juiz indaga “passou quanto tempo que o senhor resolveu ir na casa atrás dele?” (linha 8) e por sua vez, o réu responde “**ah... acho que passou mais de hora**” (linha 9). A expressão hesitativa “**ah**” (linha 9), em posição inicial, na qual denota função de preencher as pausas e planejar sua fala, como um recurso de sustentar seu turno (GALEMBECK; CARVALHO, 1997, p. 842).

Ao responder o questionamento “**acho que passou mais de hora**” (linha 9), o réu expõe sua intenção em esclarecer os fatos apresentados, mas ocorre distanciamento da responsabilidade do falante, pois não se compromete com sua fala, não demonstrando certeza, ou seja, ele usa do critério de intencionalidade, uma vez que visa assimilar seus objetivos como falante. “Os verbos de opinião, geralmente utilizados na primeira pessoa do singular (**acho, creio, suponho, vejo,**

noto e similares) [...]”, conforme na fala do réu (linha 9), identificamos que “O emprego de verbos que prefaciam ou introduzem a opinião do falante representa uma indicação de que ele assume integralmente a própria opinião” (GALEMBECK, 2005, p. 182, grifos do autor), isto é, sua intencionalidade é marcada.

Em continuidade, o juiz reafirma por meio da repetição “**mais de hora... aí o senhor resolveu ir lá na casa fazer o quê?... vou lá continuar essa discussão:: ou não?... o senhor foi pra casa dormir... como é que foi?**” (linhas 10-2). De acordo com Marcuschi (2006, p. 220), “a repetição não é um descontinuador textual, mas uma estratégia de composição do texto e condução do tópico discursivo”.

Assim, o juiz segue inserindo novas questões “**aí o senhor resolveu ir lá na casa fazer o quê?... vou lá continuar essa discussão:: ou não?... o senhor foi pra casa dormir...**” (linhas 10-1), demonstrando interesse em ouvir as ponderações do réu, pois o juiz novamente, ao mesmo tempo que questiona, dá possíveis sugestões de respostas, de modo a marcar sua intenção comunicativa em obter explanação do réu. Da mesma forma, adiante o juiz profere “**como é que foi?**” (linhas 11-2), procurando levantar mais explicações do réu mediante a construção da informatividade.

Em resposta, o réu salienta “**não... minha intenção nem foi volta/vontade de dormir lá eu tinha... eu tinha intenção de pegar minhas coisas**” (linhas 13-4). Este excerto foi marcado por repetição como forma de enfatizar sua fala e truncamento, pois é um momento importante sobre a responsabilidade do réu no ato. Nele, o réu apresenta construção da intencionalidade ao prestar esclarecimentos de que seu objetivo era pegar suas coisas que estavam na casa, revelando suas intenções.

Na (linha 19), o juiz interroga buscando informatividade “**o que aconteceu quando o senhor chegou lá na casa?...**”, seguida por repetição, agora na fala do réu, procurando transmitir que estava colaborando com o interrogatório “**o que aconteceu... é que parece que ele tava bravo... me esperando... e não queria deixar eu entrar pra pegar minhas coisas...**” (linhas 20-1). Em “**parece que**” (linha 20), que a intenção do réu é de não se comprometer com suas colocações, não enfatizando certeza.

Ao prosseguir, o juiz sequencia “**pode continuar contando... e aí?**” (linha 23), temos a marcação da informatividade, pois o juiz procura entender como os fatos aconteceram com detalhes e busca encontrar informações relevantes, bem

como contradições. E a esta questão, o réu não foi colaborativo, pois não expressou em muitas palavras o que acontecera “*daí:: ... ((gesto de abertura com as mãos)) aconteceu isso...*” (linha 24). Como o réu não descreveu os fatos com informações suficientes, o juiz insiste pela construção da informatividade, pedindo que conte o que ocorreu para que todos os presentes tenham ciência do que realmente aconteceu.

Conforme no excerto “*então... mas eu preciso que o senhor conte TODA a história... pra gente poder entender... o senhor chegou na casa ele tava dormindo... tava acordado... como é que foi?*” (linhas 25-7), vemos a marcação da informatividade, pois o juiz insiste para que o réu colabore e (re)construa os fatos, a fim de que narre o ocorrido, de modo a oferecer informações para que todos os presentes entendam a ocorrência. “Assim, avaliar a informatividade significa, para mim, medir o sucesso do texto em levar conhecimento ao receptor, configurando-se como ato de comunicação efetivo” (COSTA VAL, 2006, p. 32).

### Excerto 3

1. **Juiz:** tá... então me conta... a partir da hora que o senhor chegou lá na casa...
2. como é que foi tudo?... ::pode me contar
3. **Réu:** lá foi muito rápido... só fu/... ((pés e mãos mexendo sem parar))
4. **Juiz:** a informação que tem aqui... que ele tava dormindo... é verdade?
5. **Réu:** não é verdade
6. **Juiz:** não?... o senhor chegou lá e ele tava acordado na sala...
7. **Réu:** acordado na sala
8. **Juiz:** e aí?... vocês começaram a discutir de novo?
9. **Réu:** não... porque::: ... ((silêncio)) não sei já tava um com raiva do outro... sei
10. que ele veio pra cima de mim... e ele TAMbém estava com a faca...
11. **Juiz:** tava com faca também?
12. **Réu:** também
13. **Juiz:** e aí o senhor... quando ele veio pra cima... o senhor já deu a facada nele?
14. **Réu:** sim senhor
15. **Juiz:** o senhor lembra quantas... quantas facadas deu nele?... num lembra?
16. **Réu:** eu lembro que eu... só lembro que eu... dei umas duas... três... e já corre::
17. ... num...

18. **Juiz:** *mas ele não acertou nenhuma facada no senhor?*
19. **Réu:** *não senhor*
20. **Juiz:** *mas como que ele não acertou?... se ele também tava com faca*
21. **Réu:** *porque dentro da casa é:: é claro... e eu tava na parte de fora... escuro...*
22. *eu tava vendo ele... ele não vê eu*
23. **Juiz:** *ele não te viu... então?...*
24. **Réu:** *não...*
25. **Juiz:** *entã/... num entendi então... como é que vocês tava brigando sem ele te*
26. *vê?*
27. **Réu:** *porque no claro... eu vejo... eu tava no escuro na parte de fora... é escuro...*
28. *entendeu?*
29. **Juiz:** *entendi... o senhor tava do lado de fora da casa e ele?*
30. **Réu:** *do lado de fora*

O excerto acima inicia com o questionamento do juiz “*tá... então me conta... a partir da hora que o senhor chegou lá na casa... como é que foi tudo?... ::pode me contar*” (linhas 1-2), há marcações de informatividade quando o juiz busca tomar conhecimento dos fatos mediante mais informações, a partir do uso da repetição da expressão “*me conta...*” (linha 1) e “*::pode me contar*” (linha 2), contribuindo para receptionar informações por sequências mais compreensíveis (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 61).

Ao responder para o juiz, o réu salienta “*lá foi muito rápido... só fu/...*” (linha 3) apresentando truncamento como uma manifestação inerente ao processo de construção verbal. Neste caso, demonstra que o réu estava se sentindo pressionado e ao estabelecer truncamento, não concluiu suas considerações, posto que pela sua falta de tempo de fala reduziu a informatividade, pois o réu ao ser interrompido, sessou suas ponderações.

Em continuidade, há busca em pontuar a intencionidade, notadas em alguns termos (linhas 4-5) na interação entre juiz e réu, respectivamente, “*a informação que tem aqui... que ele tava dormindo... é verdade?*” (linha 4) e “*não é verdade*” (linha 5); e o juiz prossegue “*não?... o senhor chegou lá e ele tava acordado na sala...*” (linha 6) e o réu diz “*acordado na sala*” (linha 7). Nesses casos, sobre os termos em destaque, apontamos que o juiz está contrapondo a fala do réu, buscando identificar quem está falando a verdade, pois, provavelmente, teria diferença na

sentença, caso o homem estivesse acordado para se defender, ou dormindo sem chance de defesa. Assim, a repetição se estabeleceu entre as perguntas do juiz e as respostas do réu.

Logo depois, o juiz questionou “*e aí?... vocês começaram a discutir de novo?*” (linha 8) e o réu esclarece “*não... porque::: ... ((silêncio)) não sei já tava um com raiva do outro... sei que ele veio pra cima de mim... e ele **TAMBÉM estava com a faca...***” (linhas 9-10). Notamos a prontidão em negar “*não...*” (linha 9), mas o réu segue sua justificativa com planejamento local indicado por pausa, seguida do “*porque::: ...*” (linha 9), com alongamento de vogal, pausa e um longo silêncio, para então, iniciar sua argumentação pela construção da intencionalidade, falando com a finalidade de negar os fatos “*não sei*” (linha 9), com a função de prefaciar sua fala e se resguardar, dado que “os marcadores de rejeição apresentam uma antecipação do locutor, com a finalidade de limitar ou neutralizar possíveis reações desfavoráveis ou interpretações contrárias ou prejudiciais por parte do interlocutor” (GALEMBECK, 2005, p. 178).

Em continuidade, o réu enfatiza “*sei que ele veio pra cima de mim... e ele **TAMBÉM estava com a faca...***” (linhas 9-10), marcando sua opinião “*sei que*” (linhas 9-10), “o emprego de verbos que prefaciam ou introduzem a opinião do falante representa uma indicação de que ele assume integralmente a própria opinião” (GALEMBECK, 2005, p. 182), ou seja, afirma sua colocação de que foi atacado “*sei que ele veio pra cima de mim...*” (linhas 9-10), e destaca que o outro, da mesma forma, estava portando faca “*e ele **TAMBÉM estava com a faca...***” (linha 10).

Adiante, em “*entã/... **num entendi** então... como é que vocês tava brigando sem ele te vê?*” (linhas 25-6), o juiz sinaliza a busca por novas informações, interessado em compreender os fatos, para que seu interlocutor seja colaborativo. Dado que, “*num entendi*” (linha 25) exerce “[...] um papel relevante no desenvolvimento da interação, à medida que resguardam o falante de possíveis objeções ou críticas por parte dos demais interlocutores” (GALEMBECK, 2005, p. 179). Conforme apresentado, ocorreu mais um caso em que a construção da língua falada por meio de traços dos textos trabalham em sintonia com os critérios de textualidade, neste caso, o de informatividade.

Por sua vez, o réu faz as seguintes colocações “*porque no claro... eu vejo... eu tava no escuro na parte de fora... é escuro... **entendeu?***” (linhas 27-8), em

destaque o réu marca sua opinião mediante o verbo epistêmico “**vejo**” (linha 27), com intuito de realçar e assumir suas colocações, isto é, demonstrando certeza e convicção do ocorrido. O que se confirma pelo emprego do “**entendeu?**” (linha 28) para manejar o turno, usado para assinalar a passagem de turno conversacional ao seu interlocutor, assim como, buscar concordância por parte do juiz.

#### Excerto 4

1. **Juiz:** *os dois tinham bebido nesse dia?*
2. **Réu:** *sim senhor*
3. **Juiz:** *o senhor tava bêbado... tava mais ou menos?*
4. **Réu:** *[eu:::*
5. **Juiz:** *[o que o senhor lembra?*
6. **Réu:** *que eu estava muito bêbado... porque... ((abriu as mãos indicando não*
7. *saber o porquê)) que eu... parece que não era eu que fiz aquilo... não tenho*
8. *coragem de fazer isso... parece que::: ...*
9. **Juiz:** *tá... deixa eu entender... nessa época que aconteceu isso... isso daqui é*
10. *de dois mil e doze...*
11. **Réu:** *foi*
12. **Juiz:** *já... já tem ai mais de quatro anos atrás... o senhor tava trabalhando nessa*
13. *época?*
14. **Réu:** *tavo::: recebendo seguro desemprego*

Inicialmente, o juiz busca coletar informações questionando “[**o que o senhor lembra?**” (linha 4). Ao ser interrogado, o réu não colocou em muitas palavras o episódio em que atacou outrem com uma faca, dizendo “**que eu estava muito bêbado... porque...**” (linha 6), na qual não concluiu suas informações.

E ainda mantendo seu turno, vemos a construção da intencionalidade, pois o réu usa procedimento com repetição para marcar seu distanciamento, ou seja, cumpre uma intenção em “**parece que não era eu que fiz aquilo... não tenho coragem de fazer isso... parece que::: ...**” (linhas 7-8), denotando impessoalidade, ou seja, uma atitude de afastamento do locutor. Segundo Galembeck (2005, p. 177-8), o uso desse procedimento de impessoalidade “[...] marca o afastamento em grau

menor, já que neles está implícita a ideia de apreciação e julgamento. Em outros termos, o falante sinaliza que assume, ainda que parcialmente, as ideias expostas”.

Em seguida, o juiz persiste sua busca pela construção da informatividade em “*tá... **deixa eu entender...** nessa época que aconteceu isso... isso daqui é de dois mil e doze...*” (linhas 9-10). Neste momento de fala, o juiz age na função de receber contribuições informativas do réu e usa a expressão “***deixa eu entender...***” (linha 9) ofertando proposta de tema para seguir suas considerações. Em outras palavras, “[...] buscam construir um evento comunicativo em que a cooperação está implícita, pois ela é necessária para que o evento se constitua de fato” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 48).

## **Júri popular 2**

É composto pelo julgamento perante o tribunal de júri, na qual o réu é denunciado nos autos, por crime de homicídio por infração ao artigo 121, § 2º, incisos III e IV do C.P, que consiste em homicídio consumado duplamente qualificado.

Em concordância ao que se apresentam descritos nas peças do processo, tais como: denúncia, alegações de defesa, sentença de pronúncia, ata de plenário e sentença em plenário; arquivos disponibilizados para baixar na plataforma digital “Audiências on-line” <<https://audienciasonline.com.br/>>.

## **Excerto 5**

1. **Juiz:** peço que o réu seja colocado em minha frente... por favor... ((aguardou
2. posicionamento)) qual é o seu nome completo?
3. **Réu:** ((nome completo))
4. **Juiz:** qual a sua idade... seu ((nome do réu))?
5. **Réu:** 31 anos
6. **Juiz:** seu ((nome do réu))... senhor ::tem... tá sendo assistido nesta sessão pela
7. defensoria pública... através do doutor ((nome completo))... o senhor pode
8. sentar... por favor ((esclarecimentos))
9. **Juiz:** nesta sessão de julgamento... não existiu acumulação de testemunhas
10. para serem ouvidas em plenário... razão pela qual passamos diretamente para a

11. FAse do INterrogatório... do denunciado... o senhor... denunciado... éh::: ... por  
 12. favor... pode tomar acento para seu interrogatório... senhor ((nome completo))...  
 13. *né?*  
 14. **Réu:** *isso*  
 15. **Juiz:** senhor ((nome))... o senhor vai prestar um interrogatório judicial a partir de  
 16. agora... o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode MEntir... permanecer  
 17. em silêncio... se for da tua vontade... qual que é o endereço do senhor?  
 18. **Réu:** rua ((nome))... ((número))

Após todo o trâmite de abertura, o juiz declara instalada a sessão de julgamento e visando estabelecer interação face a face, solicita “**peço que o réu seja colocado em minha frente... por favor... ((aguardou posicionamento)) qual é o seu nome completo?**” (linhas 1-2) instaurando-se a conversação.

Notamos, também, que a conversação ocorreu de forma assimétrica, já que os interlocutores, juiz e réu, não têm o mesmo direito de fala, ou seja, é o juiz quem delimita o tópico discurso e estabelece o tempo de participação. Segundo Fávero, Andrade e Aquino (2007, p. 16) “[...] ocorre um privilegiamento no que diz respeito ao uso da palavra, cabendo a um dos interlocutores começar o diálogo, conduzi-lo e, ainda, mudar o tópico”.

Conforme em “*seu ((nome do réu))... senhor ::tem... tá sendo assistido nesta sessão pela defensoria pública... através do doutor ((nome completo))... o senhor pode sentar... por favor*” (linhas 6-8). O juiz está marcando sua intencionalidade, isto é, seu propósito comunicativo se mostrar cooperativo a fim de obter a fala do réu.

Neste trecho, destacamos também “**o senhor pode sentar... por favor**” (linhas 7-8) a condução assimétrica do juiz, na qual faz esclarecimentos das normas e o sorteio dos sete jurados para formação do conselho de sentença. Após essas observações, o juiz passou para a fase do interrogatório.

Em continuação “*nesta sessão de julgamento... não existiu acumulação de testemunhas para serem ouvidas em plenário... razão pela qual passamos diretamente para a FAse do INterrogatório... do denunciado... o senhor... denunciado... éh::: ... por favor... pode tomar assento para seu interrogatório... senhor ((nome completo))... né?*” (linhas 9-13). O juiz apresenta auxílio ao

interlocutor, sugerindo “**pode tomar assento para seu interrogatório...**” (linha 12) e finda seu turno.

O juiz prossegue “*senhor ((nome))... o senhor vai prestar um interrogatório judicial a partir de agora...*” (linha 15). O juiz delimita pelo uso da expressão “**a partir de agora...**”, a introdução da fase interrogatória, as quais os interlocutores são responsáveis pela troca comunicativa, dado que o par dialógico de pergunta e resposta são elementos imprescindíveis na organização textual da interação humana, “prestando-se a consolidar ou a modificar as relações entre os interlocutores (entrevistador, entrevistado, audiência), imprimindo um caráter vivo ao evento discursivo” (FÁVERO, 2006, p. 96).

Em seguida, o juiz afirma “**o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode MENTir... permanecer em silêncio... se for da tua vontade... qual que é o endereço do senhor?**” (linhas 15-7), o juiz usa expressões para prefaciar e atenuar sua fala, “[...] cujo papel está ligado à intenção do falante em orientar o ouvinte a respeito do modo como seu discurso deve ser interpretado (função de emolduramento)” (BURGO, 2009, p. 228). Notamos nessas falas do juiz, a construção da intencionalidade, pois falou com a finalidade de assimilar seus objetivos como falante, porque a todo o momento ele quer a cooperação do réu e ele cria bastante tentativa de não assimetria, claro que é assimétrico, mas o juiz pontuou ao réu, indicando que ele poderia ficar a vontade, falar e até mentir.

Mesmo com tamanha abertura para narrativa, o réu se mostrou solícito, pois optou por responder ao invés de manifestar preferência pelo silêncio “**rua ((nome))... ((número))**” (linha 18), como o fez durante a sessão.

### Excerto 6

1. Juiz: certo... o senhor tá sendo acusado neste processo aqui... nos seguintes
2. termos... que no dia vinte e três de janeiro de dois mil e dez... por volta das
3. dezoito e trinta e cinco... na rua ((nome))... em frente ao lote ((número))... da
4. quadra ((número))... do bairro ((nome))... aqui em Campo Grande... o senhor...
5. ((silêncio)) teria praticado o seguinte... utilizando-se de uma arma de fogo...
6. fornecida pelo imputável ((nome completo)) que desferido disparo desta arma de
7. fogo contra a vítima ((nome completo))... i: ... esses disparos causaram a morte
8. desta vítima... que foi apurado aqui... que antes desta conduta... o senhor/

9. *estava acontecendo uma discussão familiar... ocasião em que a vítima tentava*
10. *apaziguar os ânimos... e nesta... nesta de apaziguar os ânimos ele acabou*
11. *ofendendo o senhor... chamando-o de moleque... de ato contínuo... o senhor se*
12. *apossou da arma de fogo... trazida pelo imputável ((nome))... e de surpresa*
13. *efetuou o disparo contra a vítima... que foi atingida e veio ao solo ficando*
14. *indefesa... momento em que o senhor se aproximou... e efetuou outros*
15. *disparos... o crime portanto é qualificado... pelo ministério público como motivo*
16. *fútil... uma vez que o senhor agiu de maneira desproporcional... acabando com a*
17. *vida da vítima pela simples razão da vítima ter lhe chamado atenção durante*
18. *uma discussão banal... em família... e também... que o senhor agiu por emprego*
19. *que dificultou a defesa da vítima por ter... de surpresa... efetuado o disparo de*
20. *uma arma de fogo... sem que a vítima pudesse suportar tamanha agressão...*
21. *diante de uma simples desavença familiar... e ainda... por ter recebido os*
22. *dismais/ demais disparos... quando a vítima já estava caída ao solo... sem*
23. *qualquer chance de defesa... em razão destes fatos... o senhor responde por*
24. *homicídio duplamente qualificado... nos termos do artigo cento e vinte e um*
25. *barra... parágrafo segundo... incisos três e quatro... DO... código penal... sobre*
26. *esses fatos que o ministério público impugnam ( ) sobre o senhor... eles são*
27. *verdadeiros?*
28. **Réu:** não
29. **Juiz:** o que aconteceu no dia dos fatos?
30. **Réu:** *cheguei na casa da minha vó... no bairro ((nome))... aí meu primo...*
31. *((nome))... me chamou para ir na casa da ((nome)) tomar um tereré... aí a gente*
32. *pegamos a bicicleta e fomos até o local... chegando lá minha ::prima... foi até o*
33. *mercado... pra comprar as coisas pra fazer o almoço... e demorou... nessa qui:::*
34. *... qui ela voltou... ela já voltou com marca de agressão... certo?... e falando que*
35. *o ((nome)) tinha batido nela... então no momento... como essa rua... ((nome))*
36. *mora... só família... falei... vamo lá conversar com ele... aí chegando lá... u::: ...*
37. *não sei o nome dele... saiu de dentro da casa com um revólver em mãos...*
38. **Juiz:** *o senhor não sabe QUEM saiu de dentro da casa com o revólver?*
39. **Réu:** *só conheço por apelido...*
40. **Juiz:** *qual é o apelido dele?*
41. **Réu:** *((apelido))*
42. **Juiz:** *((apelido))?*

43. **Réu:** *isso*

44. **Juiz:** *certo*

45. **Réu:** *aí ele chegou... perguntei do irmão dele... e ele saiu armado... daí:: eu já*

46. *falei... vixi... vai dar... né... com o perdão da palavra... né... bosta... aí eu fiquei*

47. *ali... aí eu comecei falar pra ele... rapaz... que consideração você tem/ vocês têm*

48. *pela sua tia... porque já não era a primeira agressão qui ela sofria... aí até no*

49. *momento... ele saiu e foi chamar a vítima... que estava no bar... nessa... nesse*

50. *tempo que ele foi chamar o ((nome))... chegou o filho da... da ((nome))... já com*

51. *uma bolsa... aí:: ... a minha outra tia veio... peguei a bolsa dele... e quando eu*

52. *olhei... tinha uma arma lá dentro... e eu fiquei com bolsa... porque tinha vários*

53. *rapaiz em volta... ele chegou... ele não chegou no:: no começo ( )... ele chegou*

54. *e começou falar que eu tinha sido preso... que eu tinha saído corrido da*

55. *máxima... aí eu falei... rapaz... eu nunca fui preso... só tem família aqui... aí*

56. *começou ah:: a discussão... aí nessa da discussão... foi o que aconteceu... ele*

57. *sendo vitimado*

Neste excerto, inicialmente, destacamos a fala do juiz “certo... o senhor tá sendo acusado **neste processo aqui... nos seguintes termos... que no dia** vinte e três de janeiro de dois mil e dez... **por volta** das dezoito e trinta e cinco... na rua ((nome))... **em frente** ao lote dezenove... da quadra cento e treze... do bairro ((nome))... **aqui em** Campo Grande... o senhor... ((silêncio)) **teria praticado o seguinte... utilizando-se de uma arma de fogo... fornecida pelo imputável** ((nome completo)) **que** desferido disparo desta arma de fogo contra a vítima ((nome completo))... *i:: ... esses disparos causaram a morte desta vítima...* (linhas 1-8) e “**uma vez que** o senhor agiu de maneira desproporcional...” (linha 16). Aqui, o juiz localiza os ouvintes sobre a acusação pela qual o réu responde.

Em destaque, “**neste processo aqui... nos seguintes termos...**” (linhas 1-2), “**teria praticado o seguinte...**” (linha 5) e “**uma vez que**” (linha 16) são sinais de que o juiz está apresentando o assunto central abrangente, procurando mostrar que está munido de informações e são listados para que sua fala proceda de forma ordenada, já que “indica o panorama em que se encontra a conversação” (MARCUSCHI, 2006, p. 74). Além disso, enfatizamos os sinalizadores textuais “**que no dia**” (linha 2), “**por volta**” (linha 2), “**em frente**” (linha 3) e “**aqui em**” (linha 4), com característica básica de, mediante sua fala, assinalar pontos ao ouvinte, isto é,

“fornecendo ao interlocutor ‘apoios’ para o processamento textual, através de ‘orientações’ ou indicações [...] ou, ainda, estabelecendo uma ordenação entre segmentos textuais ou partes do texto” (KOCH, 2016, p. 48, grifos da autora).

Cabe analisar o seguinte trecho, *“ocasião em que a vítima tentava apaziguar os ânimos... e nesta... nesta de apaziguar os ânimos ele acabou ofendendo o senhor... chamando-o de moleque... de ato contínuo... o senhor se apossou da arma de fogo... trazida pelo imputável ((nome))... e de surpresa efetuou o disparo contra a vítima... que foi atingida e veio ao solo ficando indefesa...”* (linhas 9-14). Neste tipo de texto jurídico ressaltamos a presença das expressões *“ocasião em que”* (linha 9) e *“de ato contínuo...”* (linha 11) com intuito de estabelecer relação sequencial de sua fala, bem como, oferecer uma interpretação mais acessível ao interlocutor.

Em continuação ao seu momento de fala, na qual se demonstrou assimétrico, o juiz pontua sua intenção em conseguir a fala do réu, marcada pela construção da intencionalidade em *“esses fatos que o ministério público impugnam ( ) sobre o senhor... eles são verdadeiros?”* (linhas 26-7). Percebemos a intenção do juiz em fazer com que ocorra (re)construção dos fatos a partir da fala do réu, de modo a apresentar o seu ponto de vista sobre o qual está sendo acusado.

Mas o réu respondeu apenas *“não”* (linha 28), não contribuindo com a intenção comunicativa pretendida pelo juiz, que por sua vez, reelabora a pergunta a fim de buscar informatividade dos fatos, indagando ao réu *“o que aconteceu no dia dos fatos?”* (linha 29). Esse procedimento permite que a construção da informatividade seja evidenciada, pois se baseia em ordenar os conteúdos e acrescentar informações novas, de modo a dar consistência na realização do ato comunicativo.

Por outro lado, no trecho *“ele chegou... ele não chegou no:: no começo( )... ele chegou e começou falar que eu tinha sido preso...”* (linhas 53-4), o réu conduziu suas ponderações com contradição, na seguinte ordem: afirmação *“ele chegou...”* (linha 53), negação *“ele não chegou”* (linha 53), e novamente, afirmação *“ele chegou e começou”* (linhas 53-4). Então, constatamos que o réu identificou deslize e logo em seguida, ele faz anulação com a finalidade de tornar verossímil a nova informação e não passar a má impressão de se contradizer.

Ainda neste ponto, notamos em *“no:: no”* (linha 53), que o réu procurou desfazer a confusão – afirmação, negação e afirmação –, usando “repetição de

palavras de pequeno porte”, ou seja, repetição de palavras com estruturas reduzidas/menores, seguida de alongamento de vogal, que “[...] têm a função cognitiva de ganhar maior tempo para o planejamento/verbalização do texto” (KOCH, 2016, p. 91-2).

Em “*ai começou ah:: a discussão... ai nessa da discussão... foi o que aconteceu... ele sendo vitimado*” (linhas 55-7) destacamos a ocorrência hesitosa, que segundo o autor, ocorre de forma involuntária pelo falante ao se sentir pressionado, ou seja, “podendo-se afirmar que são “menos” controladas, porque são condicionadas por pressões situacionais das mais diversas ordens a que estão sujeitos os interlocutores” (MARCUSCHI, 2015, p. 47). No caso da repetição, entendemos que está associada ao critério de informatividade, pois mostra que o falante reconhece seu uso para ordenar os conteúdos e trazer informações. Há, portanto, uma lógica nessas escolhas.

### Excerto 7

1. **Juiz:** certo... éh:: ... e como é que foi?... o senhor deu o primeiro tiro... e aí... o
2. que aconteceu?
3. **Réu:** eu dei o primeiro tiro... ele caiu... aí ele tentou levantar aí:: ... os outros
4. rapaiz... eu fiquei com medo deles vim pra cima de mim... aí efetuei mais
5. disparo... peguei minha bicicleta... e fui embora
6. **Juiz:** certo... e nessa hora... onde que tava o ((nome))?
7. **Réu:** o ((nome)) já tinha saído correndo já... depois do primeiro disparo
8. **Juiz:** depois do primeiro disparo... ele saiu correndo?
9. **Réu:** isso
10. **Juiz:** certo... além do ((nome)) e do senhor... [tava a vítima...
11. **Réu:** [isso...
12. **Juiz:** e quem mais?
13. **Réu:** tava a vítima... ah::: ((nomes de três testemunhas))... meus parentes
14. tudinho tava lá
15. **Juiz:** todos eles presenciaram então?
16. **Réu:** isso
17. **Juiz:** certo... aí depois... o senhor pegou a bicicleta e saiu?
18. **Réu:** peguei a bicicleta e fui embora

Ressaltamos a busca por informatividade, na fala do juiz “**e como é que foi?... o senhor deu o primeiro tiro... e aí... o que aconteceu?**” (linhas 1-2), com intuito de obter um dado propósito na interação que é fazer com que o réu (re)construa os fatos e narre sua versão, ou seja, apresente explicações e novas informações dos fatos.

Em explicação, o réu repete a ponderação do juiz “**deu o primeiro tiro**” (linha 1) e salienta “**eu dei o primeiro tiro... ele caiu...**” (linha 3), assim como em “**o ((nome)) já tinha saído correndo já... depois do primeiro disparo**” (linha 7) e novamente, o juiz visando confirmar os fatos apresentados pelo réu, ele indaga “**depois do primeiro disparo... ele saiu correndo?**” (linha 8), solicitando mais informações e esclarecimentos ao réu. Desse modo, descrevemos as repetições como estratégias de formulação textual recorrente no texto falado, as quais mostram seu processo de construção, em que o texto vai progredindo. “Na fala, em que nada se apaga, a repetição faz parte do processo de edição. Sua presença na superfície do texto falado é alta” (MARCUSCHI, 2002, p. 105). Assim, à medida que se avança na narrativa, percebemos que algumas escolhas linguísticas se repetem e essa repetição contribui significativamente para assegurar a informatividade no texto.

Em seguida, identificamos os pares adjacentes constituídos por perguntas realizadas pelo juiz e respostas desenvolvidas pelo réu, as quais foram usadas para estabelecer troca comunicativa e dar continuidade ao processo interrogatório, conforme se apresentam nas perguntas realizadas pelo juiz “**ele saiu correndo?**” (linha 8), “**certo... além do ((nome)) e do senhor... [tava a vítima...**” (linha 10) e “**todos eles presenciaram então?**” (linha 15), na qual o réu responde todas com único vocábulo “**isso**” (linhas 9, 11 e 16), indicando aprovar o discurso e concordar com tais afirmações.

Assim, “Importa salientar que o desenvolvimento do tópico se dá de acordo com a natureza da pergunta formulada e que essa pergunta pode ocorrer, por exemplo, para pedir informação, confirmação, esclarecimento” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2007, p. 52). Desse modo, os interlocutores evidenciaram par adjacente de perguntas e respostas, a fim de dar prosseguimento a conversação, para de forma ordenada obter informações e elucidar sentidos.

### Excerto 8

1. **Juiz:** certo... e depois disso... o que que aconteceu?
2. **Réu:** depois disso eu não sei... porque daí:: ... quando foi na segunda-feira eu
3. fui pro serviço... né... aí depois de três meses... eu peguei e me apresentei...
4. arrumei um dinheiro pra me apresentar... e me apresentei pra justiça
5. **Juiz:** certo... éh:: ... o senhor deu o primeiro disparo... e a vítima caiu?
6. **Réu:** isso
7. **Juiz:** certo... e depois disso... o senhor foi lá e deu mais dois disparos?
8. **Réu:** éh:: ... porque eu achei que... como ele tava armado... que u:: ((apelido))...
9. tava armado e foi buscar ele... eu vi que ele portava uma arma de fogo
10. **Juiz:** mas quem portava a arma era:: ... o ((apelido)) ou o ((nome))?
11. **Réu:** o ((apelido)) primeiramente... quando eu fui até a casa... aí ele foi chamar o
12. ((nome) no bar... que tava bebendo... aí quando ele chegou... ele já chegou
13. armado
14. **Juiz:** mas quem armado? [O ((nome))
15. **Réu:** [o ((nome))
16. **Juiz:** o ((nome))... a vítima?
17. **Réu:** passaram o revólver pra ele
18. **Juiz:** o senhor chegou a presenciar ele... portando a arma?
19. **Réu:** sim
20. **Juiz:** aonde que tava a arma com a vítima?
21. **Réu:** estava na cintura dele
22. **Juiz:** mas era visível ou camuflada?
23. **Réu:** visível
24. **Juiz:** certo... ( ) foi arrolada aqui neste processo como testemunhas em júízo
25. perante a fase de instrução ((nomes das testemunhas))... essas pessoas... a
26. maioria são parentes do senhor... né?
27. **Réu:** isso
28. **Juiz:** o senhor tem alguma coisa contra essas pessoas?
29. **Réu:** não
30. **Juiz:** com a palavra o ministério público

Neste excerto, mediante pergunta em **“certo... e depois disso... o que que aconteceu?”** (linha 1), o juiz busca informatividade, dado que havia insuficiência de detalhes. Então, o juiz questiona, visando obter explicações por parte do réu e espera que ele contribua e apresente em sua fala informações.

E com repetição de parte da fala do juiz **“depois disso”** (linhas 1 e 2), o réu formula **“depois disso eu não sei... porque daí::: ... quando foi na segunda-feira eu fui pro serviço... né... aí depois de três meses... eu peguei e me apresentei... arrumei um dinheiro pra me apresentar... e me apresentei pra justiça”** (linha 2-4). Evidenciamos, por meio desses segmentos apresentados com repetições na construção de suas falas, que “devido à rapidez com que a língua falada é executada [...] ao desenvolver a conversação, o falante repete-se muito, tanto com relação ao vocabulário como com relação às estruturas gramaticais utilizadas” (CAMPOS, 1989, p. 204).

Ainda extraído desse trecho, **“me apresentei... arrumei um dinheiro pra me apresentar... e me apresentei pra justiça”** (linhas 3-4), o réu finda seu turno conversacional estabelecendo repetições como forma de reiterar sua defesa pelos conceitos expostos, os quais afirmam que ele se apresentou de forma espontânea. Cabe assinalar, que o réu usou as repetições como forma de manter a construção da intencionalidade pela argumentação, procurando passar a imagem de uma pessoa comprometida, empenhada em colaborar com a justiça, porque além de se apresentar, ele trabalhou e juntou dinheiro para fazer isso.

Como apontamos no trecho anterior, essas atividades de composição textual sintetizam em **“fundamentar, justificar, explicar, completar, repetir, parafrasear, corrigir, resumir, enfatizar”**. Em outros dizeres, essas “atividades de formulação são aqueles procedimentos a que recorrem os interlocutores para *resolver, contornar, ultrapassar ou afastar dificuldades, obstáculos ou barreiras de compreensão*” (KOCH, 2016, p. 22-3, grifo nosso). Então, essas trocas comunicativas visam facilitar o estabelecimento de uma relação entre os interlocutores do texto falado, neste caso, na interação entre juiz e réu pelo gênero audiência no tribunal de júri.

Deste modo, os interactantes assumem atividades diversas, dentre elas, por seu turno, o juiz visa construir a informatividade e atribuir sentidos pelas informações dos fatos obtidas pela fala do réu. Para tanto, o juiz questiona procurando adquirir informações e esclarecimentos, conforme em **“certo... e depois disso... o senhor foi lá e deu mais dois disparos?”** (linha 7). E por outro lado, o réu se empenha

pelo critério de intencionalidade, pois assimila os objetivos do falante em obter informações e reage mostrando sua intenção de preservar sua face pela atenuação, em “*éh::: ... porque eu achei que... como **ele tava armado...** que u:: ((apelido))... **tava armado e foi buscar ele... eu vi que ele portava uma arma de fogo**” (linhas 8-9), ou seja, essas considerações indicam que o réu intenciona manter a conversação, sendo solítico em responder o questionamento do juiz, apontando, desse modo, a sua intenção em se defender, justificando que a vítima também estava armada.*

Em continuidade, o juiz indaga “*mas quem **portava a arma** era::: ... o ((apelido)) ou o ((nome))?*” (linha 10), e o réu comunica “*o ((apelido)) **primeiramente...** quando eu fui até a casa... aí ele foi chamar o ((nome) no bar... que tava bebendo... aí quando **ele chegou... ele já chegou armado**” (linhas 11-3). Analisamos a centralização do assunto pela apresentação do argumento de modo pontual “***primeiramente...***” (linha 11), prosseguindo com repetições “***ele chegou... ele já chegou armado***” (linha 12-3), bastante presente no texto falado, porquanto, neste formato nada se apaga, resultando, portanto, na explanação de seu processo de construção textual. Por outro lado, no texto escrito, há a possibilidade de revisão e editoração, e isso diminui a presença da repetição (MARCUSCHI, 2006, p. 219).*

No trecho, “***passaram o revólver pra ele***” (linha 17), verificamos a intencionalidade do réu, que procurou se distanciar em relação ao enunciado, usando um procedimento de preservação da face com o elemento gramatical, na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo “***passaram***” (linha 17), a fim de “tomar uma atitude de defesa e resguardo”, ocasionado pelo “processo de indeterminação do sujeito e de indicação de impessoalidade” (GALEMBECK, 2005, p. 193).

Em seguida, o juiz assinalou passagem consentida de turno, isto é, marcação de entrega de turno ao ministério público em “***com a palavra o ministério público***” (linha 30), o que não aconteceria em outras interações. Desse modo, o promotor de justiça iniciou o processo de acusação e seguiu com as demais etapas da audiência de instrução e julgamento perante o tribunal de júri popular.

### Júri popular 3

Diz respeito ao julgamento do processo a que responde o réu, denunciado nos autos, por crime de homicídio por infração ao artigo 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal, praticado contra a vítima. Por meio da ação penal – homicídio duplamente qualificado e constrangimento ilegal.

Que é correspondente as descrições nas peças do processo, a saber: denúncia, defesa prévia, sentença de pronúncia, ata do júri e sentença em plenário; arquivos disponibilizados para baixar na plataforma digital “Audiências *on-line*” <<https://audienciasonline.com.br/>>.

### Excerto 9

1. **Juiz:** nome completo do senhor?
2. **Réu:** ((nome completo))
3. **Juiz:** seu ((nome))... o senhor vai ser ouvido agora no interrogatório... em
4. plenário... nesta sessão no tribunal do júri... o senhor não tá obrigado a dizer a
5. verdade... pode mentir... permanecer em silêncio se for da sua vontade... o
6. senhor tá assistido por por advogados... i::: ... qual é o endereço do senhor?
7. **Réu:** eu moro no estado do Pará... Paroapebas... rua ((nome))... quadra ((número))... lote ((número))... éh::: ... Parque ((nome))
9. **Juiz:** o que o senhor faz lá no Pará?
10. **Réu:** sou empresário
11. **Juiz:** ( ) é empresário lá?... senhor ((nome))... o senhor foi denunciado pelo::: ...
12. ministério público... sob a acusação de ter praticado o seguinte fato... que no dia
13. vinte e sete de junho... de dois mil e sete... por volta das sete da manhã... o
14. senhor... juntamente com ((nome completo))... e com uma outra pessoa...
15. identificada apenas como ((nome))... atuando em colaboração recíproca... e
16. unidade de propósito... se dirigiram até a chácara Santo Antônio... localizada na
17. rodovia MS010... quilômetro seis... saída para Rochedinho... aqui em Campo
18. Grande... onde encontraram a vítima ((nome completo))... momento em que...
19. questionaram esta/essa vítima sobre o paradeiro do pai dela... o senhor ((nome
20. completo))... éh::: ... eis que voçais... segundo a denúncia... desejavam matar
21. esta pessoa... que diante da negativa da vítima ((nome completo)) em informar a

22. *localização do seu pai... o senhor... e o ((nome completo))... em companhia*  
 23. *desse ((nome))... agindo mediante violência e grave ameaça... exercida com o*  
 24. *emprego de arma de fogo... imoli/ imobilizaram a vítima ((nome completo))*  
 25. *dentro da residência dela... tendo inclusive... amarrado as mãos... dela...*  
 26. *constrangendo-a... dessa forma... a não fazer o que a lei permite... porquanto*  
 27. *restringiram a sua liberdade de ação com a finalidade de encontrar o pai dela... o*  
 28. *((nome completo))... que passado algum tempo... o senhor... e a pessoa do*  
 29. *((nome))... resolveram sair da residência com a intenção de localizar a vítima*  
 30. *((nome completo))... enquanto o outro denunciado ((nome))... permaneceu na*  
 31. *casa... constrangendo a liberdade da vítima ((nome))... evitando que ela*  
 32. *porventura viesse a escapar... e avisasse o seu pai... frustrando assim... a*  
 33. *intenção homicida que voçes tinham... que ato contínuo... o senhor... ((nome*  
 34. *completo))... e a pessoa do ((nome))... saíram da residência... ocasião em que*  
 35. *encontraram a vítima ((nome))... momento em que o senhor... sacou de uma*  
 36. *arma de fogo... e efetuou um disparo contra a vítima ((nome completo))...*  
 37. *causando-lhe o resultado morte... segundo ficou ainda constatado aqui na*  
 38. *denúncia... durante o procedimento investigativo... o crime de homicídio foi*  
 39. *praticado por motivo torpe... uma vez que os denunciados acreditavam que a*  
 40. *vítima ((nome completo))... teria sido autora de um suposto furto de gado...*  
 41. *pertencente ao senhor... restando evidenciado portanto um caráter de VINgança*  
 42. *na ação criminosa... ficou demonstrado também... segundo o ministério público*  
 43. *que os denunciados na prática do homicídio se utilizaram de recurso que*  
 44. *dificultaram a defesa do ofendido... consistente no fato de que a vítima foi*  
 45. *abordada em sua casa... e quando não esperava o ataque... éh::: ... enquanto*  
 46. *não esperava o ataque... tendo IN-clusive sido atingida pelo disparo nas*  
 47. *costas... em razão destes fatos... o senhor foi denunciado como incurso nas*  
 48. *penas do artigo cento e vinte e um... homicídio... parágrafos... parágrafo*  
 49. *segundo... inciso primeiro... motivo torpe... quatro... motivo que re/ éh::: ...*  
 50. *recurso que dificultou a defesa do ofendido... bem como nos termos do artigo*  
 51. *cento e quarenta e seis do código penal... que é o crime de constrangimento*  
 52. *ilegal... sob esses fatos que eu li pro senhor aqui... seu ((nome))... eles são*  
 53. *verdadeiros?*  
 54. **Réu:** não

Neste excerto, o juiz iniciou esclarecendo “*seu ((nome))... o senhor vai ser ouvido agora no interrogatório... em plenário... nesta sessão no tribunal do júri... o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode mentir... permanecer em silêncio se for da sua vontade... o senhor tá assistido por por advogados...*” (linhas 3-6). Ocorre preâmbulo, no qual o juiz usa a estratégia de preservação das faces, na qual pondera informações introdutórias “*o senhor vai ser ouvido agora no interrogatório... em plenário... nesta sessão no tribunal do júri...*” (linhas 3-4).

Na sequência, com intuito de proteger sua face e não parecer invasivo, o juiz fala “*o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode mentir... permanecer em silêncio se for da sua vontade... o senhor tá assistido por por advogados...*” (linhas 4-6) fazendo com que o réu se sinta acolhido e colabore no processo interrogatório. Então, há construção da intencionalidade, pois em sua fala, o juiz marcou sempre sua intenção de obter a versão do réu, de modo que atenda o seu propósito comunicativo. A polidez tem função de manter relações cordiais em equilíbrio entre os interlocutores. “Dessa forma, polidez implica comportamento que respeita às necessidades de aprovação da face dos interlocutores envolvidos na interação” (SILVA, 2006, p. 116-7).

Assim, destacamos a intenção do juiz em fazer considerações a fim de que o réu seja colaborativo, interessado em reduzir “efeitos indesejáveis que possa ter o interlocutor”. Em outras palavras:

A estratégia de preservação das faces manifesta-se linguisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral. O grau de polidez é socialmente determinado, em geral com base nos papéis sociais desempenhados pelos participantes, na necessidade de resguardar a própria face ou a do parceiro, ou, ainda, condicionado por normas culturais (KOCH, 2016, p. 37).

Em seguida, o juiz continua contextualizando os fatos aos presentes na sessão, em que progride a construção da informatividade, pois esclarece a que está se referindo, de modo a contribuir e cooperar com seu interlocutor e demais ouvintes. Para tanto, o juiz usa as expressões: “*o seguinte fato...*” (linha 12), “*tendo inclusive...*” (linha 25), “*dessa forma...*” (linha 26), “*porquanto*” (linha 26) e “*com a finalidade de*” (linha 27), esses recursos linguísticos foram empregados e serviram ao bom funcionamento discursivo, instalados no trecho “*imoli/ imobilizaram a vítima ((nome completo)) dentro da residência dela... tendo inclusive... amarrado as*

*mãos... dela... constrangendo-a... dessa forma... a não fazer o que a lei permite... porquanto restringiram a sua liberdade de ação com a finalidade de encontrar o pai dela...*” (linha 24-7).

Como também, o juiz prossegue gerando sentidos nos termos “**segundo**” (linha 37), “**uma vez que**” (linha 39) e “**ficou demonstrado também...**” (linha 42), expressões pertinentes à articulação textual, dado que esses mecanismos linguísticos explicitaram as relações entre os elementos textuais e foram empregados, contribuindo para o discurso (COSTA VAL, 2006, p. 28). Pelo recorte do excerto “**segundo ficou ainda constatado aqui na denúncia... durante o procedimento investigativo... o crime de homicídio foi praticado por motivo torpe... uma vez que os denunciados acreditavam que a vítima ((nome completo))... teria sido autora de um suposto furto de gado... pertencente ao senhor... restando evidenciado portanto um caráter de VINGANÇA na ação criminosa... ficou demonstrado também...**” (linhas 37-42).

E visando assimilar os objetivos pelo critério da intencionalidade, o falante salienta “*éh::: ... eis que voçais... segundo a denúncia... desejavam matar esta pessoa...*” (linhas 20-1). Nele, pontuamos o afastamento do juiz, justificando sua fala pela denúncia, pois a princípio estava afirmando “**eis que voçais...**” (linha 20), quando faz uma pausa e atenua “**segundo a denúncia...**” (linha 20), intencionando preservar a face para que a interação se desenvolva sem problemas. “Neste sentido, a polidez pode ser entendida como um conjunto de estratégias discursivas destinadas a evitar ou amenizar o conflito” (FÁVERO; ANDRADE, 2006, p. 170). Tais trechos se caracterizam também por ser um recurso de preservação de face, pois o juiz se esquiva ao relatar “**segundo a denúncia...**” (linha 20), ou seja, o juiz afirma que consta na denúncia essa informação, por este motivo, ele parte dela e solicita novas informações.

Por fim, com relação ao manejo dos turnos, o juiz encerra seu momento de fala (linhas 11-53) que ocorreu de modo assimétrico, pois relatou todas as informações presentes na denúncia pelo Ministério Público, que em linhas gerais, o réu estava sendo acusado da prática de homicídio. O juiz sinaliza a passagem de turno com o questionamento “**eles são verdadeiros?**” (linhas 53-4), esse procedimento permite que a intencionalidade do juiz seja evidenciada e, dessa forma, obtenha a fala do réu com declaração acerca do que foi dito até o momento.

### Excerto 10

1. **Juiz:** o que aconteceu lá no dia?
2. **Réu:** éh::: ... eu fui com o ((nome completo))... certo... e um senhor chamado
3. ((apelido))... que segundo ele... era policial... que nem ele [...]
4. **Juiz:** tá... então foi o senhor... o ((nome)) e esse ((apelido))?
5. **Réu:** ((apelido))
6. **Juiz:** o ((nome)) era policial também?
7. **Réu:** era
8. **Juiz:** e o ((apelido)) também?
9. **Réu:** falou que sim... eu num::: ...
10. **Juiz:** falou que sim na hora... mas eles não estavam lá::: ... a serviço do estado?
11. **Réu:** não::: ... não estava a serviço do estado
12. **Juiz:** certo... e aí?
13. **Réu:** ele foi porque o ((nome)) convidou ele... que era policial também... diz que
14. tinha outro policial que ia junto
15. **Juiz:** convidou o ((apelido))?
16. **Réu:** pode contar a história?
17. **Juiz:** :::pode
18. **Réu:** eu tinha... vendi uma propriedade aqui no inferninho... uns treze a quinze
19. quilômetros da cidade... próximo ao Detran... e nessa negociação... eu recebi
20. cem cabeças de vacas... vacas holandesas leiteira... parida... ou seja... a vaca e
21. u::: ... u bezerro... e aí como eu não tinha pasto... pra colocar ah::: ... as vacas...
22. que eu já tinha vendido a fazenda... e eu liguei pra um amigo do meu pai... que
23. tinha uma fazenda em Miranda... pra ele me arrendar o pasto... e aí ele falou...
24. óh ((nome))... eu te arrumo... eu te arrendo o pasto... mas você tem que tirar
25. nota do gado na i:::da... e quando você tirar... vender o gado éh::: ... tira a nota
26. na volta... aí::: eu falei... não... tudo bem... só que eu não tenho como pagar o
27. senhor agora... só quando eu vender o gado... o gado eu vou vender de
28. imediato... não é vender a longo prazo... não quero deixar lá não... e aí eu
29. anunciei o gado no correio do estado... éh::: ... vende-se cem vacas... uma
30. girolanda leiteira parida... e nisso me ligou algumas pessoas... e me ligou... esse
31. senhor éh::: pra mim... perguntando se dava pra mim ir lá mostrar o gado pra
32. ele...

Neste excerto, o juiz busca informatividade pela (re)construção do fatos, quando indaga **“o que aconteceu lá no dia?”** (linha 1), a princípio, o réu inicia hesitando, seguido de prolongamento de vogal e silêncio **“éh::: ...”** (linha 2), mas em seguida, opta por proferir um texto verbal porque ele, com o conhecimento que tinha sobre os fatos, achou por bem (re)construir os fatos e descrever a história, partilhando, assim, a autoria, já que em sua fala relata mais envolvidos, conforme em **“éh::: ... eu fui com o ((nome completo))... certo... e um senhor chamado ((apelido))... que segundo ele... era policial... que nem ele”** (linhas 2-3).

Identificamos também, a expressão **“que segundo ele...”** (linha 3), na qual réu intenciona reforçar que havia mais pessoas envolvidas, logo, busca explicitar quem fez parte do ocorrido e faz alusão a outros, procurando se abster ou dividir a culpa “Isso significa que o falante incorpora as palavras das pessoas que cita e as emprega para obter crédito ou aprovação” (GALEMBECK, 1999, p. 188).

Na fala dos interlocutores, a repetição ocorre em **“falou que sim na hora... mas eles não estavam lá::: ... a serviço do estado?”** (linha 10) e em resposta **“não::: ... não estava a serviço do estado”** (linha 11), como também em **“convidou ele... que era policial também... diz que tinha outro policial que ia junto”** (linhas 13-4) e conseqüentemente, o juiz pergunta **“convidou o ((apelido))?”** (linha 15), quando o réu solicita o momento de fala por turno conversacional **“pode contar a história?”** (linha 16), ocorre uma postura dotada de intenção, em que o réu procura compartilhar seus conhecimentos sobre os fatos e transmiti-los entre os participantes com intuito de se defender. Em seguida, recebe autorização pela fala do juiz **“:::pode”** (linha 17).

Dessa maneira, enfatizamos os processos de informatividade e intencionalidade na construção do texto falado, tal como se peculiariza nesta interação quando o texto avança em sequência de trocas comunicativas entre os interactantes. “Dessa perspectiva, se entende como o texto vai sendo construído passo a passo com as contribuições dos participantes, e a ênfase está na posição que os itens linguísticos ocupam” (SOUZA; PENHABEL; CINTRA, 2017, p. 67). Característica peculiar nesse gênero de audiência no tribunal de júri entre os parceiros comunicativos juiz e réu, pois vemos a constante busca do juiz em obter informações e o réu em procurar se defender por meio das suas boas intenções comunicativas.

### Excerto 11

1. **Juiz:** qual senhor... que ligou pro senhor... o ((nome 1)) ou o ((nome 2))?
2. **Réu:** o ((nome 2))...
3. **Juiz:** o ((nome 2))[...]
4. **Réu:** ái passou uns dois... três dias... ele me ligou... e aí... o senhor decidiu?...
5. não vai vender o gado pra mim... no cheque?... eu falei... não... eu só posso
6. vender à vista... eu faço mais barato pro senhor... mas::: ... eu vendo à vista...
7. porque eu preciso pagar minhas contas... aí não me ligou mais... :::PASsado
8. uma semana... uma semana e::: ... quase duas semanas... esse amigo do meu
9. pai chega no escritório bravo comigo... ((nome))... nós fizemos um acordo... esse
10. acordo era que você dava a nota de entrada e nota de saída... você tirou o
11. gado... não me avisou... e não... e agora eu vou ficar com minhas notas em
12. aberto... eu falei não::: ... eu não tirei gado nenhum do senhor... não tirei gado
13. nenhum da fazenda do senhor... eu achei que ele tava até brincando... né?... ele
14. falou não ((nome))... você tirou sim... e aí agora... você tem que... eu quero
15. receber meu arrendamento... e quero que cê tira a::: ... a nota e pague o imposto
16. da nota... eu falei não::: ... num::: ... num vendi... não fiz nada disso... aí ele
17. falou... ah::: ... então roubaram seu gado... eu falei... então roubaram... porque
18. eu nunca mais voltei lá... a única vez que eu fui lá foi pra mostrar pra um senhor
19. lá... e nunca mais voltei na fazenda do senhor... aí ele pegou e falou... não::: ...
20. então vamo aGOra pra lá... aí::: eu tava no escritório... aí eu fui na minha mãe
21. pegar uma roupa... aí falei óh mãe... tô indo pra lá... falei pra minha esposa... eu
22. tô indo lá porque parece que roubaram o gado... e fui pro município di::: ... di::: ...
23. Miranda... cheguei em Miranda... tava u capataz da fazenda... du::/du seu
24. ((nome completo))... com bilhete assim... e falou... óh... esse aqui é o bilhete que
25. entraram aqui ((nome))... aquele senhor que teve aqui com você... ele::: ... ele
26. veio mais com umas quatro pessoas aqui... pararam o caminhão e vieram né
27. outros carros... e com bilhete autorizando eu entregar o gado... como eu não
28. consegui falar com o seu ((nome))... eu acabei entregando... que eles já
29. chegaram com os caminhões... aí ele falou... nisso... aí eu falei... então vamos
30. pra delegacia registrar o boletim de ocorrência... aí peguei o seu ((nome
31. completo))... e fui pra delegacia... quando cheguei na delegacia... fui pra
32. Aquidauana... porque a fazenda dele ficava entre Aquidauana e Bodoquena... í::

33. Miranda... que é próxima da outra... quando cheguei em Miranda... eles falaram  
 34. pra mim... não... se num tem que vim aqui... se tem que ir pra Miranda... porque  
 35. lá é comarca de Miranda... você tem que fazer o boletim de ocorrência lá... e eu  
 36. fui... fiz/ fui pra fazer o boletim de ocorrência... só que chegou lá... não fava pra  
 37. fazer o boletim de ocorrência porque tinha:: ... tinha tido um estupro na cidade...  
 38. e cidade do interior pequena... tava toda a polícia empenhada pra poder prender  
 39. os bandidos... né?... aí falou o senhor volta no outro dia... volta outro dia por  
 40. volta di:: ... acho que oito horas da manhã que o doutor vai fazer o boletim de  
 41. ocorrência pra você... e eu voltei... dormi na fazenda... com seu ((nome))... com  
 42. ele... pa voltar no outro dia... e voltei no outro dia... aí:: ... como eu tava  
 43. acompanhado du::: ... du::: ((nome))... certo?... que era o policial... ele conversou  
 44. com o delegado... aí o delegado falou:: ... éh:: ... seis já têm alguém... alguém::  
 45. qui::: ... qui::: ... saiba quem é... alguma coisa?... aí eu lembrei do posto que ele  
 46. tinha parado... parado no posto pra conversar... falei... ele deve conhecer o dono  
 47. do posto... pode ser o dono do posto... né?... e eu voltei até o posto com o seu  
 48. ((nome completo))... cheguei no posto... u::: ... pedi pra falar com o dono... se o  
 49. dono se encontrava no posto... pra ver se o dono era aquela pessoa que ele  
 50. tinha... conversado... aí no posto ele falou assim óh... u dono do posto tá  
 51. almoçando... mas se vocês quiserem esperar um pouquinho eu te coloco lá com  
 52. ele... e quando eu fui conversar com o dono do posto... eu vi que era a mesma  
 53. pessoa que ele tinha cumprimentado... aí eu cheguei e me identifiquei... falei...  
 54. meu nome é ((nome))... sou de Campo Grande... éh:: ... aí contei a história pra  
 55. ele... falei óh::: ... u senhor tem um tempinho pra me ouvir?... que eu vo te  
 56. contar... o senhor conhece o senhor ((nome completo))... aí ele falou...  
 57. conheço... aí eu falei pois é.... aí quando eu comecei a contar a história pra ele...  
 58. falei olha::: ... eu fui... eu tinha um gado pra vender... e arrendei o pasto dele  
 59. aqui... que é vizinho da fazenda do senhor... contei ::toda a história pra ele...

Em relação à apropriação do turno, percebemos que ao ser interrogado sobre os demais membros envolvidos nesse caso, em “qual senhor... que ligou pro senhor... o ((nome 1)) ou o ((nome 2))?” (linha 1), o réu responde “o ((nome 2))...” (linha 2) e o juiz confirma “o ((nome 2))” (linha 3) e logo em seguida, o réu detém o turno (linhas 4-59) movido pela intenção de esclarecer os fatos ocorridos, por meio de uma longa narrativa, iniciada deste modo “aí passou uns dois... três dias... ele me

*ligou... e aí... o senhor decidiu?... não vai vender o gado pra mim... no cheque?... eu falei... não... eu só posso vender à vista...”* (linhas 4-6).

Nesse trecho da audiência, o réu relata o desencadear de uma sequência de fatos ocorridos, os quais está sendo interrogado sob acusação, assumindo, assim, em parte, a atitude linguística no ato de relatar, demonstrando a construção da intencionalidade. Visto que, opta em trazer explicações e envolver terceiros, de forma a transferir ou dividir as consequências, usadas também como argumentação, já que se apropria das falas de terceiros para conseguir crédito *“e aí... o senhor decidiu?... não vai vender o gado pra mim...”* (linhas 4-5). E na sequência a estes discursos, o réu apresenta seus atos, ao usar a primeira pessoa do singular seguida do verbo no pretérito perfeito do indicativo *“eu falei...”* (linha 5).

Ainda nesses termos, constatamos referência a terceiros em expressivos trechos: *“esse amigo do meu pai chega no escritório bravo comigo... ((nome))... nós fizemos um acordo...”* (linhas 8-9); *“ele falou”* (linhas 13-4 e 16-7); *“aí ele pegou e falou...”* (linha 19); *“falou...”* (linhas 24-9, 39, 44, 50-6); usados pelo réu com o propósito comunicativo de conduzir seu turno e ocasionar interpretação e reação, durante o processo conversacional, dado que sua fala refletiria mais tarde em sua sentença. De ato contínuo, o réu articula seu posicionamento mediante repetições de acordo com os trechos: *“eu falei não::”* (linhas 5, 12-6); *“eu falei...”* (linhas 17, 29 e 57); *“falei”* (linhas 24, 46, 53 e 55-8); e *“contei”* (linhas 54-9), características marcadas ao longo da construção textual do réu.

Em se tratando do recorte do excerto, como por exemplo, quando o réu diz *“quando cheguei na delegacia... fui pra Aquidauana... porque a fazenda dele ficava entre Aquidauana e Bodoquena... i:: Miranda... que é próxima da outra... quando cheguei em Miranda... eles falaram pra mim... não... se num tem que vim aqui... se tem que ir pra Miranda... porque lá é comarca de Miranda... você tem que fazer o boletim de ocorrência lá...”* (linhas 31-5), durante a produção textual, destacamos a contradição na fala do réu. Recurso que coloca em risco a credibilidade de sua tentativa de defesa, pois estava (re)construindo os fatos na intenção de se defender, quando deveria escolher palavras mais adequadas aos seus propósitos, que são qualidades dentre as esperadas de um réu.

## Excerto 12

1. **Juiz:** qual é o nome do dono do posto... que o senhor teve lá pedindo
2. informação?
3. **Réu:** seu ((nome))
4. **Juiz:** ((nome)) do quê? Não lembra?
5. **Réu:** hum... não sei
6. **Juiz:** ((nome)) é o nome da pessoa que indicou pra vocês onde eles moravam...
7. onde guardavam o gado?
8. **Réu:** não... o seu ((nome)) me INdicou uma pessoa... que era amigo du::: ... [du
9. ladrão
10. **Juiz:** [que
11. foi a pessoa que levou vocês até lá?
12. **Réu:** éh::: ... que o pai dessa pessoa... tinha o caminhão de fazer frete...
13. **Juiz:** certo
14. **Réu:** e:::
15. **Juiz:** (...) e essa pessoa... o senhor lembra o nome dela?
16. **Réu:** não lembro
17. **Juiz:** não lembra... o nome da pessoa que arrendou o local pra colocar o gado é
18. o ((nome))?
19. **Réu:** isso... seu ((nome completo))...
20. **Juiz:** qual foi o prazo que teve da primeira ida... dessa pessoa que queria
21. comprar o gado do senhor... e aí não fez negócio... por causa do problema do
22. cheque... até a data dos fatos... o senhor lembra quanto tempo foi... mais ou
23. menos?
24. **Réu:** di::: ... vin/ vinte dias... mais ou menos
25. **Juiz:** vinte dias mais ou menos?
26. **Réu:** vinte dias... mais ou menos
27. **Juiz:** o senhor já foi antes... processado criminalmente alguma vez?
28. **Réu:** não
29. **Juiz:** nenhuma vez... com relação as pessoas que foram ouvidas durante u::: ...
30. a fase de instrução... o senhor tem alguma coisa contra elas?... alguma::: ...
31. alguma questão que possa ser colocada contra o ((nomes completos de três
32. pessoas))... policial civil ((nome)) e policial civil ((nome))?

33. **Réu: não**

34. **Juiz: não... com a palavra o ministério público**

No princípio desse excerto, sublinhamos a resposta ao questionamento “((nome)) do quê? Não lembra?” (linha 4), em que o réu evidencia “**hum... não sei**” (linha 5), no qual durante a formulação de sua resposta, hesita “**hum...**” (linha 5) e na sequência, ele optou pela negação “**não sei**” (linha 5) indicando a imprecisão de sua ponderação, respondeu o que lhe foi perguntado e, ao mesmo tempo, o réu se ressalva de uma suposta responsabilidade. Assim, “[...] A hesitação, na maioria dos casos, nos parece ser “não controlada” ou, pelo menos, controlada apenas parcialmente, sobretudo quando sinaliza dificuldades que o locutor vem encontrando no processamento/verbalização de seus enunciados” (KOCH, 2016, p. 91).

Da mesma forma, acontecem hesitações nas falas dos interlocutores em: “que era amigo **du::: ... [du ladrão**” (linhas 8-9); “**éh::: ...**” (linha 12); “**e:::**” (linha 14); “**di::: ...**” (linha 24) e “**u::: ...**” (linha 29). “De modo geral, contudo, as hesitações – que se manifestam por meio de pausas, preenchidas ou não, alongamentos de vogais, consoantes ou sílabas iniciais ou finais, repetição de palavras de pequeno porte, truncamentos oracionais etc” (KOCH, 2016, p. 91-2) e nesses casos, as hesitações se mostram como descontinuadora da fala e rompe, em parte, a produção de sentidos.

Adiante, o juiz pergunta “qual foi o prazo que teve da primeira ida... dessa pessoa que queria comprar o gado do senhor... e aí não fez negócio... por causa do problema do cheque... até a data dos fatos... **o senhor lembra quanto tempo foi... mais ou menos?**” (linhas 20-3) com intuito de conferir explicações e sentidos, o juiz marca sua intencionalidade, que diz respeito a forma como construiu o texto para alcançar determinada intenção, nesse caso, que o réu relate sua versão.

Em sucessão, temos uma série de repetições, quando o réu diz “**di::: ... vin/ vinte dias... mais ou menos**” (linha 24) e o juiz busca confirmação “**vinte dias mais ou menos?**” (linha 25) e por fim, o réu enfatiza por repetição “**vinte dias... mais ou menos**” (linha 26). Vemos as repetições com o papel de estruturar o discurso, marcadas por meio das perguntas e respostas, com função respectivamente, do juiz buscar confirmação dos fatos e o réu responder ao solicitado, ainda que de forma imprecisa. “Um texto com baixo poder informativo, [...] que se limita a repetir as coisas que nada somam à experiência do recebedor, tem como efeito desorientá-lo

ou irritá-lo, ou simplesmente não alcançar sua atenção” (COSTA VAL, 2006, p. 33). Então, há pouca eficiência pragmática, dado que não se fará ser entendido, pois o texto falado pelo réu não contribuiu para a informatividade.

Uma última observação, é a passagem de turno consentida “**com a palavra o ministério público**” (linha 34), em que o juiz usa dessa estratégia para sinalizar a seu interlocutor que doravante, ele tem posse do turno conversacional. Dessa forma, a passagem de turno assinalou a intenção do falante de que terminou suas ponderações e a palavra está com o ministério público.

#### **Júri popular 4**

Consiste no julgamento do processo que envolve o réu nos autos, artigo 121, “caput” c/c artigo 14, II do Código Penal, com as implicações da Lei 8.072/90, por ação penal de homicídio simples na forma tentada.

Conforme se apresentam descritos nas peças do processo, a saber: denúncia, defesa prévia, sentença de pronúncia, recurso contra a sentença de pronúncia, contrarrazões ao recurso contra sentença, decisão do tribunal de justiça, ata de julgamento e sentença proferida em plenário; arquivos disponibilizados para baixar na plataforma digital “Audiências *on-line*” <<https://audienciasonline.com.br/>>.

#### **Excerto 13**

1. **Juiz:** bom dia... ((nome))... tudo bem?
2. **Réu:** bom dia
3. **Juiz:** éh::: ... o senhor confirma o nome completo... ((nome completo))
4. **Réu:** isso
5. **Juiz:** ((nome))... éh::: ... esse momento... é o momento em que eu faço o
6. interrogatório do senhor... no interrogatório eu vou perguntar a respeito dessa
7. acusação... que tão fazendo contra o senhor... o senhor tem o direito de ficar em
8. silêncio... se não quiser responder nada... o senhor pode ficar em silêncio... não
9. vai ser prejudicado por isso... tá... é um direito constitucional que o senhor tem...
10. o senhor pretende responder ou ficar em silêncio?
11. **Réu:** respondê

12. **Juiz:** respondê... teve a oportunidade de conversar com o advogado do senhor...
13. antes desse interrogatório?
14. **Réu:** ah::: ... mais ou menos
15. **Juiz:** não... tô/ sobre essa acusação... o senhor chegou a conversar com o
16. advogado do senhor?
17. **Réu:** conversei
18. **Juiz:** conversou... éh::: ... eu vou fazer uma perguntas então... eu peço que
19. aquilo que o senhor se recorda... o senhor me fala... e aquilo que o senhor não
20. lembrar o senhor me conta... tá?... a acusação aqui... é que no dia primeiro de
21. agosto de dois mil e treze... o senhor teria se envolvido numa::: discussão com
22. ((nome completo)) e nessa discussão... o senhor teria efetuado disparo de arma
23. de fogo contra ele... consta aqui que na época... éh::: ... o senhor tinha um
24. relacionamento com a ((nome))... essa que nós acabamos de ouvir... e que essa
25. vítima ((nome)) também teria tido um relacionamento anterior com ela... eu
26. queria que o senhor me contasse... éh::: ... me conta primeiro um pouco do
27. relacionamento que o senhor tinha com a ((nome))... éh::: ... se::: ... e aí pode
28. entrar nesse dia... o que aconteceu nesse dia?... fica a vontade
29. **Réu:** eu e a::: ((nome))... nois namorava na época... nosso namoro era
30. tranquilo... sem briga sem nada... ajudava ela no que eu podia... mas o que
31. atrapalhava era esse rapaz... que sempre me ligava no celular dela... não no
32. meu... porque ele não tinha meu número... ligava no dela... ameaçando ela...
33. qui::: ... ia matar ela... e quem estivesse com ela... i::: ... na::: época eles se
34. separaram... que a ((nome)) e ele separou... eu não fui o primeiro namorado da
35. ((nome))... ela teve um... dois... três namorados lá... mais::: ... sempre o ((nome))
36. ameaçava i::: eles abandonavam... largavam da ((nome)) por causa dele... né?...
37. daí tipo assim... eu falei... eu não vou corre dele porque num::: ... se não tem
38. nada com ele... se não é a mulher dele... né?...

Nesse primeiro momento, evidenciamos que a comunicação inicia com o juiz, enquanto figura pública, pelo evento comunicativo institucionalizado, em que deseja passar uma imagem positiva: “*bom dia... ((nome))... tudo bem?*” (linha 1), após cumprimentar o réu, profere o termo convencionalizado socialmente “*tudo bem?*” (linha 1).

Neste excerto, temos o turno conversacional do juiz “**éh::: ... esse momento... é o momento em que eu faço o interrogatório do senhor... no interrogatório eu vou perguntar a respeito dessa acusação... que tão fazendo contra o senhor...**” (linhas 5-7). Nele, o juiz apresenta como procederá à sessão em que interrogará o réu para esclarecer sobre a acusação, e dessa maneira, vemos na fala do juiz marcas de repetição e de processos constitutivos do texto falado, porquanto na fala o planejamento e execução acontecem de forma simultâneos.

Ainda neste excerto, o juiz enuncia “**o senhor tem o direito de ficar em silêncio... se não quiser responder nada... o senhor pode ficar em silêncio... não vai ser prejudicado por isso... tá... é um direito constitucional que o senhor tem...**” (linhas 7-9). Identificamos a busca pela aprovação discursiva e por conseguinte, a colaboração de seu interlocutor pelo critério da intencionalidade, marcado pela fala do juiz que demonstra ao réu de forma acolhedora a autorização legal em que está respaldado. Assim, o réu visa alcançar sua intenção comunicativa de receber as ponderações do réu, de modo a contribuir para o entendimento dos fatos.

Desta forma, nesta troca comunicativa entre os interlocutores, vemos a presença de repetições, quando o juiz articula “**o senhor pretende responder ou ficar em silêncio?**” (linha 10), enquanto o réu faz a afirmação “**respondê**” (linha 11). Em conformidade com Koch (2016, p. 123):

Trata-se, na verdade, de uma estratégia básica de estruturação do discurso: os textos que produzimos apresentam uma grande quantidade de construções paralelas, repetições literais enfáticas, pares de sinônimos, repetições da fala do outro e assim por diante.

E também para formular e prosseguir com o turno, o juiz afirma e em seguida, interroga “**respondê... ... teve a oportunidade de conversar com o advogado do senhor... antes desse interrogatório?**” (linhas 12-3), na qual ele está marcando sua intencionalidade de obter a fala do réu e manifesta isso por meio da ação discursiva. Em resposta, o réu profere de modo hesitoso “**ah::: ... mais ou menos**” (linha 14), há cautela nas informações, pois o réu respondeu indicando incerteza.

Na sequência, marcada por truncamento, o juiz retifica sua fala e indica a ação pretendida, reformulando “**não... tô/ sobre essa acusação... o senhor chegou a conversar com o advogado do senhor**” (linhas 15-6). E para fechar, o réu acentua por repetição como forma de confirmação “**conversei**” (linha 17) e por

seu turno, o juiz sinaliza validação “**conversou... éh:: ... eu vou fazer uma perguntas então...**” (linha 18) e dá prosseguimento a troca comunicativa, a fim de alcançar seus propósitos comunicativos.

E com características de preservação da auto-imagem, o juiz diz “**eu queria que o senhor me contasse...**” (linhas 25-6), quando o juiz emprega o verbo do pretérito imperfeito do indicativo, ele o faz com a finalidade intencional de procurar criar uma parceria com o interlocutor, de modo a conseguir que fale a sua versão dos fatos. Além da intencionalidade, há também a busca por informatividade em “**o que aconteceu nesse dia?... fica a vontade**” (linha 28) que de modo amigável, o juiz demonstra estar interessado na fala do réu, passando segurança para que a interação flua e assim, ele obtenha efeitos específicos, neste caso, informações.

Ainda neste recorte, destacamos a busca por informações, quando o juiz diz “**me conta primeiro um pouco do relacionamento que o senhor tinha com a ((nome))... éh::: ... se:: ... e ai pode entrar nesse dia... o que aconteceu nesse dia?...**” (linhas 26-8). “Concluimos que os controles exercidos pela informatividade devem ser um fator importante para limitar e motivar o uso de opções específicas em todos os tipos de contextos”<sup>20</sup> (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 99, tradução nossa). Destacando-se, assim, a construção da informatividade presente nesse texto falado.

#### Excerto 14

1. **Juiz:** deixa eu só entender... o senhor disse que ele ia chegando junto com uma
2. outra pessoa?
3. **Réu:** *isso... ele e outro rapaz... [que mora*
4. **Juiz:** *[quem era esse outro rapaz?*
5. **Réu:** *o nome dele chama ((nome))*
6. **Juiz:** *tá... mas e ai... ele parou lá e esse ((nome)) continuou e foi embora?*
7. **Réu:** *não... na hora que eu bati nu:: du banco... o ((nome)) foi o primeiro a*
10. corre... na hora que eu [bati
11. **Juiz:** [tá... (...) então esse ((nome)) acompanhou a confusão?

<sup>20</sup> “We conclude that the controls exerted by informativity must be a vastly important factor in limiting and motivating the use of particular options in all sorts of contexts”.

12. **Réu:** acompanhou a confusão também... esse ((nome))

13. **Juiz:** tá... pode continuar então

Em “**deixa eu só entender... o senhor disse que ele ia chegando junto com uma outra pessoa?**” (linhas 1-2) ocorre a estratégia de pedido de esclarecimento, ou seja, o juiz marca sua busca por informatividade, na qual Fávero (2006, p. 93) pontua que a fim de alcançar seus propósitos comunicativos, o falante não conseguindo captar os fatos enunciados por seu interlocutor, formula um pedido de esclarecimento em relação ao conteúdo antes enunciado “**deixa eu só entender...**” (linha 1).

Percebemos também sobreposição de vozes, marcada pelo sinal de colchete “[bati” (linha 10) e “[tá...” (linha 11), isto é, os interlocutores falam de modo concomitantes, e em seguida, o juiz assaltou o turno em determinado ponto “(...)” (linha 11), uma vez que o réu estava falando e não tinha concluído sua fala: “na hora que eu [bati” (linha 10), ao mesmo tempo que “[tá... (...) então esse ((nome)) **acompanhou a confusão?**” (linha 11). Assim, as manifestações da sobreposição não dinamizam e harmonizam a construção do texto falado, posto que não colaboram para que a informatividade ocorra, pois acaba rompendo a linha de pensamento do falante e conseqüentemente, destoa a construção do sentido.

Ao responder o juiz, o réu repete salientando “**acompanhou a confusão também... esse ((nome))**” (linha 12) confirmando os fatos. Nessa hora, o juiz solicita continuação da narração “**tá... pode continuar então**” (linha 13) intencionando sinalizar passagem de turno consentida, ou seja, deixa explícito ao réu que é o seu momento de fala e pretende ouvi-lo. Tratamos, pois, do critério de intencionalidade, em que o juiz almeja envolver o réu na narração dos fatos, demonstrado pela entrega do turno conversacional. Assim, ao considerar o texto falado, evidenciamos seu processo de construção.

### Excerto 15

1. **Juiz:** e depois que o senhor tacou o banco nele... ele não foi pra cima?
2. **Réu:** saiu correndo de mim... saiu correndo pro lado da casa dele porque::: é
3. uns trinta metros da casa dele... [qui foi essa confusão/
4. **Juiz:** [ele falava alguma coisa enquanto ele corria... ou

5. *não?*
6. **Réu:** se::mpre falava que me:: ... ia vinga... que eu bati na cabeça de homi...
7. que ia mata eu... que eu sou de facção... não sei o quê... e tal tal tal... que isso
8. não ia fica ::assim... e eu peguei a motinha da ((nome)) e sai correndo... fui
9. embora
10. **Juiz:** *e esse amigo dele... foi junto com ele ou foi pra outro lado?*
11. **Réu:** *saiu correndo [também*
12. **Juiz:** *[tá*
13. **Réu:** *[e eles moram um na frente da casa do outro*
14. **Juiz:** *tá... e quem tava ali na frente... se disse que tava o irmão da ((nome))...*
15. **Réu:** *tava... na hora... tava o irmão dela... uma mulher que ele tinha na época...*
16. *uma namorada que ele namora/ uma menina que ele namorava e mais uns três*
17. *meninos*
18. **Juiz:** *sabe o nome de algum?*
19. **Réu:** *dos meninos... não*
20. **Juiz:** e o que o senhor fez?... tacou o banco e fez o quê?
21. **Réu:** eu taquei o banco na cabeça dele... na hora que ele quis cai/ ele tava
22. quase caindo no chão... num tava deitado assim no chão... meio que agachado
23. assim... a motinha da ((nome)) tava ligada ainda... porque na hora que eu vi ele
24. *sain/ vi do lado do mato... do trieiro... ele e esse rapaz... eu descii da moto... não*
25. *fiquei sentado na moto esperando a ((nome))... dai na hora que ele veio eu bat/*
26. *nois conversamo... discutimo... ele sempre me xingando... falando que ia mata*
27. *eu... jurando eu... e matar a ((nome))... e eu falando pra ele... óh cara... vai*
28. *embora daqui... onze horas da noite se vim vê sua filha... você tava desde de*
29. *manhã andando no bairro aí... e não veio vê... veio onze horas da noite aqui vê...*
30. *ele falou assim... dai foi o que ele falou pra mim... que ele ia vê porque a casa*
31. *era dele... eu tinha tomado a família dele... mas não... a ((nome)) teve outros*
32. *namorados antes di:: [disso dai*
33. **Juiz:** [tá... vamos voltar lá pro fato então... o senhor tacou o
34. banco na cabeça dele... o senhor disse que ele não chegou a cair... mais ou
35. menos caiu... e ai ele já levantou e foi em direção a casa dele?
36. **Réu:** *haram... voltou pra [casa dele*
37. **Juiz:** *[e o senhor... o que o senhor fez imediatamente?*
38. **Réu:** *eu tava assim... ((gesto)) perto do meio fio uma motinha estacionada... tipo*

39. *uma motinha biz... eu subi nela e fui embora*
40. **Juiz:** *e por que que o senhor não levou a ((nome)) junto?*
41. **Réu:** *porque a ((nome)) saiu correndo pra dentro da casa du:: da casa dela*
42. **Juiz:** *tá... mas o senhor foi embora porque imaginou que ele ia volta?*
43. **Réu:** *imaginei... porque a família... porque::: ... a casa da ((nome)) é aqui*
44. *((gesto))... passa uns vinte metro... nem dá... trinta metro já é a casa dele... o*
45. *que divide é só um... du::: du trem... eu imaginei qui:: ele ia vim com alguma*
46. *arma de fogo...*
47. **Juiz:** *então... e o senhor num::: ... não resolveu levar a ((nome))?... porque se*
48. *ele voltasse com a arma de fogo [ele podia*
49. **Réu:** *[não... que a ((nome)) já tava com o pai dele...*
50. *entre o irmão dela... entre a família dela*
51. **Juiz:** *aí o senhor pegou e [foi embora*
52. **Réu:** *[ele só faz isso com a ((nome))... não faz isso com*
53. *outra pessoa... só com a ((nome))*

Neste excerto, o foco está nas construções interrogativas do juiz, que é quem guia o interrogatório procurando obter informações, assim como almeja obter a elaboração das construções em respostas pelo réu, criando sua versão dos fatos. Um jogo entre a informatividade, demonstrada pela procura de informações do juiz, em correspondência com a intencionalidade, já que:

O conhecimento sociointeracional é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *inter-ação* através da linguagem. [...] É o conhecimento ilocucional que permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir (KOCH, 2016, p. 32-3, grifo da autora).

A princípio, o juiz questiona “*e depois que o senhor tacou o banco nele... **ele não foi pra cima?***” (linha 1), com intuito de colher mais informações sobre os fatos, quando o réu diz “***saiu correndo de mim...***” (linha 2), na ação que marca seu parecer e visa conseguir responder o proposto pelo juiz.

Mais adiante, o ré mostra falta de cooperação em relatar os fatos ocorridos “*se:::mpre falava que me::: ... ia vinga... que eu bati na cabeça de homi... que ia mata eu... que eu sou de facção... **não sei o quê... e tal tal tal...** que isso não ia fica ::assim... e eu peguei a motinha da ((nome)) e sai correndo... fui embora*” (linhas 6-

9), fala do réu em que trouxe pouca informatividade, posto que talvez por medo de se comprometer, ele optou por não dar detalhes e responder apenas o solicitado. Na língua falada “[...] a frase desvia-se de sua trajetória, o complemento esperado não aparece, a frase parte em outra direção” (PETRI, 2009, p. 14).

Em continuação, analisamos estratégias que visam facilitar a produção e compreensão no processamento textual. Evitando o fracasso na interação, conforme o juiz busca em **“tacou o banco”** (linha 1), em **“e o que o senhor fez?... tacou o banco e fez o quê?”** (linha 20), já que o réu já havia sido interrogado sobre essa questão, mas não foi colaborativo, o juiz insiste em buscar informações e relacionar os fatos, a fim de gerar troca comunicativa e entendimento.

O réu seguiu suas ponderações anteriores, confirmou que arremeçou o banco na vítima, mas não deu maiores detalhes do ocorrido, conforme em **“eu taquei o banco na cabeça dele... na hora que ele quis cai/ ele tava quase caindo no chão... num tava deitado assim no chão... meio que agachado assim... a motinha da ((nome)) tava ligada ainda...”** (linhas 21-3). Dessa forma, ocorreu desvio do assunto, pois em sua fala, o réu elencou frequentemente desvio momentâneo do assunto sobre o qual se falava, ou seja, “A seleção das contribuições para a conversa pode ser controlado pelas demandas de informatividade”<sup>21</sup> (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 17, tradução nossa).

No recorte do excerto, **“[tá... vamos voltar lá pro fato então... o senhor tacou o banco na cabeça dele... o senhor disse que ele não chegou a cair... mais ou menos caiu... e ai ele já levantou e foi em direção a casa dele?”** (linhas 33-5). Nessa interação assimétrica, o juiz marca sua busca por intencionalidade e tem como cargo também, conduzir a sessão e extrair esclarecimentos do réu para fundamentar as escolhas do júri popular, como também, ressaltamos a relevância nos papéis do promotor e defensor público. “Portanto, as estratégias interacionais visam a levar a bom termo um ‘jogo de linguagem’” (KOCH, 2016, p. 37-8).

E ao notar que o réu estava encaminhando sua resposta para um contexto irrelevante, o juiz retoma a ordem, por uma sobreposição de voz, voltada para o bom funcionamento da conversação, quando salienta **“[tá... vamos voltar lá pro fato então...”** (linha 33). A partir da marcação de desvio, o juiz fez redirecionamento, conforme Fávero, Andrade e Aquino (2007, p. 52), “o interlocutor pode redirecioná-lo por meio de uma pergunta, reintroduzindo o tópico original”, que são manifestações

<sup>21</sup> “The selection of contributions to conversation can be controlled by the demands of informativity”.

inerentes ao processo textual, constantes na interação verbal, sobretudo por sua natureza pragmática, isto é, por referir ao uso.

### Excerto 16

1. **Juiz:** tá... éh::: nessa época... que aconteceu isso... o senhor disse que foi
2. embora pra casa do amigo... você falou com a ((nome))... e aí?... voltou no
3. mesmo dia... voltou no dia seguinte?
4. **Réu:** não:: ... não
5. **Juiz:** o que o senhor fez?
6. **Réu:** eu fui volta::: ... eu fui volta pro meu serviço que eu trabalhava na época...
7. na::: na época eu trabalhava na Delta medicamentos... e na pizzaria Di pizza...
8. eu fui voltar pro meu serviço... pra minha casa... uns três dias depois
9. **Juiz:** tá... o senhor tá me contando que pra se defender... o senhor... na hora
10. que o senhor viu ele levando a mão pra traz... o senhor tacou um banco na
11. cabeça dele?
12. **Réu:** um banco de madeira
13. **Juiz:** e se o senhor tava se defendendo... porque o senhor ficou três dias
14. sumido?
15. **Réu:** por que::: a família dele ficava perseguindo... passando na minha casa... ia
16. onde eu pa/ oficina de moto... consertava minhas motos... falava de mim... falava
17. que ia pegar eu ainda...
18. **Juiz:** tá... alguma vez o senhor foi na polícia pra registrar ocorrência?... porque
19. se eles tavam te ameaçando
20. **Réu:** nunca fui... porque nem no bairro minha mãe... uma semana antes de
21. acontecer isso aí... minha mãe tinha falecido... daí::: quando ela faleceu eu mor/
22. eu fiquei na casa da minha mãe assim... umas duas semanas no máximo... que
23. eu não consegui ficar lá... porque eu morava junto com ela... né... eu fui pá outro
24. bairro... outra região... não morei... não morava no bairro mais
25. **Juiz:** tá... mais o que eu perguntei pro senhor é... o senhor disse que se sentia
26. ameaçado por ele e pela família... mas o senhor nunca foi na polícia [registrar
27. ocorrência
28. **Réu:** [num fui
29. **Juiz:** e por que não registrou?... [se tem alguém que ameaça...

30. **Réu:** [porque eu não morava mais no bairro... eu  
 31. morava do outro lado da cidade... não tinha mais contato assim... de passar por  
 32. perto... passar em esquina ::deles  
 33. **Juiz:** *tá... mas o senhor namorava a ((nome))... ia na casa da família da*  
 34. *((nome))... a ((nome)) morava na frente...*  
 35. **Réu:** *a ((nome))... não fui mais na casa da ((nome))... depois que aconteceu isso*  
 36. *aí... eu e a ((nome)) ficamo uns quatro meis... daí eu/ nois separamo... eu me*  
 37. *casei de novo... separei... agora estou com a ((nome))*

Como em “**o que o senhor fez?**” (linha 5), o juiz faz uma pergunta aberta, por meio do pronome interrogativo “**o que**”, temos o preenchimento da informação pela resposta “**eu fui volta::: ... eu fui volta pro meu serviço que eu trabalhava na época... na::: na época eu trabalhava na Delta medicamentos... e na pizzaria Di pizza... eu fui voltar pro meu serviço... pra minha casa... uns três dias depois**” (linhas 6-8), ou seja, na resposta temos informatividade.

É interessante a escolha das repetições nesse contexto, no sentido de enfatizar, ou seja, o réu intenciona tornar seus argumentos ainda mais fortes “**eu fui volta::: ... eu fui volta pro meu serviço**” (linha 6) e “**eu fui voltar pro meu serviço...**” (linha 8). Percebemos também o propósito comunicativo que o réu quis mostrar, de alguma forma, ser uma pessoa honesta, trabalhadora, tentando passar uma boa imagem ao reforçar que tinha um trabalho. Assim, notamos a organização do texto conversacional, as quais decorrem:

As manifestações da audiência fazem com que o falante direcione constantemente sua atividade, de maneira a garantir que o discurso se apresente de forma explícita. Na produção da linguagem oral, temos, ao mesmo tempo, a produção do “rascunho” e do texto final (PETRI, 2009, p. 15).

Ao sequenciar a interação, o juiz enfatiza “**tá... o senhor tá me contando que pra se defender... o senhor... na hora que o senhor viu ele levando a mão pra traz... o senhor tacou um banco na cabeça dele?**” (linhas 9-11). Acentuamos a construção da intencionalidade e informatividade, pois o propósito do juiz em sua ação foi mostrar que pretendia ouvir a defesa formulada pelo réu, como tentativa de monitorar a situação e obter informações, uma vez que, respectivamente, visa assimilar os objetivos do locutor e exprimir as intenções de seu interlocutor. E em

atendimento a busca pela informação, o réu confessa **“um banco de madeira”** (linha 12), funcionando como ponto de partida para afirmar algo e introduzir explicação, com o propósito de fluir a construção do texto falado em interação.

Em seguida, destacamos ameaça à face do réu, para efeito de exposição, o juiz pontua de forma direta e delicada **“e se o senhor tava se defendendo... porque o senhor ficou três dias sumido?”** (linhas 13-4), colocando em questão, os posicionamentos do réu, que por sua vez declara **“por que::: a família dele ficava perseguindo... passando na minha casa... ia onde eu pa/ oficina de moto... consertava minhas motos... falava de mim... falava que ia pegar eu ainda...”** (linhas 15-7) mostrando que sua intenção era de se defender das possíveis ameaças e perseguições.

Outra vez, o juiz coloca em risco à face do réu em **“tá... alguma vez o senhor foi na polícia pra registrar ocorrência?... porque se eles tavam te ameaçando”** (linhas 18-9), a pergunta causa efeito impactante à interação e, para responder, o réu salienta **“nunca fui... porque nem no bairro minha mãe... uma semana antes de acontecer isso aí... minha mãe tinha falecido... daí::: quando ela faleceu eu mor/ eu fiquei na casa da minha mãe assim... umas duas semanas no máximo... que eu não consegui ficar lá... porque eu morava junto com ela... né... eu fui pá outro bairro... outra região... não morei... não morava no bairro mais”** (linhas 20-4), assinalando desvio do assunto, o réu intenciona justificar que não foi **“registrar ocorrência por ameaça”** (linhas 18-9), devido **“a morte da mãe”** (linha 21), posto que o réu tinha perdido sua mãe recentemente. Assim, ao não responder o solicitado, o réu coloca em risco a própria face.

E ao enunciar **“tá... mais o que eu perguntei pro senhor é... o senhor disse que se sentia ameaçado por ele e pela família... mas o senhor nunca foi na polícia [registrar ocorrência”** (linhas 25-7), o juiz recoloca em questão **“mais o que eu perguntei pro senhor é...”** (linha 25) e ameaça a face positiva do réu, pois acusa que ele não respondeu seu questionamento e insiste na busca por informatividade, marcando seu interesse em obter informações precisas, a fim de que ocorra sucesso na interação, ou seja, que ela acrescente alguma coisa à experiência dos ouvintes.

Na sequência, há nova ameaça à face do réu e incidência de perguntas com solicitação de informação, na qual o juiz complementa **“e por que não registrou?... [se tem alguém que ameaça...”** (linha 29) insistindo na questão e colocando em risco a face do seu interlocutor, que após sobreposição de vozes, por seu turno

ênfatiza ***“[porque eu não morava mais no bairro... eu morava do outro lado da cidade... não tinha mais contato assim... de passar por perto... passar em esquina ::deles”*** (linhas 30-2).

É pela argumentação que os interlocutores defendem seus pontos de vista, na medida em que ela contribui para interação comunicativa, pois “[...] dizem respeito às escolhas textuais que os interlocutores realizam, desempenhando diferentes funções e tendo em vista a produção de determinados sentidos” (KOCH, 2016, p. 37-8). Desse modo, pela troca comunicativa entre os interactantes, juiz e réu, evidenciamos a relevância da construção dos critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade, uma vez que nesse contexto do tribunal de júri, o juiz busca por informações e o réu intenciona transmitir sua versão dos fatos, a fim de alcançar seus propósitos comunicativos.

Diante de todos esses resultados, podemos concluir que o juiz está interessado em estabelecer dois aspectos, que são: esclarecer os fatos e estabelecer o dolo, no caso da tentativa ou homicídio. O juiz se dedica em saber o que aconteceu e entender o nível de intenção do réu no caso de cometer aquele ato ou não, do ponto de vista jurídico é o que sustenta a interação, e é por isso que os critérios de textualidade enfatizam a intencionalidade e informatividade, pois são os aspectos daquela interação que são buscados na pergunta do juiz a todo o momento e vão aparecer nas respostas do réu.

A finalidade discursiva desse contexto específico no tribunal de júri pressupõe o esclarecimento de informação da veracidade dos fatos e da intenção de quem cometeu aqueles atos, e isso é o que sustenta essa peculiaridade do gênero. O resultado aponta que no gênero audiências do tribunal de júri ficam reforçadas as manifestações linguísticas que buscam pontuar a informatividade e a intencionalidade na interação juiz e réu, o que permite concluir que é característico, nesse tipo de interação, pois essas manifestações sistematizam as propriedades e processos resultantes da construção no texto falado, por sua dimensão interacional, uma vez que servem à reflexão da Linguagem, Direito e Sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos averiguar o entrecruzamento dos critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade mais alguns processos constitutivos do texto falado – hesitação repetição, manejo dos turnos, truncamento e preservação da face –, a fim de identificar o modo peculiar como se organizaram no gênero audiências de instrução e julgamento, com finalidade dos parceiros comunicativos – juiz e réu – alcançarem seus propósitos no contexto jurídico.

Por tudo o que aqui foi apresentado, constatamos que, na perspectiva da construção dos sentidos, o texto falado é construído pelos interlocutores, num jogo entre concordância e dissonância, com o intuito de dialogar e chegar a um propósito comunicativo. Apesar de os interlocutores estarem em uma sessão e terem conhecimento de que sua fala e sua condução estavam sendo gravadas por meio de áudio e vídeo, notamos fluidez na interação face a face entre juiz e réu devido à presença de traços de naturalidade das expressões usadas na construção do texto falado, manifestadas por todo um conjunto de estratégias que marcaram a organização, combinação e construção da informatividade e intencionalidade nessa situação comunicativa específica.

A tarefa de pesquisa sobre os critérios de textualidade de informatividade e intencionalidade na construção do texto falado em ambiente forense em audiências judiciais de instrução e julgamento no tribunal de júri, especificamente em lides de homicídio e tentativa de homicídio na interação juiz e réu, determina o comportamento linguístico dos falantes, o que nos possibilitou diferentes questionamentos e alguns desafios.

Assim, conforme os excertos analisados, as audiências se desenvolveram a partir do par dialógico de perguntas e respostas como um fator recorrente na organização textual, pela intencionalidade do juiz em obter a versão do réu e pela (re)construção dos fatos relatados pelo réu, por meio da informatividade em apresentar os fatos, buscando se defender das acusações.

Ocorreu intencionalidade quando o juiz demonstrava sua intenção em ouvir o réu, salientando que ele não era obrigado a falar a verdade, ao pontuar que poderia mentir, inclusive, e que estava assistido pela defensoria pública, conforme em “*o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode MENTir... permanecer em silêncio... se for da tua vontade...*”. Assim, o juiz está marcando sempre sua intencionalidade:

seu propósito comunicativo, que é obter a fala do réu. Desse modo, nesse tipo de situação, isso é marcado, criando, assim, materialidade no texto.

Outro exemplo de construção da intencionalidade ocorre quando o juiz busca a cooperação do réu, estabelecendo tentativa de não assimetria, mas ainda assim a interação é assimétrica, quando o juiz indica ao réu que poderia ficar a vontade, falar e até mentir, em *“o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode mentir... permanecer em silêncio se for da sua vontade... o senhor tá assistido por por advogados...”*. Dessa forma, vemos a intencionalidade do juiz em deixar o réu a vontade para que se sinta acolhido e colabore no processo interrogatório, ou seja, obtenha a versão do réu.

Então, destacamos que não é que os outros critérios de textualidade não estejam presentes nesse tipo de situação comunicativa, mas eles têm menos materialidade linguística, por exemplo, do que a marcação da intencionalidade ou da informatividade. Pela informatividade, o juiz fica sempre enfatizando que precisa que o réu conte o dia do fato e direcionando a interação, estabelecendo os assuntos sobre os quais deseja esclarecimentos, quer dizer, busca informatividade.

Como em nosso *corpus* de pesquisa, quando o juiz busca por informações a fim de entender os fatos relatados na denúncia e diz ao réu *“tá... e nesse dia o que aconteceu?”* e *“vai me contando como que passou?... ::tudo”*. Em continuidade, notamos outros trechos em que o juiz almeja tomar mais conhecimento dos fatos, como nas marcações de informatividade *“tá... então me conta...”* e *“como é que foi tudo?... ::pode me contar”*, usadas com o propósito comunicativo de receber contribuições informativas do réu.

Outros casos em que denotam a construção da informatividade acontece quando o juiz marca a ordenação dos conteúdos e busca obter informações novas, em *“me conta primeiro um pouco do relacionamento que o senhor tinha com a ((nome))... éh:: ... se:: ... e ai pode entrar nesse dia... o que aconteceu nesse dia?”*, como também em *“eu queria que o senhor me contasse...”* e *“o que aconteceu nesse dia?... fica a vontade”*, demonstrando abertura para que o réu explique suas informações. Há também marcas de informatividade mediante (re)construção dos fatos, conforme em *“o que aconteceu no dia dos fatos?”* e *“o que aconteceu lá no dia?”*, em que o juiz mostra interesse na fala do réu para que obtenha o efeito específico de mais informações sobre o caso.

Assim, conforme apresentamos, esses critérios de informatividade e intencionalidade na construção do texto falado mostram as condições de produção e atuam na sinalização dos propósitos dos interactantes, que, em conjunto, constituem um evento comunicativo.

Finalmente, com esta pesquisa esperamos contribuir linguisticamente nos campos da Análise da Conversação, Linguística Textual e Linguística Forense. Almejamos, ainda, que as propriedades e os processos discutidos neste trabalho possam ser compreendidos como uma ferramenta que interage com o universo da Linguagem e Direito.

Concluimos ressaltando que essas propriedades e processos do texto contribuem para a produção de sentidos e para que o falante atinja os seus propósitos comunicativos, dado que pretendemos reconhecê-los como elementos essenciais, pela dimensão interacional da linguagem, que se permeia no caminho da construção.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBISAN, Leci Borges. Semântica Argumentativa. In: FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BEAUGRANDE, Robert de. Text Linguistic. In: ZIENKOWSKI, Jan.; ÖSTMAN, Jan.; VERSCHUEREN, Jef (orgs.). **Discursive pragmatics: handbooks of Pragmatics highlights**, v. 8, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2011.
- BEAUGRANDE, Robert de. **New Foundantions for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of acces to Knowledge and Society**. Norwood: Ablex, 1997.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.
- BENTES, Anna Christina.; LEITE, Marli Quadros. **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil / Anna Christina Bentes, Marli Quadros Leite (orgs.)**. - São Paulo: Cortez, 2010.
- BURGO, Vanessa Hagemeyer. **Estratégias sociointeracionais na língua falada: procedimentos de atenuação e preservação da imagem pública**. 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2009.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. ReVEL na Escola: O que é Linguística Forense?. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Disponível em:Acesso em: 15 out. 2017.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Palestra Linguística Forense**. 6º Módulo de Formação Continuada dos Magistrados (Escola Judicial) EJUD 12, II Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina, 9 nov. 2016. Youtube: Escola Judicial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6pcoTnfyjok>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CAMPOS, Odette Gerstrudes Luiza Altmann de S. A língua falada: características gerais. **Estudos gramaticais**, Araraquara (UNESP), v. 3, n. 1, p. 202-214, 1989.

COLARES, Virgínia. **Linguagem e Direito no Brasil**. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil, 2008.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade** / Maria da Graça Costa Val - 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COULTHARD, Malcolm. Linguística Forense: uma entrevista com Malcolm Coulthard. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Tradução João Gabriel Rodrigues Marques Padilha. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em: 20 out. 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. A entrevista na fala e na escrita. *In*: PRETI, Dino (Org.). *et al. Fala e escrita em questão*. 3. ed. - São Paulo: Humanitas, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes.; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. O.; Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. *In*: PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada**: variações e confronto. 2. ed. - São Paulo: Humanitas, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes.; ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. O.; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira. **Oralidade e escrita**: perspectiva para o ensino de língua materna. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

FORNEL, Michel de.; VERDIER, Maud. Tradutores: MORAES, Érika de. OLIVEIRA, Hélio. Corpus, classes e coletâneas em Análise da Conversação. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 36. Dossiê Metodologias de Pesquisa em Ciências da Linguagem, p. 1-19, 2020.

GALEMBECK, Paulo de Tarso.; CARVALHO, K. A. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo (Projeto NURC/SP). **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 6, p. 830-50, 1997.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Metodologia de pesquisa em português falado. *In*: RODRIGUES, Ângela C. de S.; ALVES, Ieda M.; GOLDSTEIN, Norma S. I **Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. *In*: PRETI, Dino (Org.). **O discurso oral culto**. 3. ed. - São Paulo: Humanitas, 2005.

GIBBONS, John. Linguística Forense: uma entrevista com John Gibbons. **ReVEL**, vol. 12, n. 23, 2014. Tradução de Paloma Petry. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em: 15 out. 2017.

GOMES, Alexandro Teixeira.; AQUINO, Lucélio Dantas de. A responsabilidade enunciativa no texto jurídico: uma análise dos conectores no gênero discursivo sentença judicial condenatória. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 777-791, 2017.

HOUAISS, Instituto Antônio. **Dicionário Houaiss Conciso**. [Ed. Responsável Mauro de Sales Villar]. São Paulo: Moderna, 2011.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da Conversação: Princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 13, ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed., 4ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. - 2. ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Intencionalidade e aceitabilidade. *In*: **A coerência textual**. 17. ed. - São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Contextualização e explicitude na fala e na escrita**. Recife: S. Mimeo, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio, 1946- **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. - São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Repetição. *In*: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Questões atuais da Análise da Conversação**. ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 3. Recife: ANPOLL, 1988.

PETRI, Maria José Constantino. **Manual de linguagem jurídica**. 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2009.

PRETI, Dino (org.). **Diálogos na fala e na escrita**. 2. ed. - São Paulo: Humanitas, 2008.

ROCHA, Max Silva da.; SILVA, Maria Margarete de Paiva. A linguística textual e a construção do texto: um estudo sobre os fatores de textualidade. **Revista a cor das letras**. - Feira de Santana, v. 18, n. 2, p. 26-44, maio-ago., 2017.

SILVA, Luiz Antônio da. Polidez na interação professor/aluno. *In*: PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confronto**. 2. ed. - São Paulo: Humanitas, 2006.

SOUZA, Edson Rosa Francisco.; PENHAVEL, Eduardo.; CINTRA, Marcos Rogério. **Linguística textual: interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. - São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Meire Estelito de. **Infrações aos fatores de textualidade em redações escolares**. 1999. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

TOSCANO, Kauan Kivio da Silva.; OLIVEIRA, Eduardo Antonio Martins de. Além da pena: a importância da análise de elementos extrajurídicos na linguagem da decisão judicial Penal. **Revista Transgressões**, v. 2, n. 2, p. 108-120, 10 dez. 2014.

URBANO, Hudinilson. A expressividade na língua falada de pessoas cultas. *In*: PRETI, Dino (Org.) *et al.* **O discurso oral culto**. 3. ed. - São Paulo: Humanitas, 2005.

URBANO, Hudinilson.; FÁVERO, Leonor Lopes.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. Perguntas e respostas na conversação. *In*: CASTILHO, A. T. de. (Org.) **Gramática do português falado**. 3. ed. Campinas: Unicamp/FAPESP, 2002. p. 75-98. v. 3.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – Memorial descritivo

APÊNDICE B – Transcrição da audiência de júri popular 01

APÊNDICE C – Transcrição da audiência de júri popular 02

APÊNDICE D – Transcrição da audiência de júri popular 03

APÊNDICE E – Transcrição da audiência de júri popular 04

## APÊNDICE A – Memorial descritivo

Após a conclusão do mestrado (2016), iniciei a jornada em busca pela próxima etapa, o doutorado. Ainda naquele ano, cursava a especialização em *Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica* concluída no ano seguinte (2017) com o trabalho de conclusão do curso *Os Dicionários Escolares em sala de aula e as Expressões Idiomáticas no ensino do Léxico de Língua Portuguesa*, pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), câmpus de Três Lagoas/MS.

No primeiro semestre de 2017, cursei, como aluna especial do doutorado, a disciplina intitulada *Tópicos especiais: Análise da Conversação*, ministrada pela Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo. Nela, foi detalhada a metodologia da pesquisa em língua falada, o contínuo fala e escrita, a organização do texto conversacional, estratégias sociointeracionais, face, atenuação e polidez, entre outros processos de construção do texto falado; bases teóricas elencadas como respaldo para meu projeto de pesquisa, e em seguida, para a fundamentação teórica e metodológica desta tese.

Em seguida, também cursei a disciplina nomeada *Estudos Aprofundados em Lexicografia: teoria e prática*, como aluna especial na Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de São José do Rio Preto/SP, ministrada pela Profa. Dra. Claudia Zavaglia, na qual expôs sobre questões relativas a ciência e à teoria da Lexicografia, por meio de discussão de textos e seminários.

Ainda em 2017, no segundo semestre, prestei o processo seletivo junto ao Programa de Pós-graduação em Letras, câmpus de Três Lagoas/MS, para ingressar no doutorado em 2018 e fui aprovada na área de concentração em *Estudos Linguísticos*, direcionada para a linha de pesquisa *Análise e Descrição de Línguas*, também orientada pela Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo.

No ano seguinte, primeiro semestre (1/2018), participei como aluna regular das disciplinas abaixo relacionadas, as quais foram de substancial relevância para minha reflexão, amadurecimento e escrita da tese:

A disciplina *Teorias da Linguagem*, conduzida pelos professores doutores Aparecida Negri Isquerdo, Michel Gustavo Fontes, Solange de Carvalho Fortilli e Vânia Maria Lescano Guerra, ofereceu vasta visão dos conceitos básicos da Linguística, bem como os princípios teóricos e metodológicos centrais de algumas

das teorias da linguagem, tais como: Estruturalismo, Teoria Gerativa, Formalismo Europeu, Funcionalismo e Teorias da Enunciação.

Na disciplina de *Tópicos em Lexicografia*, a docente responsável Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo e os docentes colaboradores Profa. Dra. María Teresa Fuentes Morán (Universidade de Salamanca/Espanha) e Prof. Dr. Odair Luiz Nadin (UNESP/Araraquara). Em geral, os professores discorreram sobre Lexicografia, seu conceito, história e dicionários, como também, introduziram as bases de formação da Lexicografia Pedagógica, os dicionários e seus componentes.

Além disso em (1/2018), cursei a disciplina *Tópicos Especiais: A mudança por Gramaticalização* conduzida pela Profa. Dra. Solange de Carvalho Fortilli. Os temas abordados foram questões ligadas à mudança linguística via gramaticalização, o estatuto da gramaticalização em associação com áreas mais amplas, como a cognição; e alguns casos de mudança por gramaticalização que levam à maior compreensão do funcionamento das línguas naturais, especialmente, o português brasileiro.

Em continuação, no segundo semestre (2/2018), cursei as seguintes disciplinas:

*Seminários Avançados de Teorias Funcionalistas*, disciplina ministrada pela Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira, que abordou a análise funcionalista dos fatos da linguagem, assim como seu surgimento, consolidação e premissas básicas. Também discutimos conceitos, objetivos e métodos de análise das teorias funcionalistas.

Ainda no semestre em questão, efetuei a matrícula e executei o *Estágio de Docência II*, que se deu na graduação do curso de Letras da UFMS/CPTL, 8º semestre, sob orientação e supervisão da Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo, na disciplina nomeada *Prática e Metodologia de língua Inglesa II*, no período de agosto a dezembro de 2018.

Em (1/2019), ainda em cumprimento a disciplina *Estágio de Docência II – nível de doutorado*, obrigatória para bolsistas CAPES, realizei a segunda etapa do estágio de docência, também desenvolvida na graduação do curso de Letras da UFMS/CPTL, 7º semestre, sob orientação e supervisão da Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo, na disciplina intitulada *Prática e Metodologia de língua Inglesa I*, no período de março a julho de 2019.

Com tal bagagem alcançada, por meio da integralização das disciplinas e após várias leituras e discussões, dei continuidade à pesquisa e à escrita dessa tese na disciplina *Elaboração de Tese*.

Com relação aos eventos científicos, em abril (1/2018), participei do *I Ciclo de Conferências em Lexicografia da UFMS* realizado no câmpus de Três Lagoas/MS.

Em abril (1/2018), fui ao *Congresso Internacional Linguagem e Direito: Construindo Pontes II*, que se realizou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis/SC. Nele, participei do minicurso *A anistia constitucional à luz da análise crítica do discurso jurídico (ACDJ)* lecionado pela Profa. Dra. Virgínia Colares, referência na área da Linguística Forense. Nesse evento, apresentei o trabalho *As estratégias de argumentação e defesa no depoimento do réu*, em coautoria com Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo e Ma. Claudia Poliana de Escobar de Araujo.

Em (2/2018), participei do evento científico *Intercâmbios Linguístico-Literários do/no Centro-Oeste e II Congresso Regional do ProfLetras*, realizado pelo câmpus de Três Lagoas/MS da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atuei na modalidade apresentação oral com o trabalho intitulado *Os mecanismos de articulação na fala do juiz*, elaborado com a participação da Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo e Ma. Claudia Poliana de Escobar de Araujo. Na modalidade minicurso, com a mesma coautoria, apresentamos o trabalho *Estudos da língua falada e interação verbal*.

No segundo semestre (2/2019), participei da décima edição do *Encontro Científico da Alta Paulista (ECAP) da UNIFADRA*, realizado pela Faculdades de Dracena/SP, onde apresentei o trabalho na modalidade relato de experiência (pôster) *Relato sobre a prática da Língua Inglesa no Ensino Fundamental I*, em coautoria com Ma. Thaís Regina Miranda Martins e Ma. Vanessa Maria Redígolo Castilho.

Ainda referente (2/2019), em outubro, participei da ação de extensão *I Semana de Letras da UFMS/CPTL*, integrando na qualidade de *Membro da Comissão Organizadora e Membro do Comitê Científico*, também com apresentação do trabalho *Funções comunicativas na tradução e omissão dos marcadores discursivos em legendas da série Friends*.

No mês de agosto, participei da atividade oficina *Organizando o ensino, a aprendizagem e a avaliação de línguas na educação infantil a partir de histórias*

*infantis*, durante o evento *XI Selisigno e XII Simpósio de Leitura da UEL*, promovido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina/PR. Nele, além de atuar como participante, também apresentei o trabalho *A tradução dos marcadores discursivos nas legendas da série Friends*.

Em setembro (2/2019), participei do minicurso *Mediação e sua aplicabilidade como método de solução de conflitos*, promovido pela XXI Semana Jurídica da UFMS/CPTL e ministrado pela Ma. Claudia Poliana de Escobar de Araujo, Ma. Izabela Rial Pardo de Barros e Esp. Adrieli Fernandes.

E também participei do projeto de ensino da graduação *Estratégias Linguísticas Empregadas nas Soluções Consensuais de Litígios: Mediação e Conciliação*, proposto pela Ma. Claudia Poliana de Escobar de Araujo em coautoria com Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo e Prof. Me Aldo Aranha de Castro. Nesse projeto que envolveu Letras e Direito, estudamos as técnicas de mediação, junto a reflexões linguísticas e uso de um rol exemplificativo de estratégias linguísticas como formação, bem como o trabalho com audiências simuladas, as quais são prática comum do Direito.

Sobre as produções com a finalidade de publicações em periódicos e capítulos de livro, apresenta-se o seguinte:

Em março de 2018, na revista científica *RevLet: Revista Virtual de Letras, Linguística e Literatura*, ISSN 2176-9125, com classificação Qualis B2, a *Resenha do livro: Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste*, em coautoria com Ma. Lydyane de Almeida Menzotti Silva.

Ainda em 2018, a publicação de *Capítulo de livro: Tradução e ensino: a legendagem e o tratamento dos marcadores discursivos da língua inglesa em seriados americanos*, em parceria com a Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo, na obra *Vade Mecum do ensino das línguas estrangeiras/adicionais*, organizada pela Profa. Dra. Cláudia Cristina Ferreira, por meio da editora Pontes (2018), ISBN 978-85-2170.060-9.

Em abril de 2020, também na revista científica *RevLet: Revista Virtual de Letras, Linguística e Literatura*, ISSN 2176-9125, com classificação Qualis B2, a *Resenha do livro: Manual de pesquisa em estudos linguísticos*, em coautoria com a Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo e Ma. Claudia Poliana de Escobar de Araujo.

E em 2021, o parecer final favorável à publicação da obra – conforme edital AGECOM n. 4/2021/UFMS, de 30 de novembro: publicação de obra pela editora UFMS (12/2022) – *Linguagem e Educação: interações, sentidos e identidades*, em que está o *Capítulo de livro*, intitulado: *A Rede Globo como (inter)mediadora do diálogo entre Bolsonaro e diretor da OMS em tempos de tensão e pandemia coronavírus: estudo de caso*, em parceria com as pesquisadoras doutoras Claudia Poliana de Escobar de Araujo e Vanessa Hagemeyer Burgo.

No presente momento, encontro-me orgulhosa da trajetória vivenciada na perspectiva acadêmica: graduação, mestrado e doutorado em uma Universidade Pública Federal (UFMS/CPTL); bem como profissional: quanto ao sonho de ser professora efetiva, PEB II: Língua Inglesa pela Secretaria Municipal de Educação, Dracena/SP. E em maior amplitude, a pessoal: pois com esses anos de estudos e vivências, pude crescer espiritualmente – pela fé; e materialmente – procurando ser uma pessoa melhor a cada dia.

Estou muito grata com a concretização desta pesquisa, pois nos dois últimos anos (2020-2022) temos vivenciado dias difíceis com a pandemia do Coronavírus (COVID-19), na qual tivemos que nos adaptar em muitas coisas e aprender lidar com várias incertezas e medos. Mas sou grata, pois ainda assim, não perdi a fé e com persistência, findo esta pesquisa.

Com tais colocações, encerro este memorial com o coração repleto de reconhecimento e gratidão pelas oportunidades que Deus tem permitido de experimentar e pessoas que Têm preparado para me ajudar na travessia desta trajetória. Deus os abençoe pelo carinho e atenção!

**APÊNDICE B – Transcrição da audiência de júri popular 01**

**Juiz:** bom dia... o senhor é o ((nome))... é isso?

**Réu:** Sim senhor

**Juiz:** eu queria que o senhor me contasse o que aconteceu nesse dia... se isso é verdade... se não é... peço que o senhor poss/... éh:: fale calmamente no microfone... para que todos possam ouvir

**Réu:** éh:: ... isso aí não é verdade... nois brigamos no bar antes... porque ele estava batendo na minha irmã... e outra... eu não invadi a casa... eu moravo lá na mesma casa que ele... desde novembro de 2011 nois morávamos juntos

**Juiz:** tá... deixa eu entender... então... é:: ... a vítima aqui ((nome))... o senhor morava junto?

**Réu:** ::junto

**Juiz:** tinha um [relacionamento...

**Réu:** [bom

**Juiz:** éh:: ... éh:: mais tinha um relacionamento di:: intimidade::?

**Réu:** tínhamos... nós era muito amigos... somos... até hoje mais::

**Juiz:** tá... vocês moravam juntos?

**Réu:** sim senhor...

**Juiz:** tá... e nesse dia o que aconteceu?... me conta desde a hora que o senhor acordou:: ... até estes fatos aqui... vai me contando como que passou?... ::tudo

**Réu:** ::olha... foi um dia... não sei... até a hora que nois tava no bar... tava tudo bem... pelo/ num sei se foi problema de cachaça... sei lá... sei que a gente brigou... e aconteceu isso... a hora que eu voltei pra casa... aconteceu essa briga de novo e acabei:: ... furando ele ali... ::GRAÇAS a Deus ele não morreu... que eu não tive vontade de matar ele ((mexendo as pernas))

**Juiz:** tá (...)

**Réu:** oi?

**Juiz:** tudo bem... eu quero que o senhor me conta então... lá na briga... qual foi o motivo... porque vocês discutiram nesse bar?

**Réu:** porque ele me devia um dinheiro... era oitocentos real... e a minha irmã queria dar a ::MOto ::dela pra mim pagar... eu falei pra ela que não... eu queria a moto ::dele... não era a dela... foi a hora que ele meteu:: a mão nela... falou que ele me

xingou de bosta de gato... meteu a mão nela/ eu... eu não aguentei... porque eu tenho dó dela... ela apanhou muitas vezes dele

**Juiz:** tá... ela tinha algum relacionamento com ele?

**Réu:** ela é ::mulHER dele...

**Juiz:** é mulher dele?

**Réu:** éh::

**Juiz:** tá... e o senhor tava morando na casa dos dois então?... é isso?...

**Réu:** :::sim

**Juiz:** morava junto com eles?

**Réu:** junto

**Juiz:** tá... e aí lá no bar então... ele bateu em sua irmã?

**Réu:** ::isto

**Juiz:** e lá no bar... o senhor não fez nada?

**Réu:** então... lá nois briguemo de porrada... mas

**Juiz:** brigaram lá no bar [então...

**Réu:** [éh::: sim... mas...

**Juiz:** saíram na porrada... (aham::)... tá... e aí ele foi embora? e o senhor ficou no bar?... como é que foi?...

**Réu:** eu fiquei no bar

**Juiz:** passou quanto tempo que o senhor resolveu ir na casa atrás dele?

**Réu:** ah... acho que passou mais de hora

**Juiz:** mais de hora... aí o senhor resolveu ir lá na casa fazer o quê?... vou lá continuar essa discussão:: ou não?... o senhor foi pra casa dormir... como é que foi?

**Réu:** não... minha intenção nem foi volta/vontade de dormir lá eu tinha... eu tinha intenção de pegar minhas coisas

**Juiz:** o senhor foi lá então... pra pegar as coisas e ir embora

**Réu:** isto

**Juiz:** ia pra onde?

**Réu:** eu ia pra casa da minha mãe

**Juiz:** e aí... o que aconteceu quando o senhor chegou lá casa...

**Réu:** o que aconteceu... é que parece que ele tava bravo... me esperando... e não queria deixar eu entrar pra pegar minhas coisas... ((perna mexendo sem parar))

**Juiz:** pode continuar contando... e aí?

**Réu:** daí::: ... ((gesto de abertura com as mãos)) aconteceu isso...

**Juiz:** então... mas eu preciso que o senhor conte TODA a história... pra gente poder entender... o senhor chegou na casa ele tava dormindo... tava acordado... como é que foi?

**Réu:** tava acordado

**Juiz:** tava acordado... aonde que ele tava... que lugar da casa?

**Réu:** na sala da casa

**Juiz:** na sala... e o senhor já tava com a faca?

**Réu:** sim senhor

**Juiz:** tava... tava no bar... e o senhor tava com essa faca... ou não?

**Réu:** não senhor

**Juiz:** onde que o senhor arrumou essa faca?

**Réu:** eu peguei na casa da minha mãe...

**Juiz:** então o senhor saiu do bar... foi na casa da sua mãe... pegou uma faca...

**Réu:** isto

**Juiz:** e foi lá pra casa... e pra quê que o senhor pegou essa faca?

**Réu:** ((silêncio)) então... :: ... peguei pra:: ... ((gesto de abertura das mãos)) como diz... a única coisa que fiz de errado foi ter pegado essa faca... me arrependo :: muito

**Juiz:** então... mas quando o senhor pegou... o senhor pegou pra quê?

**Réu:** pra buscar minhas coisas... pensei... com a faca ele ia ficar com medo e não ia... querer me bater de novo... né

**Juiz:** tá... então me conta... a partir da hora que o senhor chegou lá na casa... como é que foi tudo?... ::pode me contar

**Réu:** lá foi muito rápido... só fu/... ((pés e mãos mexendo sem parar))

**Juiz:** a informação que tem aqui... que ele tava dormindo... é verdade?

**Réu:** não é verdade

**Juiz:** não?... o senhor chegou lá e ele tava acordado na sala...

**Réu:** acordado na sala

**Juiz:** e aí?... vocês começaram a discutir de novo?

**Réu:** não... porque:: ... ((silêncio)) não sei já tava um com raiva do outro... sei que ele veio pra cima de mim... e ele TAMbém estava com a faca...

**Juiz:** tava com faca também?

**Réu:** também

**Juiz:** e aí o senhor... quando ele veio pra cima... o senhor já deu a facada nele?

**Réu:** sim senhor

**Juiz:** o senhor lembra quantas... quantas facadas deu nele?... num lembra?

**Réu:** eu lembro que eu... só lembro que eu... dei umas duas... três... e já corre:: ... num...

**Juiz:** mas ele não acertou nenhuma facada no senhor?

**Réu:** não senhor

**Juiz:** mas como que ele não acertou?... se ele também tava com faca

**Réu:** porque dentro da casa é:: é claro... e eu tava na parte de fora... escuro... eu tava vendo ele... ele não vê eu

**Juiz:** ele não te viu... então?...

**Réu:** não...

**Juiz:** entã/... num entendi então... como é que vocês tava brigando sem ele te vê?

**Réu:** porque no claro... eu vejo... eu tava no escuro na parte de fora... é escuro... entendeu?

**Juiz:** entendi... o senhor tava do lado de fora da casa e ele?

**Réu:** do lado de fora

**Juiz:** ( )

**Réu:** isto...

**Juiz:** o senhor via ele... mas ele não te via?

**Réu:** com... acho que não... porque se não ele tinha acertado

**Juiz:** tá... i o senhor lembra que lugar do corpo dele que o senhor deu a facada?

**Réu:** ((silêncio)) pode ter sido no:: no braço ou na barriga... foi de frente... ((mostrando com a mão)) a mão dele passava...

**Juiz:** e aí?... ele já caiu ali mesmo?

**Réu:** na hora que ele caiu... eu já sai correndo... caiu lá mesmo

**Juiz:** ele caiu na sua frente ali?

**Réu:** isso

**Juiz:** na porta da casa?

**Réu:** hurum

**Juiz:** ih:: ... ih quem que presenciou isso? quem que viu isso?

**Réu:** acho que ninguém...

**Juiz:** a sua irmã não viu?

**Réu:** não sei...

**Juiz:** mas ela tava na casa?

**Réu:** também não sei

**Juiz:** quando o senhor chegou lá... não viu ela?

**Réu:** não... não vi ninguém

**Juiz:** tá... quando o senhor chegou na casa aonde que ele tava... tava no lado de dentro ou lado de fora?

**Réu:** do lado de dentro

**Juiz:** na sala?

**Réu:** isso

**Juiz:** o senhor não chegou a entrar então?

**Réu:** não... não deu

**Juiz:** o senhor só colocou a mão ((gesticulando)) para dar as facadas... é isso?

**Réu:** não... pelo rumo da porta

**Juiz:** perto da porta? e aí... o senhor deu essas facadas e foi embora?

**Réu:** isto... eu sai correndo

**Juiz:** chegou a entrar pra pegar suas coisas... ou não?

**Réu:** não

**Juiz:** foi embora?

**Réu:** fui embora

**Juiz:** foi pra onde?

**Réu:** eu fui: ... primeiro eu fui na casa da minha mãe... ai chegou lá... contei pra ela... ai... me escondi... fui até pra Rio Pardo... ai no outro dia voltei e se apresentei lá no sexto...

**Juiz:** no dia seguinte o senhor já se apresentou?... ou foi uns dias depois?

**Réu:** dois dias depois

**Juiz:** dois dias depois... e aí?... foi ouvido lá?... o delegado ouviu o senhor?

**Réu:** ouviu

**Juiz:** ouviu... o senhor tava sozinho... ou tava acompanhado com algum advogado... defensor?

**Réu:** sozinho

**Juiz:** sozinho... lá na delegacia teve algum problema?... na/no depoimento do senhor?... ou não... foi normal?

**Réu:** Não... foi normal

**Juiz:** normal... prestou depoimento... depois assinou o depoimento... não teve problema?

**Réu:** assinei... não teve problema

**Juiz:** tá... é:: depois disso... o senhor chegou a conversa com... com a:: vítima de novo... ou nunca mais conversaram?

**Réu:** converso até hoje...

**Juiz:** voltaram a conversar um com o outro?

**Réu:** volte::mo

**Juiz:** ele continua morrando com sua irmã?

**Réu:** continua...

**Juiz:** continua... tá ih:: fizeram as pazes... se entenderam... como é que foi?

**Réu:** nois se entende... fizemo as pazes... se entendemo

**Juiz:** hoje conversam normalmente?

**Réu:** converso normalmente

**Juiz:** o senhor costuma ir na casa dele?

**Réu:** costu::mo

**Juiz:** ele vai na sua também?

**Réu:** va::i... vai na minha também

**Juiz:** num tiveram nenhum problema por causa disso?

**Réu:** graças a Deus não

**Juiz:** os dois tinham bebido nesse dia?

**Réu:** sim senhor

**Juiz:** o senhor tava bêbado... tava mais ou menos?

**Réu:** [eu:::

**Juiz:** [o que o senhor lembra?

**Réu:** que eu estava muito bêbado... porque... ((abriu as mãos indicando não saber o porquê)) que eu... parece que não era eu que fiz aquilo... não tenho coragem de fazer isso... parece que::: ...

**Juiz:** tá... deixa eu entender... nessa época que aconteceu isso... isso daqui é de dois mil e doze...

**Réu:** foi

**Juiz:** já... já tem ai mais de quatro anos atrás... o senhor tava trabalhando nessa época?

**Réu:** tavo:: recebendo seguro desemprego

**Juiz:** seguro desemprego... ih::: na época morava então lá com eles mesmo... como a irmã e com o cunhado?

**Réu:** isso

**Juiz:** tinha filha nessa época... ou não?... filho... filha

**Réu:** tinha recém nascido... meu filho fez cinco anos... agora em julho

**Juiz:** éh:: cê tinha um filho então?

**Réu:** isto

**Juiz:** ah tá... é:: mas era/ o senhor não era casado?

**Réu:** não

**Juiz:** não... é atualmente o senhor tá trabalhando?

**Réu:** sim senhor

**Juiz:** onde o senhor trabalha?

**Réu:** tô trabalhando de pedreiro... no aero rancho... copa vila... ultimamente não trabalho registrado porque tá muito difícil

**Juiz:** tá... e sabe me falar mais ou menos... quanto que o senhor ganha no final do mês?

**Réu:** olha eu... eu ganho em torno di quatrocentos... quinhentos reais por semana... né... eu::: ...

**Juiz:** tá... e trabalha quando tem serviço?

**Réu:** isso

**Juiz:** tá... fora esse processo aqui... o senhor já teve algum envolvimento com algum outro processo... já foi preso alguma vez?

**Réu:** sim senhor

**Juiz:** já?... por que... o senhor é capaz de lembrar?

**Réu:** éh... eu tô pagando... é um porte de arma

**Juiz:** porte de arma...

**Réu:** isso

**Juiz:** mas é fato anterior a isso?... ou não?

**Réu:** depois disso...

**Juiz:** depois disso?

**Réu:** isso

**Juiz:** antes disso... antes de dois mil e doze o senhor não tinha nada?

**Réu:** não...

**Juiz:** não teve nada com a polícia?

**Réu:** nunca

**Juiz:** não... e depois desse porte de arma... o senhor chegou a ter condenação... ou não?

**Réu:** não senhor... tô assinando... tô respondendo

**Juiz:** tá bom... é:: ... doutor o ministério público quer fazer algum esclarecimento?...  
pode ficar à vontade

**APÊNDICE C – Transcrição da audiência de júri popular 02**

**Juiz:** peço que o réu seja colocado em minha frente... por favor... ((aguardou posicionamento)) qual é o seu nome completo?

**Réu:** ((nome completo))

**Juiz:** qual a sua idade... seu ((nome do réu))?

**Réu:** 31 anos

**Juiz:** seu ((nome do réu))... senhor ::tem... tá sendo assistido nesta sessão pela defensoria pública... através do doutor ((nome completo))... o senhor pode sentar... por favor ((esclarecimentos))

**Juiz:** nesta sessão de julgamento... não existiu acumulação de testemunhas para serem ouvidas em plenário... razão pela qual passamos diretamente para a FASE do Interrogatório... do denunciado... o senhor... denunciado... éh:: ... por favor... pode tomar acento para seu interrogatório... senhor ((nome completo))... né?

**Réu:** isso

**Juiz:** senhor ((nome))... o senhor vai prestar um interrogatório judicial a partir de agora... o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode MENTir... permanecer em silêncio... se for da tua vontade... qual que é o endereço do senhor?

**Réu:** rua ((nome))... ((número))

**Juiz:** nome do pai e da mãe do senhor?

**Réu:** ((nome mãe))[e

**Juiz:** [e a data de nascimento do senhor?

**Réu:** vinte e um do sete de mil novecentos e oitenta e cinco

**Juiz:** seu ((nome))... o senhor já foi processado criminalmente alguma vez antes?

**Réu:** não...

**Juiz:** primeira vez?... o senhor nunca respondeu por nada?

**Réu:** já

**Juiz:** porquê?

**Réu:** tinha sido acusado:: ... di::: ... cê::: comparsa de um homicídio... que meu irmão fez lá no bairro Tirandes...

**Juiz:** o senhor fez/ chegou... o senhor chegou a ser julgado?... em razão desse fato?

**Réu:** fui absolvido

**Juiz:** foi absolvido... em relação a::: atividades criminosas então... a::: a vida pregressa do senhor foi só esse fato?... além do de hoje

**Réu:** não

**Juiz:** qual mais teve?

**Réu:** aí teve um::: ... um tráfico... que falaram qui/qui:: ... eu tinha mandado entregar droga lá pro meu irmão... aí respondi também... e fui absolvido

**Juiz:** certo... o senhor tá sendo acusado neste processo aqui... nos seguintes termos... que no dia vinte e três de janeiro de dois mil e dez... por volta das dezoito e trinta e cinco... na rua ((nome))... em frente ao lote ((número))... da quadra ((número))... do bairro ((nome))... aqui em Campo Grande... o senhor... ((silêncio)) teria praticado o seguinte... utilizando-se de uma arma de fogo... fornecida pelo imputável ((nome completo)) que desferido disparo desta arma de fogo contra a vítima ((nome completo))... i:: ... esses disparos causaram a morte desta vítima... que foi apurado aqui... que antes desta conduta... o senhor/ estava acontecendo uma discussão familiar... ocasião em que a vítima tentava apaziguar os ânimos... e nesta... nesta de apaziguar os ânimos ele acabou ofendendo o senhor... chamando-o de moleque... de ato contínuo... o senhor se apossou da arma de fogo... trazida pelo imputável ((nome))... e de surpresa efetuou o disparo contra a vítima... que foi atingida e veio ao solo ficando indefesa... momento em que o senhor se aproximou... e efetuou outros disparos... o crime portanto é qualificado... pelo ministério público como motivo fútil... uma vez que o senhor agiu de maneira desproporcional... acabando com a vida da vítima pela simples razão da vítima ter lhe chamado atenção durante uma discussão banal... em família... e também... que o senhor agiu por emprego que dificultou a defesa da vítima por ter... de surpresa... efetuado o disparo de uma arma de fogo... sem que a vítima pudesse supor tamanha agressão... diante de uma simples desavença familiar... e ainda... por ter recebido os demais/ demais disparos... quando a vítima já estava caída ao solo... sem qualquer chance de defesa... em razão destes fatos... o senhor responde por homicídio duplamente qualificado... nos termos do artigo cento e vinte e um barra... parágrafo segundo... incisos três e quatro... DO... código penal... sobre esses fatos que o ministério público impugnam ( ) sobre o senhor... eles são verdadeiros?

**Réu:** não

**Juiz:** o que aconteceu no dia dos fatos?

**Réu:** cheguei na casa da minha vó... no bairro ((nome))... aí meu primo... ((nome))... me chamou para ir na casa da ((nome)) tomar um tereré... aí a gente pegamos a bicicleta e fomos até o local... chegando lá minha ::prima... foi até o mercado... pra

comprar as coisas pra fazer o almoço... e demorou... nessa qui:: ... qui ela voltou... ela já voltou com marca de agressão... certo?... e falando que o ((nome)) tinha batido nela... então no momento... como essa rua... ((nome)) mora... só família... falei... vamo lá conversar com ele... aí chegando lá... u::: ... não sei o nome dele... saiu de dentro da casa com um revólver em mãos...

**Juiz:** o senhor não sabe QUEM saiu de dentro da casa com o revólver?

**Réu:** só conheço por apelido...

**Juiz:** qual é o apelido dele?

**Réu:** ((apelido))

**Juiz:** ((apelido))?

**Réu:** isso

**Juiz:** certo

**Réu:** aí ele chegou... perguntei do irmão dele... e ele saiu armado... daí::: eu já falei... vixi... vai dar... né... com o perdão da palavra... né... bosta... aí eu fiquei ali... aí eu comecei falar pra ele... rapaz... que consideração você tem/ vocês têm pela sua tia... porque já não era a primeira agressão qui ela sofria... aí até no momento... ele saiu e foi chamar a vítima... que estava no bar... nessa... nesse tempo que ele foi chamar o ((nome))... chegou o filho da... da ((nome))... já com uma bolsa... aí::: ... a minha outra tia veio... peguei a bolsa dele... e quando eu olhei... tinha uma arma lá dentro... e eu fiquei com bolsa... porque tinha vários rapaiz em volta... ele chegou... ele não chegou no::: no começo ( )... ele chegou e começou falar que eu tinha sido preso... que eu tinha saído corrido da máxima... aí eu falei... rapaz... eu nunca fui preso... só tem família aqui... aí começou ah::: a discussão... aí nessa da discussão... foi o que aconteceu... ele sendo vitimado

**Juiz:** certo... éh::: na hora da agressão... na hora na hora da discussão... como é que foi... o senhor sacou a arma da bolsa?... o senhor tava segurando... portando a bolsa?

**Réu:** sim

**Juiz:** era uma mochila... era uma bolsa... como que era?

**Réu:** era uma bolsa preta

**Juiz:** uma bolsa preta... certo... a arma tava lá [dentro?

**Réu:** [tava lá dentro)...

**Juiz:** o senhor já sabia que a arma tava lá dentro?... porque o outro tinha saído com ela

**Réu:** chegou com ela

**Juiz:** chegou com ela... tá... e como é que foi?... o senhor abriu a bolsa... sacou a arma... e efetuou o disparo?

**Réu:** não... foi de dentro da bolsa

**Juiz:** de dentro da bolsa mesmo?

**Réu:** isso

**Juiz:** certo... éh::: ... e como é que foi?... o senhor deu o primeiro tiro... e aí... o que aconteceu?

**Réu:** eu dei o primeiro tiro... ele caiu... aí ele tentou levantar aí::: ... os outros rapaiz... eu fiquei com medo deles vim pra cima de mim... aí efetuei mais disparo... peguei minha bicicleta... e fui embora

**Juiz:** certo... e nessa hora... onde que tava o ((nome))?

**Réu:** o ((nome)) já tinha saído correndo já... depois do primeiro disparo

**Juiz:** depois do primeiro disparo... ele saiu correndo?

**Réu:** isso

**Juiz:** certo... além do ((nome)) e do senhor... [tava a vítima...

**Réu:** [isso...

**Juiz:** e quem mais?

**Réu:** tava a vítima... ah::: ((nomes de três testemunhas))... meus parentes tudinho tava lá

**Juiz:** todos eles presenciaram então?

**Réu:** isso

**Juiz:** certo... aí depois... o senhor pegou a bicicleta e saiu?

**Réu:** peguei a bicicleta e fui embora

**Juiz:** certo... e depois disso... o que que aconteceu?

**Réu:** depois disso eu não sei... porque daí::: ... quando foi na segunda-feira eu fui pro serviço... né... aí depois de três meses... eu peguei e me apresentei... arrumei um dinheiro pra me apresentar... e me apresentei pra justiça

**Juiz:** certo... éh::: ... o senhor deu o primeiro disparo... e a vítima caiu?

**Réu:** isso

**Juiz:** certo... e depois disso... o senhor foi lá e deu mais dois disparos?

**Réu:** éh::: ... porque eu achei que... como ele tava armadu... que u:: ((apelido))... tava armadu e foi buscar ele... eu vi que ele portava uma arma de fogo

**Juiz:** mas quem portava a arma era::: ... o ((apelido))ou o ((nome))?

**Réu:** o ((apelido)) primeiramente... quando eu fui até a casa... aí ele foi chamar o ((nome)) no bar... que tava bebendo... aí quando ele chegou... ele já chegou armado

**Juiz:** mas quem armado? [O ((nome))]

**Réu:** [o ((nome))]

**Juiz:** o ((nome))... a vítima?

**Réu:** passaram o revólver pra ele

**Juiz:** o senhor chegou a presenciar ele... portando a arma?

**Réu:** sim

**Juiz:** aonde que tava a arma com a vítima?

**Réu:** estava na cintura dele

**Juiz:** mas era visível ou camuflada?

**Réu:** visível

**Juiz:** certo... ( ) foi arrolada aqui neste processo como testemunhas em juízo perante a fase de instrução a ((nomes das testemunhas))... essas pessoas... a maioria são parentes do senhor... né?

**Réu:** isso

**Juiz:** o senhor tem alguma coisa contra essas pessoas?

**Réu:** não

**Juiz:** com a palavra o ministério público

## APÊNDICE D – Transcrição da audiência de júri popular 03

**Juiz:** nome completo do senhor?

**Réu:** ((nome completo))

**Juiz:** seu ((nome))... o senhor vai ser ouvido agora no interrogatório... em plenário... nesta sessão no tribunal do júri... o senhor não tá obrigado a dizer a verdade... pode mentir... permanecer em silêncio se for da sua vontade... o senhor tá assistido por por advogados... i::: ... qual é o endereço do senhor?

**Réu:** eu moro no estado do Pará... Paroapebas... rua ((nome))... quadra ((número))... lote ((número))... éh::: ... Parque ((nome))

**Juiz:** o que o senhor faz lá no Pará?

**Réu:** sou empresário

**Juiz:** ( ) é empresário lá?... senhor ((nome))... o senhor foi denunciado pelo::: ... ministério público... sob a acusação de ter praticado o seguinte fato... que no dia vinte e sete de junho... de dois mil e sete... por volta das sete da manhã... o senhor... juntamente com ((nome completo))... e com uma outra pessoa... identificada apenas como ((nome))... atuando em colaboração recíproca... e unidade de propósito... se dirigiram até a chácara Santo Antônio... localizada na rodovia MS zero dez... quilômetro seis... saída para Rochedinho... aqui em Campo Grande... onde encontraram a vítima ((Nome completo))... momento em que... questionaram esta/essa vítima sobre o paradeiro do pai dela... o senhor ((nome completo))... éh::: ... eis que voçais... segundo a denúncia... desejavam matar esta pessoa... que diante da negativa da vítima ((nome completo)) em informar a localização do seu pai... o senhor... e o ((nome completo))... em companhia desse ((nome))... agindo mediante violência e grave ameaça... exercida com o emprego de arma de fogo... imoli/ imobilizaram a vítima ((nome completo)) dentro da residência dela... tendo inclusive... amarrado as mãos... dela... constrangendo-a... dessa forma... a não fazer o que a lei permite... porquanto restringiram a sua liberdade de ação com a finalidade de encontrar o pai dela... o ((nome completo))... que passado algum tempo... o senhor... e a pessoa do ((nome))... resolveram sair da residência com a intenção de localizar a vítima ((nome completo))... enquanto o outro denunciado ((nome))... permaneceu na casa... constrangendo a liberdade da vítima ((nome))... evitando que ela porventura viesse a escapar... e avisasse o seu pai... frustrando assim... a intenção homicida que voçais tinham... que ato contínuo... o senhor...

((nome completo))... e a pessoa do ((nome))... saíram da residência... ocasião em que encontraram a vítima ((nome))... momento em que o senhor... sacou de uma arma de fogo... e efetuou um disparo contra a vítima ((nome completo))... causando-lhe o resultado morte... segundo ficou ainda constatado aqui na denúncia... durante o procedimento investigativo... o crime de homicídio foi praticado por motivo torpe... uma vez que os denunciados acreditavam que a vítima ((nome completo))... teria sido autora de um suposto furto de gado... pertencente ao senhor... restando evidenciado portanto um caráter de Vingança na ação criminosa... ficou demonstrado também... segundo o ministério público que os denunciados na prática do homicídio se utilizaram de recurso que dificultaram a defesa do ofendido... consistente no fato de que a vítima foi abordada em sua casa... e quando não esperava o ataque... éh::: ... enquanto não esperava o ataque... tendo inclusive sido atingida pelo disparo nas costas... em razão destes fatos... o senhor foi denunciado como incurso nas penas do artigo cento e vinte e um... homicídio... parágrafos... parágrafo segundo... inciso primeiro... motivo torpe... quatro... motivo que re/ éh::: ... recurso que dificultou a defesa do ofendido... bem como nos termos do artigo cento e quarenta e seis do código penal... que é o crime de constrangimento ilegal... sob esses fatos que eu li pro senhor aqui... seu ((nome))... eles são verdadeiros?

**Réu:** não

**Juiz:** o que aconteceu lá no dia?

**Réu:** éh::: ... eu fui com o ((nome completo))... certo... e um senhor chamado ((apelido))... que segundo ele... era policial... que nem ele

**Juiz:** certo... esse ((apelido)) é o tal do ((nome))?

**Réu:** éh::: ... só que eu não sei se o nome dele é ((nome))... porque ele chamava de ((apelido))

**Juiz:** ((apelido)) era o apelido dele?

**Réu:** éh:::

**Juiz:** tá... então foi o senhor... o ((nome)) e esse ((apelido))?

**Réu:** ((apelido))

**Juiz:** o ((nome)) era policial também?

**Réu:** era

**Juiz:** e o ((apelido)) também?

**Réu:** falou que sim... eu num::: ...

**Juiz:** falou que sim na hora... mas eles não estavam lá:: ... a serviço do estado?

**Réu:** não:: ... não estava a serviço do estado

**Juiz:** certo... e aí?

**Réu:** ele foi porque o ((nome)) convidou ele... que era policial também... diz que tinha outro policial que ia junto

**Juiz:** convidou o ((apelido))?

**Réu:** pode contar a história?

**Juiz:** :::pode

**Réu:** eu tinha... vendi uma propriedade aqui no inferninho... uns treze a quinze quilômetros da cidade... próximo ao Detran... e nessa negociação... eu recebi cem cabeças de vacas... vacas holandesas leiteira... parida... ou seja... a vaca e u:: ... u bezerro... e aí como eu não tinha pasto... pra colocar ah:: ... as vacas... que eu já tinha vendido a fazenda... e eu liguei pra um amigo do meu pai... que tinha uma fazenda em Miranda... pra ele me arrendar o pasto... e aí ele falou... óh ((nome))... eu te arrumo... eu te arrendo o pasto... mas você tem que tirar nota do gado na i::da... e quando você tirar... vender o gado éh:: ... tira a nota na volta... aí:: eu falei... não... tudo bem... só que eu não tenho como pagar o senhor agora... só quando eu vender o gado... o gado eu vou vender de imediato... não é vender a longo prazo... não quero deixar lá não... e aí eu anunciei o gado no correio do estado... éh:: ... vende-se cem vacas... uma girolanda leiteira parida... e nisso me ligou algumas pessoas... e me ligou... esse senhor éh:: pra mim... perguntando se dava pra mim ir lá mostrar o gado pra ele...

**Juiz:** qual senhor... que ligou pro senhor... o ((nome 1)) ou o ((nome 2))?

**Réu:** o ((nome 2))...

**Juiz:** o ((nome 2))

**Réu:** me ligou... eu falei que daria... mas que teria que ser no sábado de manhã... porque eu trabalhava... e no sábado de manhã eu poderia ir... aí passei o endereço pra ele... que ficava na fazenda em Miranda... porque ele me ligou falando... que era de Bodoquena... aí eu falei... então de vez o senhor vim a Campo Grande... o senhor pode ir direto a Miranda e a gente se encontra lá... expliquei que era próximo do posto que tinha na BR... pra ele me esperar lá... e eu fui pra fazenda... quando cheguei na fazenda... ele já estava lá me esperando... aí cheguei... me apresentei pra ele... tava ele e outra pessoa... e aí:: ... eu falei vamos ali... fui até o caseiro da fazenda e falei o senhor ((nome completo)) autorizou eu vim aqui mostrar o gado...

tem como o senhor juntar o gado... pra gente nu:: ... nu curral lá... aí ele foi... juntou... ele olhou o gado todinho... pediu pra trazer:: ... éh:: porque lá tava separado... a mãe dos filhos... pediu pra trazer os filhos pra ir junto... e aí:: ... olhou o gado aí... no meio da negociação ele falou assim pra mim... eu te compro seu gado... mas eu posso te pagar com um cheque de um frigorífico... que eu sou produtor... compro gado pra minha fazenda e vendo pro frigorífico... aí eu falei... não... eu já tô vendendo o gado mais barato porque eu preciso de dinheiro pra sanar as minhas contas nas cidades... que eu tava numa situação difícil aqui... eu já tinha vendido a fazenda pra pagar minhas contas... e aí... só que o dinheiro da fazenda tinha parte desse gado... que eu tinha/ teria que vender... aí:: ... eu vendi o gado mais barato... que eu vendia... né?... mas eu queria em dinheiro... à vista... aí ele falou pra mim... não... não dá pra eu comprar agora porque eu só tenho o dinheiro do gado que eu já vendi pro frigorífico já... o senhor não tem alguém que troca o cheque?... aí eu falei... não... não tenho não... eu falou... olha... se eu conseguir trocar o cheque eu te procuro... aí:: ... vim embora... quando sai da faz/... da:: ... da porteira da fazenda... a porteira era bem assim... ((mostrando com a mão)) já na BR... e aí eu peguei... a direita e vim sentido Aquidauana... e aí passei num:: ... num:: ... no posto e parei... pra comprar refrigerante... uma água... parei... no que eu parei... ele encostou... ele tinha uma S dez... que eu me lembro bem... que era uma cabine simples... e eu tinha uma S dez cabine dupla... e aí eu parei no posto... e aí ele desceu e conversou com um senhor... um senhor... um senhor assim... ((gesticulando com a mão))... e eu vi ele dando bom dia... eu desci... comprei e fui embora... aí vim pra cidade... vim trabalhar... aí passou uns dois... três dias... ele me ligou... e aí... o senhor decidiu?... não vai vender o gado pra mim... no cheque?... eu falei... não... eu só posso vender à vista... eu faço mais barato pro senhor... mas:: ... eu vendo à vista... porque eu preciso pagar minhas contas... aí não me ligou mais... ::PASsado uma semana... uma semana e:: ... quase duas semanas... esse amigo do meu pai chega no escritório bravo comigo... ((nome))... nós fizemos um acordo... esse acordo era que você dava a nota de entrada e nota de saída... você tirou o gado... não me avisou... e não... e agora eu vou ficar com minhas notas em aberto... eu falei não:: ... eu não tirei gado nenhum do senhor... não tirei gado nenhum da fazenda do senhor... eu achei que ele tava até brincando... né?... ele falou não ((nome))... você tirou sim... e aí agora... você tem que... eu quero receber meu arrendamento... e quero que cê tira a:: ... a nota e pague o imposto da nota... eu

falei não::: ... num:: ... num vendi... não fiz nada disso... aí ele falou... ah::: ... então roubaram seu gado... eu falei... então roubaram... porque eu nunca mais voltei lá... a única vez que eu fui lá foi pra mostrar pra um senhor lá... e nunca mais voltei na fazenda do senhor... aí ele pegou e falou... não::: ... então vamo aGOra pra lá... aí::: eu tava no escritório... aí eu fui na minha mãe pegar uma roupa... aí falei óh mãe... tô indo pra lá... falei pra minha esposa... eu tô indo lá porque parece que roubaram o gado... e fui pro município di::: ... di::: ... Miranda... cheguei em Miranda... tava u capataz da fazenda... du:::/du seu ((nome completo))... com bilhete assim... e falou... óh... esse aqui é o bilhete que entraram aqui ((nome))... aquele senhor que teve aqui com você... ele::: ... ele veio mais com umas quatro pessoas aqui... pararam o caminhão e vieram né outros carros... e com bilhete autorizando eu entregar o gado... como eu não consegui falar com o seu ((nome))... eu acabei entregando... que eles já chegaram com os caminhões... aí ele falou... nisso... aí eu falei... então vamos pra delegacia registrar o boletim de ocorrência... aí peguei o seu ((nome completo))... e fui pra delegacia... quando cheguei na delegacia... fui pra Aquidauana... porque a fazenda dele ficava entre Aquidauana e Bodoquena... i::: Miranda... que é próxima da outra... quando cheguei em Miranda... eles falaram pra mim... não... se num tem que vim aqui... se tem que ir pra Miranda... porque lá é comarca de Miranda... você tem que fazer o boletim de ocorrência lá... e eu fui... fiz/ fui pra fazer o boletim de ocorrência... só que chegou lá... não fava pra fazer o boletim de ocorrência porque tinha::: ... tinha tido um estupro na cidade... e cidade do interior pequena... tava toda a polícia empenhada pra poder prender os bandidos... né?... aí falou o senhor volta no outro dia... volta outro dia por volta di::: ... acho que oito horas da manhã que o doutor vai fazer o boletim de ocorrência pra você... e eu voltei... dormi na fazenda... com seu ((nome))... com ele... pa voltar no outro dia... e voltei no outro dia... aí::: ... como eu tava acompanhado du::: ... du::: ((nome))... certo?... que era o policial... ele conversou com o delegado... aí o delegado falou::: .... éh::: ... seis já têm alguém... alguém::: qui::: ... qui::: ... saiba quem é... alguma coisa?... aí eu lembrei do posto que ele tinha parado... parado no posto pra conversar... falei... ele deve conhecer o dono do posto... pode ser o dono do posto... né?... e eu voltei até o posto com o seu ((nome completo))... cheguei no posto... u::: ... pedi pra falar com o dono... se o dono se encontrava no posto... pra ver se o dono era aquela pessoa que ele tinha... conversado... aí no posto ele falou assim óh... u dono do posto tá almoçando... mas se vocês quiserem esperar um

pouquinho eu te coloco lá com ele... e quando eu fui conversar com o dono do posto... eu vi que era a mesma pessoa que ele tinha cumprimentado... aí eu cheguei e me identifiquei... falei... meu nome é ((nome))... sou de Campo Grande... éh:: ... aí contei a história pra ele... falei óh:: ... u senhor tem um tempinho pra me ouvir?... que eu vo te contar... o senhor conhece o senhor ((nome completo))... aí ele falou... conheço... aí eu falei pois é... aí quando eu comecei a contar a história pra ele... falei olha:: ... eu fui... eu tinha um gado pra vender... e arrendei o pasto dele aqui... que é vizinho da fazenda do senhor... contei ::toda a história pra ele... e eu vi um senhor cumprimentando o senhor... um senhor magro e um::: um meio gordo... cumprimentando o senhor aqui... há cerca de duas semanas atrás... vocês conversaram aqui e eu só comprei um água e fui embora... aí:: ... ele pegou... sentado conversando com ele... ele virou pra mim e me falou olha... num tá aqui quem tá te falando... mas aquele senhor que conversou comigo aqui é o maior ladrão de gado da região... se o senhor for aqui atrás do meu posto... eli::: ... há poucos dias atrás... há poucos tempos atrás... ele roubou o gado da fazenda do meu vizinho aqui... i::: ... ele é uma quadrilha... falei... o senhor não tem o nome dele?... ele falou óh... eu não tenho u nome dele... o pessoal chama ele de ((apelido))... aí eu falei mais ele falou que é de Bodoquena... aí ele falou... não::: ... ele não é de Bodoquena... ele é de Aquidauana... ele te falou te mentindo... ele falou pra mim... mas eu não quero me envolver em problemas com esse cara... que ele é bandido... o senhor nunca teve aqui... o senhor nunca falou comigo e nem nada... aí eu falei... tá bom... aí eu fui... até Aquidauana... quando cheguei em Aquidauana... ele falou pra mim procura... um senhor que tinha numa borracharia lá... que era amigo... dele... e eu fui pra Aquidauana... cheguei lá... procurei esse amigo dele... num achava... aí procurei... fui na outra borracharia de lá... aí o rapaz disse acho que eu sei quem que é... vou mandar chamar... aí chamou e veio com o rapaz... aí eu contei a história pra ele... e falei olha... eu::: ... há alguns dias fui roubado... assim... assim... assado... fui lá no posto... é pioneiros o nome do posto... falei com o seu ((nome)) lá... o senhor ((nome)) falou que é :::muito amigo do seu pai... que o senhor poderia me ajudar... aí ele pegou e falou assim pra mim... Olha... éh::: eu sei quem roubou seu gado... mas eu num posso me envolver nisso... que eu sou amigo dele... sou amigo da família dele... só que eu não concordo com isso que ele faz... e aí::: .... eu falei pra ele... não tem como o senhor me falar?... não... é ((apelido))... só que ele não roba sozinho... eu sei até na onde tá seu gado... quem ajudou ele rouba... foi um

rapaz chamado ((nome completo))... ai eu falei... mais esse ((nome completo)) é da onde?... é de Campo Grande?... ai ele falou... não... é daqui de Aquidauana também... ele mora ali na entrada da cidade... do lado dum:: ... duma revendedora de gás... ai eu falei... o senhor não tem o nome pra me dar inteiro... desse ((nome))... ai ele pegou e falou assim... não... não tenho não... éh:: ... é ((nome))... ai eu peguei... e ele me indicou pra ir lá... eu peguei u carru foi comigo e me mostrou... é aqui óh... ai eu voltei e deixei ele na:: ... na borracharia... na esquina da borracharia... e falei com o ((nome))... o ((nome)) falou com o delegado... ai ele falou... não... faz o seguinte... vai na:: ... a hora que você vê que é esse o ladrão... você liga pra polícia que a polícia vem aqui prender ele na hora... e foi o que eu fiz... só que quando chegou lá... a gente tava eu e o ((nome)) no carro... ai o ((nome)) falou assim pra mim... ((nome))... desce e vai de a pé... se tá com ah:: ... e ele deu o telefone do ladrão também... um dos ladrões... ai ele falou... quando você tiver na porta você liga pra vê se aquele pessoal que tá sentado... porque tinha várias pessoas sentadas assim ((mostrando com a mão))... numa praça assim ((novamente))... bem na frente... tinha sentado... e foi o que eu fiz... desci do carro fui indo... ai eu liguei no celular... dos bandidos... ai ele atendeu... o cara atendeu e saiu falando assim ((gesto com a mão indicando celular no ouvido))... ele atendeu... e deu pra ver que era ele porque já atendeu e saiu falando de perto das outras pessoas... nisso eu chamei a polícia... a polícia foi lá... só que quando a polícia chegou lá... não sei se eles perceberam o movimento deu e do ((nome))... eles chegou e prendeu ele... só que não podia algemar... não podia prender nada... porque tava fora do flagrante... falou óh... vamos ter que te conduzir pra delegacia... e foi conduziu ele pra delegacia... quando chegou na:: ... na delegacia... ele já chegou acompanhado do advogado... ai o delegado falou óh... nós não podemos prender... não podemos fazer nada... certo?... i:: ... porque não tá em flagrante mas... você vai... vô dá uma intimação pra ele aqui agora... i:: ... outra... o senhor vai amanhã cedo... oito horas da manhã lá na delegacia de Miranda... que Miranda... ele vai:: ... vai te ouvir... o delegado vai te ouvir e vai tomar as providências que ele achar que deve tomar... ai eu voltei... fui pá:: ... pá:: pá Miranda... e ai quando foi oito horas da manhã... eu fui pra delegacia... quando eu cheguei na delegacia... ele já tava lá... acompanhado do/da... do advogado... ai:: ... o delegado não pode prendê... esse ladrão... porque ele tava fora [di:: ...

**Juiz:**

[estado de flagrância

**Réu:** éh:: estado de flagrância...

**Juiz:** tá... e aí?

**Réu:** ai ele pegou e fez um boletim de ocorrência pra mim... eu:: ... aceitou lá... pus tudo no boletim de ocorrência... tudo que tava acontecendo... e liberou... o bandido eh:: ... e liberou eu pra ir embora... ai:: ... só que o rapaz... lá falou que ele tava pra Campo Grande... ai:: ... tava pra Campo Grande o outro... o ((nome)) tava pra Campo Grande... que pra achar teria que ser ele aqui... ai eu conversei com o delegado... e o delegado falou... olha... se vai lá... e vai no Garras... chega no Garras e conta... leva o boletim de ocorrência... e fala que o ladrão tá na cidade... nesse intervalo eu voltei e quando eu passei por Aquidauana... eu fui de volta nu amigo du::: du ladrão... falei pra ele... falei olha... num tem como cê me... me mostrar na onde é a casa dele na cidade... pra mim levar a polícia lá... isso e aquilo outro... ele falou tem sim... tem sim... e me mostrou... a casa... e falou óh... se ele não tiver na casa... ele roba o gado e leva puma chácara próxima da UCDB... ai me deu o endereço de lá... e eu vim pra cidade... quando fui no Garras... o Garras falou olha... nois não tamo cum... cum viatura que dê pra i::: faze essa diligência e tal... mas se vai com... com o ((nome)) que é policial também... que ele tem voz de prisão... ele pode prender... ... :::ai u:: ... u ((nome)) falô não... eu tenho um amigo meu que pode ir com a gente que é polícia também... você pega seu carro... leva a gente lá... e a gente prende... eu falei tá bom... vim pra casa dormir já... que era no outro dia né... ai ele falou óh... quando for seis horas da manhã... se passa na minha casa... deu o endereço da casa dele... se passa na minha casa e me pega... e o foi o que eu fiz... passei lá peguei ele... e ele já tava com esse ((apelido))... ai fomos atrás du::: ... du::: dus bandidos... né... e fomo atrás dos bandidos... achamo ele na chácara... só que antes de achar ele... era uma chácara... e tinha que andar um pouco de a pé... porque a porteira tava fechada... pá pode... chegar até essas... nas casas... que têm na chácara... ai eu fui... desceu eu... o ((nome))... e esse ((apelido))... e eles foram na frente... né... e eu fui ino... nu::: passamo assim ((mostra com a mão)) na:: ... na grama... no mato... e fomo indo... quando chegou na porta da:: ... da casa... certo... na porta da casa... u::: ... bateu palma... oh de casa... oh de casa... bateu palma... ai não saia ninguém... ai ele oh de casa... oh de casa... Nisso... como se fosse... eu tô aqui na frente do senhor ((gesticulando))... tinha uma varanda... que tinha um espaço pra cá... e outro espaço pra cá... o ((nome)) se posicionou na frente... na frente como se tivesse de frente pro senhor... e o outro por trás... que quando ele

abrisse a porta... ::dava... dava pra ver ele... dava pra ver os dois né... e ai ele pegou e::: saiu... o rapaz... só que ele não saiu com o corpo todo pra fora... ele só abriu a porta assim ((gesto)) e pos a cabeça pra fora... ai::: ... esse ((apelido)) que tava atrás dele... e o ((nome)) já gritaram... polícia... polícia... e sacaram as armas... polícia... e ele correu pra dentro da casa... assim ((gesto))... dentro de um quarto... correu pra dentro dum quarto... só que quando eles correu... correu os dois... eu fui o último a chegar... e quando eu cheguei lá... tava o rapaz grudado numa::: ... numa espingarda... assim ((gesto)) com as duas mãos... uh::: uh::: outro... o ((apelido))... segurando ele com a arma... certo?... com a arma do bandido... e o ((nome)) apontando a arma pra ele... falei solta polícia... polícia... e o cara não queria soltar... ele não soltava da arma... ele não soltava... ai::: ... foi que... eu... eu cheguei... ai ele soltou a arma... ai o ((nome)) virou pra ele e falou... dá as algemas ai... pra algema... dai ele falou assim não... eu esqueci as algemas... eu esqueci as algemas... no que ele falou... esqueci as algemas... tinha aqueles carregador de celular na tomada... assim ((gesto)) o celular devia tá carregando na tomada... aí... u::: u... esse ((apelido))... tirou u::: ... o cabo do celular... e amarrou ele... amarrou ele... as mãos dele... com aquele fio de celular... certo... no que amarrou ((tossiu))... amarrou ele com fio de celular... éh::: ... u::: ... u Arruda saiu assim ((gesto))... e falou assim... óh::: ... eu acho que tem gente lá atrás... e voltou pra lá... na onde ficou... ficou eu e o ((apelido))... o ((nome)) falou acho que tem gente lá atrás... ai esse ((apelido)) saiu... pá i::: lá atrás... ai a gente ficou com::: ... com o rapaz no quarto

**Juiz:** no quarto?

**Réu:** no quarto... ai ele saiu... ai foi questão assim di::: ... di::: pouco tempo... ai eu escutei o tiro... só que quando eu escutei o tiro... eu já tava saindo assim ((gesto)) na varanda da casa... o rapaz tava aqui ((gesto))... o ((nome)) tava aqui ((gesto))... e eu já tava saindo na varanda... escutei o tiro e voltei no quarto... dai eu falei... u::: ... u tiro lá... dai u ((nome)) falou não... faz u seguinte... deixa que eu vô lá... aí u ((nome)) saiu pá i::: ... lá onde tava u::: ... u::: u::: ... escutou u tiro... ai eu já escutei esse ((apelido)) vindo de lá pra cá... dai eu falei não acertou nele... né... ai o ((apelido)) falou assim... tá baleado... o cara lá tá baleado... só falou isso... tá baleado... ai foi eu... o ((nome)) e ele lá... quando eu cheguei lá... o cara tava realmente baleado... tava baleado... dai eu desesperei... ai o que que eu fiz... eu falei óh::: ... vai lá e busca... eu tava num::: numa camionete... numa blazer... falei vai lá estora aquele portão... e ponha a camionete de ré... vamo socorre po hospital... certo... porque eu

não tava até então sabendo que era pai e filho... os dois bandidos era pai... e o filho... num sabia... dai fui... ai falei assim pra ele... ((nome)) me ajuda a por u:: ... u:: cara aqui... que vô carrega ele... vô carregar ele... que ele tava sangrando... só que não dava pra ver na onde era o tiro... que ele tava de camisa... ai eu peguei pus ele nas costas e sai... ino em direção à casa sede com ele nas minhas costas... só que eu não aguentei carregar ele... e nisso esse ((apelido)) foi buscar o carro... só que o ((nome))... ele era tipo manco de uma perna... ele não aguentava muito... andar... ele falou eu não posso fazer força... ai eu falei não... segura nos pés que eu seguro nas mãos que nós vamos levar po carro... ai ele falou não guento... ai eu parei e deixei o corpo assim ((gesto))... que eu tava carregando... fui lá dentro e chamei o cara que tava lá... ai desamarrei ele e falei vamo socorre lá... porque vai encostar o carro aqui e nois vamos levar pro hospital... e soltei o bandido... e ai ele foi... e quando ele chegou perto do corpo... ele falou... meu pai... meu pai... só que de vez ele socorrer o pai dele... do jeito que a gente tava fazendo... ele saiu gritando no mato... ::pai... ::pai... ::pai... mataram meu ::pai... e foi embora... cê entendeu... ai o ((nome)) falou assim pra mim... u:: ... esse cara não vai voltar aqui e a gente ficou algum... algum tempo lá... esse cara não vai voltar aqui... vamo embora... ai nisso tava vindo o ((apelido)) com o carro... ai ele não conseguiu estora... entrar com o carro lá dentro da chácara... ai eu peguei meu celular e liguei po corpo de bombeiro... liguei... só que eu num sabia dar exatamente o local... que era lá:: ... a chácara... eu falei óh:: ... a chácara é próximo da UCDB... se vai andar uns quatro quilômetros... ai se vai vê uma blazer branca aqui... foi o que eu falei... porque a blazer era o carro que eu tava... e eu achei assim... eu tô com os dois policial não tem problema nenhum... posso chamar u::: u bombeiro aqui... ai foi que eu chamei os bombeiro... ai o ((nome)) falou não... vamo embora... ai esse ((apelido)) falou não vamo embora... vamo embora... não vamo ficar aqui não... ai vim embora... quando eu tô saindo lá... já tava chegando o bombeiro... ele cruzou pela gente no caminho... eu vim embora... ai quando chegou... aqui... ai u ((nome)) falou assim óh... me deixa lá em casa com ele lá... e vai embora pra sua casa... ai ele falou óh:: ... não vai trabalhar hoje não... certo... ai foi o que eu fiz... ai fui deixei u:: ... u:: ... u ((nome)) na casa dele... que ele morava próximo ao shopping... ((sempre riqueza de detalhes)) deixei ele... e fui... só que de vez deu ir pra minha casa... eu fui pra casa do meu irmão... porque em casa não tinha ninguém... ai eu falei vou lá ficar com meu irmão... foi exatamente isso que aconteceu...

**Juiz:** certo... os::: policiais que acompanharam o senhor... eles eram policiais civis ou militar?

**Réu:** civis... civis...

**Juiz:** civis... na hora que eles foram lá nessa chácara... eles não tavam identificados?... nem em horário de serviço... é isso?

**Réu:** não... não tava

**Juiz:** não estavam... quem portava a arma?

**Réu:** os dois

**Juiz:** e o senhor?

**Réu:** não

**Juiz:** não portava nenhuma arma?

**Réu:** nenhuma arma

**Juiz:** o senhor tinha porte de arma... sabia atirar?

**Réu:** não

**Juiz:** não?

**Réu:** não

**Juiz:** qual é o nome do dono do posto... que o senhor teve lá pedindo informação?

**Réu:** seu ((nome))

**Juiz:** ((nome)) do quê? Não lembra?

**Réu:** hum... não sei

**Juiz:** ((nome)) é o nome da pessoa que indicou pra vocês onde eles moravam... onde guardavam o gado?

**Réu:** não... o seu ((nome)) me INdicou uma pessoa... que era amigo du::: ... [du ladrão

**Juiz:** [que

foi a pessoa que levou vocês até lá?

**Réu:** éh::: ... que o pai dessa pessoa... tinha o caminhão de fazer frete...

**Juiz:** certo

**Réu:** e:::

**Juiz:** (...) e essa pessoa... o senhor lembra o nome dela?

**Réu:** não lembro

**Juiz:** não lembra... o nome da pessoa que arrendou o local pra colocar o gado é o ((nome))?

**Réu:** isso... seu ((nome completo))...

**Juiz:** qual foi o prazo que teve da primeira ida... dessa pessoa que queria comprar o gado do senhor... e aí não fez negócio... por causa do problema do cheque... até a data dos fatos... o senhor lembra quanto tempo foi... mais ou menos?

**Réu:** di::: ... vin/ vinte dias... mais ou menos

**Juiz:** vinte dias mais ou menos?

**Réu:** vinte dias... mais ou menos

**Juiz:** o senhor já foi antes... processado criminalmente alguma vez?

**Réu:** não

**Juiz:** nenhuma vez... com relação as pessoas que foram ouvidas durante u::: ... a fase de instrução... o senhor tem alguma coisa contra elas?... alguma::: ... alguma questão que possa ser colocada contra o ((Nomes completos de três pessoas))... policial civil ((nome)) e policial civil ((nome))?

**Réu:** não

**Juiz:** não... com a palavra o ministério público

**APÊNDICE E – Transcrição da audiência de júri popular 04**

**Juiz:** Bom dia... ((nome))... tudo bem?

**Réu:** Bom dia

**Juiz:** éh:: ... o senhor confirma o nome completo... ((nome completo))

**Réu:** isso

**Juiz:** ((nome))... éh:: ... esse momento... é o momento em que eu faço o interrogatório do senhor... no interrogatório eu vou perguntar a respeito dessa acusação... que tão fazendo contra o senhor... o senhor tem o direito de ficar em silêncio... se não quiser responder nada... o senhor pode ficar em silêncio... não vai ser prejudicado por isso... tá... é um direito constitucional que o senhor tem... o senhor pretende responder ou ficar em silêncio?

**Réu:** respondê

**Juiz:** respondê... teve a oportunidade de conversar com o advogado do senhor... antes desse interrogatório?

**Réu:** ah:: ... mais ou menos

**Juiz:** não... tô/ sobre essa acusação... o senhor chegou a conversar com o advogado do senhor?

**Réu:** conversei

**Juiz:** conversou... éh:: ... eu vou fazer uma perguntas então... eu peço que aquilo que o senhor se recorda... o senhor me fala... e aquilo que o senhor não lembrar o senhor me conta... tá?... a acusação aqui... é que no dia primeiro de agosto de dois mil e treze... o senhor teria se envolvido numa:: discussão com ((nome completo)) e nessa discussão... o senhor teria efetuado disparo de arma de fogo contra ele... consta aqui que na época... éh:: ... o senhor tinha um relacionamento com a ((nome))... essa que nós acabamos de ouvir... e que essa vítima ((nome)) também teria tido um relacionamento anterior com ela... eu queria que o senhor me contasse... éh:: ... me conta primeiro um pouco do relacionamento que o senhor tinha com a ((nome))... éh:: ... se:: ... e ai pode entrar nesse dia... o que aconteceu nesse dia?... fica à vontade

**Réu:** eu e a:: ((nome))... nois namorava na época... nosso namoro era tranquilo... sem briga sem nada... ajudava ela no que eu podia... mas o que atrapalhava era esse rapaz... que sempre me ligava no celular dela... não no meu... porque ele não tinha meu número... ligava no dela... ameaçando ela... qui:: ... ia matar ela... e quem

estivesse com ela... i:: ... na:: época eles se separaram... que a ((nome)) e ele separou... eu não fui o primeiro namorado da ((nome))... ela teve um... dois... três namorados lá... mais:: ... sempre o ((nome)) ameaçava i:: eles abandonavam... largavam da ((nome)) por causa dele... né?... daí tipo assim... eu falei... eu não vou corre dele porque num:: ... se não tem nada com ele... se não é a mulher dele... né?... e ele sempre ameaçando... daí no dia... nois tava numa lanchonete no Jardim Saiunaara... umas sete ruas pra baixo da casa da ((nome))... o ((nome))... a lanchonete era quase sob esquina... o ((nome)) passou de bicicleta... ameaçando eu... gritando meu nome... falando que ia... me matar... JUrando eu... de morte... dai:: nois já tava quase no fim do nosso lanche... terminamos eu falei vamo embora... lá pra casa da minha mãe... que minha mãe tinha falecido fazia uns:: sete dias... oito dias... uma semana eu acho que ela tinha falecido... fomo pa casa dela/ nois ia pa casa dela... chegamos na casa da ((nome))... a ((nome)) desceu... eu tava com a moto da ((nome))... eu tava pilotando... a moto desceu/ a ((nome)) desceu... entrou pra dentro... na hora que ela já voltou... o ((nome)) já tava vindo do mato ((gesto com as mãos))... porque na casa da ((nome))... tem um asfalto... dai:: ... a via Eliane e o Jardim Saiunaara dividi um trilho... que dividi o bairro... né... dai nesse trilho tem um mato... uns trieiro que passa pelo mato... daí na hora que eu olho pro mato... tá vindo o ((nome)) e outro rapaz que é amigo dele... quase vizinho da ((nome)) também... já falando... eu quero ver minhas filhas... gritando... mas já era quase onze horas da noite... ele querendo ver as filhas dele?... onze horas da noite... as meninas tudo lá dentro já... dentro de casa... e veio isso daí... ai eu falei... óh ((nome)) vai embora... você não tem mais nada aqui né cara... nem ajuda você ajuda suas fia... né cara... você só vem tirar delas... qui:: ... ele sempre robava a ((nome))... essas coisas... quando... via:: ...

**Juiz:** deixa eu só entender... o senhor disse que ele ia chegando junto com uma outra pessoa?

**Réu:** isso... ele e outro rapaz... [que mora

**Juiz:** [quem era esse outro rapaz?

**Réu:** o nome dele chama ((nome))

**Juiz:** tá... mas e aí... ele parou lá e esse ((nome)) continuou e foi embora?

**Réu:** não... na hora que eu bati nu:: du banco... o ((nome)) foi o primeiro a corre... na hora que eu [bati

**Juiz:** [tá... (...) então esse ((nome)) acompanhou a confusão?

**Réu:** acompanhou a confusão também... esse ((nome))

**Juiz:** tá... pode continuar então

**Réu:** tudinho... dai:: eu tava sentado na moto da ((nome))... desci da moto... tinha o meu::/ irmão da ((nome))... com os amigos dele sentado... assim ((gesto))... nem um metro longe da gente assim... embaixo da árvore... bebendo... conversando ali normal... ai o ((nome)) é o qui:: rapaz... elas são minhas filhas... vou ver elas sim... eu falei... óh cara vai embora...cara... que a gente não quer rolo com você... eu não quero rolo com você... ele falou assim:: ... mas eu quero rolo com você... se já arrumou rolo comigo fi... se tá dentro da minha casa... e foi na hora que ele colocou a mão na cint/ na parte das costas... ((mostrando o local com a mão)) puxando alguma:: ... eu achei que ele ia puxar uma faca... uma arma... alguma coisa... a minha reação NA hora... foi de pegar o banco e bati na cabeça dele... joguei na cabeça dele... dai ele caiu... meio que caiu... não chegou a cair completamente no chão... meio que deu uma cambaliada... o ((nome)) saiu correndo... e ele saiu correndo pra trás do poste... eu peguei a moto e sai correndo

**Juiz:** e ele não chegou então... a:: encostar no senhor?

**Réu:** não::

**Juiz:** não... ( )

**Réu:** só de palavra só... nunca agrediu

**Juiz:** e depois que o senhor tacou o banco nele... ele não foi pra cima?

**Réu:** saiu correndo de mim... saiu correndo pro lado da casa dele porque:: é uns trinta metros da casa dele... [qui foi essa confusão/

**Juiz:** [ele falava alguma coisa enquanto ele corria... ou não?

**Réu:** se::mpre falava que me:: ... ia vinga... que eu bati na cabeça de homi... que ia mata eu... que eu sou de facção... não sei o quê... e tal tal tal... que isso não ia fica ::assim... e eu peguei a motinha da ((nome)) e sai correndo... fui embora

**Juiz:** e esse amigo dele... foi junto com ele ou foi pra outro lado?

**Réu:** saiu correndo [também

**Juiz:** [tá

**Réu:** [e eles moram um na frente da casa do outro

**Juiz:** tá... e quem tava ali na frente... se disse que tava o irmão da ((nome))...

**Réu:** tava... na hora... tava o irmão dela... uma mulher que ele tinha na época... uma namorada que ele namora/ uma menina que ele namorava e mais uns três meninos

**Juiz:** sabe o nome de algum?

**Réu:** dos meninos... não

**Juiz:** e o que o senhor fez?... tacou o banco e fez o quê?

**Réu:** eu taquei o banco na cabeça dele... na hora que ele quis cai/ ele tava quase caindo no chão... num tava deitado assim no chão... meio que agachado assim... a motinha da ((nome)) tava ligada ainda... porque na hora que eu vi ele sain/ vi do lado do mato... do trieiro... ele e esse rapaz... eu desci da moto... não fiquei sentado na moto esperando a ((nome))... dai na hora que ele veio eu bat/ nois conversamo... discutimo... ele sempre me xingando... falando que ia mata eu... jurando eu... e matar a ((nome))... e eu falando pra ele... óh cara... vai embora daqui... onze horas da noite se vim vê sua filha... você tava desde de manhã andando no bairro ai... e não veio vê... veio onze horas da noite aqui vê... ele falou assim... dai foi o que ele falou pra mim... que ele ia vê porque a casa era dele... eu tinha tomado a família dele... mas não... a ((nome)) teve outros namorados antes di:: [disso dai

**Juiz:** [tá... vamos voltar lá pro fato então... o senhor tacou o banco na cabeça dele... o senhor disse que ele não chegou a cair... mais ou menos caiu... e ai ele já levantou e foi em direção a casa dele?

**Réu:** haram... voltou pra [casa dele

**Juiz:** [e o senhor... o que o senhor fez imediatamente?

**Réu:** eu tava assim... ((gesto)) perto do meio fio uma motinha estacionada... tipo uma motinha biz... eu subi nela e fui embora

**Juiz:** e por que que o senhor não levou a ((nome)) junto?

**Réu:** porque a ((nome)) saiu correndo pra dentro da casa du:: da casa dela

**Juiz:** tá... mas o senhor foi embora porque imaginou que ele ia volta?

**Réu:** imaginei... porque a família... porque:: ... a casa da ((nome)) é aqui ((gesto))... passa uns vinte metro... nem dá... trinta metro já é a casa dele... o que divide é só um... du:: du trem... eu imaginei qui:: ele ia vim com alguma arma de fogo...

**Juiz:** então... e o senhor num::: ... não resolveu levar a ((nome))?... porque se ele voltasse com a arma de fogo [ele podia

**Réu:** [não... que a ((nome)) já tava com o pai dele... entre o irmão dela... entre a família dela

**Juiz:** aí o senhor pegou e [foi embora

**Réu:** [ele só faz isso com a ((nome))... não faz isso com outra pessoa... só com a ((nome))

**Juiz:** e pra onde que o senhor foi?

**Réu:** eu fui:: ... pro Jardim Santo Antônio

**Juiz:** tá... mais fazê/ pra casa de quem?

**Réu:** pra casa dum amigo meu... dormi lá

**Juiz:** e por que que o senhor resolveu dormir na casa do amigo seu?

**Réu:** porque a polícia tava atrás de mim... falando que eu tava com arma de fogo... essas coisas... e a polícia sempre falando... tipo assim... depois de uns quarenta minutos que eu conversei com a ((nome))... que eu conversei... que aconteceu esse rolo... eu conversei com a ((nome)) por telefone... eu liguei pra ((nome))... falei ((nome)) tô com sua moto... tô de boa... não precisa... tô na casa de um amigo meu... tão rapaz... ai a ((nome)) falou... u... a polícia tá falando de arma... tá falando de arma... só vai soltar eu quando aparecer você... mais nunca bat/ nunca di tiro nele

**Juiz:** tá... deixa eu entender... éh:: desse dia pra trás... o senhor já tinha tido algum problema com a polícia?

**Réu:** não::

**Juiz:** não?

**Réu:** éh:: ... tive uns::: três anos atrás

**Juiz:** antes desse fato aqui?

**Réu:** antes desse fato

**Juiz:** esse fato foi em dois mil e treze... então em dois mil e dez?

**Réu:** éh:: dois mil i::: dez ((balançando a cabeça para os lados))

**Juiz:** o que aconteceu?

**Réu:** eu fui abordado pela polícia... com uma::: ... com uma parada de droga

**Juiz:** sei... i::: essa foi a única passagem que teve pela polícia?

**Réu:** isso... de usuário de droga

**Juiz:** e o senhor já teve algum problema com algum policial?

**Réu:** não::

**Juiz:** nunca teve nenhum problema?

**Réu:** não::

**Juiz:** com nenhum policial?

**Réu:** não::

**Juiz:** não... de ter brigado com alguém:::?

**Réu:** nunca

**Juiz:** i::: ... e por que então... que a polícia inventou a história de arma?... se não teve problema nenhum com policial

**Réu:** porque na hora do::: da briga... a família dele todinha tava perto... a família do ((nome))... eu acho que foi da família dele que saíram com essa conversa... eles que inventaram de tiro... o bairro lá é muito perigoso... Jardim Saiunaara... ele sempre foi perigoso assim... o bairro di::: di essas coisas de tiro... essas coisas assim... entendeu?... e na hora assim... o que aconteceu... com a briga eu sai correndo... eu olhei pá trás e a família dele já tava tudo vindo pra casa da ((nome))

**Juiz:** quem era a família dele?

**Réu:** pai... mãe... filh/ irmão... irmã... tudo vindo pra casa da ((nome))... entendeu?... dai eles que falaram essas coisas ai

**Juiz:** tá... mais o senhor sabe se o ((nome))... ele apareceu baleado... ou no dia seguinte?

**Réu:** não:: ((gesticulando negação com a cabeça, risos))

**Juiz:** não apareceu?

**Réu:** não::: ...

**Juiz:** não...

**Réu:** eu acho qui::: ... se eu tivesse com uma arma de fogo doutor... eu tinha matado ele... porque ele tava::: ... como daqui na mesa do senhor de mim... não tinha como errar aquele cara... se eu tivesse portando uma arma de fogo

**Juiz:** sei:::

**Réu:** entendeu?!

**Juiz:** no dia então... o senhor não tinha arma nenhuma?

**Réu:** arma nenhuma (reparar nesse e nos outros, sempre respondem com as mesmas palavras da pergunta)

**Juiz:** nunca andou armado?

**Réu:** nunca andei armado... senhor... nunca... sempre trabalhei

**Juiz:** tá... éh::: nessa época... que aconteceu isso... o senhor disse que foi embora pra casa do amigo... você falou com a ((nome))... e aí?... voltou no mesmo dia... voltou no dia seguinte?

**Réu:** não::: ... não

**Juiz:** o que o senhor fez?

**Réu:** eu fui volta::: ... eu fui volta pro meu serviço que eu trabalhava na época... na::: na época eu trabalhava na Delta medicamentos... e na pizzaria Di pizza... eu fui voltar pro meu serviço... pra minha casa... uns três dias depois

**Juiz:** tá... o senhor tá me contando que pra se defender... o senhor... na hora que o senhor viu ele levando a mão pra traz... o senhor tacou um banco na cabeça dele?

**Réu:** um banco de madeira

**Juiz:** e se o senhor tava se defendendo... porque o senhor ficou três dias sumido?

**Réu:** por que::: a família dele ficava perseguindo... passando na minha casa... ia onde eu pa/ oficina de moto... consertava minhas motos... falava de mim... falava que ia pegar eu ainda...

**Juiz:** tá... alguma vez o senhor foi na polícia pra registrar ocorrência?... porque se eles tavam te ameaçando

**Réu:** nunca fui... porque nem no bairro minha mãe... uma semana antes de acontecer isso aí... minha mãe tinha falecido... daí::: quando ela faleceu eu mor/ eu fiquei na casa da minha mãe assim... umas duas semanas no máximo... que eu não consegui ficar lá... porque eu morava junto com ela... né... eu fui pá outro bairro... outra região... não morei... não morava no bairro mais

**Juiz:** tá... mais o que eu perguntei pro senhor é... o senhor disse que se sentia ameaçado por ele e pela família... mas o senhor nunca foi na polícia [registrar ocorrência

**Réu:** [num fui

**Juiz:** e por que não registrou?... [se tem alguém que ameaça...

**Réu:** [porque eu não morava mais no bairro... eu morava do outro lado da cidade... não tinha mais contato assim... de passar por perto... passar em esquina ::deles

**Juiz:** tá... mas o senhor namorava a ((nome))... ia na casa da família da ((nome))... a ((nome)) morava na frente...

**Réu:** a ((nome))... não fui mais na casa da ((nome))... depois que aconteceu isso aí... eu e a ((nome)) ficamo uns quatro meis... daí eu/ nois separamo... eu me casei de novo... separei... agora estou com a ((nome))

**Juiz:** tá... éh::: na época o senhor disse que trabalhava na Delta medicamentos?

**Réu:** Delta medicamentos

**Juiz:** era entregador... é isso?

**Réu:** entregador

**Juiz:** lembra mais ou menos o que o senhor tirava de salário?... no final do mês

**Réu:** na Delta medicamentos... eu ganhava::: com desconto tudo... a minha comissão... mil setecentos... mil e oitocentos reais

**Juiz:** e o senhor tinha um outro emprego também?

**Réu:** na pizzaria Di pizza... ali eu tirava dois e meio... três mil reais na pizzaria

**Juiz:** nessa época... o senhor sustentava alguém?

**Réu:** [não:::

**Juiz:** [não... com o dinheiro

**Réu:** juntava pra comprar um carro pra mim... essas coisas

**Juiz:** o dinheiro que o senhor tinha era pro senhor?... morava... o senhor disse que morava na casa com a mãe...

**Réu:** eu morava na casa da mãe...

**Juiz:** na época o senhor não tinha filho?

**Réu:** não tinha filho... nada

**Juiz:** depois que aconteceu isso... o senhor continuou com a ((nome)) por mais quanto tempo?

**Réu:** eu acho que foi uns::: quatro meses

**Juiz:** quatro meses... e por que vocês terminaram?

**Réu:** porque::: muito distância... muito::: ... não tinha mais assim... eu acho que perdeu um pouco u::: quando aconteceu isso aí... acho que perdeu um pouco o que eu sentia por ela... entendeu... daí::: foi indo... foi indo... foi indo chegou num dia eu liguei pra ela... ((nome))... vamo ficar cada um em seu canto... e ficou

**Juiz:** tá... e o senhor hoje já tá em um outro relacionamento?

**Réu:** tô:::

**Juiz:** tem quanto tempo?

**Réu:** já vai fazer quatro anos

**Juiz:** quatro anos... tem um filho... né?

**Réu:** uma filha... de sete meses

**Juiz:** o senhor ajuda no sustento da filha... da esposa também?

**Réu:** ajudo

**Juiz:** a esposa trabalha fora?

**Réu:** trabalha... trabalha junto... eu... minha esposa e minha sogra

**Juiz:** éh:::

**Réu:** a minha esposa e minha sogra têm uma loja de usados... na avenida Julho de Castilho

**Juiz:** ah tá... i::: depois desse fato... o senhor teve algum::: envolvimento com polícia... com processo... não?

**Réu:** não

**Juiz:** pelo que o senhor tá me falando então... dois episódios na vida do senhor... um... três anos antes disso...

**Réu:** isso

**Juiz:** por porte de droga

**Réu:** usuário de droga

**Juiz:** e depois...esse episódio

**Réu:** esse episódio

**Juiz:** na época que aconteceu isso... o senhor fazia uso de droga?

**Réu:** na época que aconteceu isso... eu::: fazia ainda... usava

**Juiz:** que droga que o senhor usava?

**Réu:** substância cocaína

**Juiz:** cocaína... i::: depois parou... continuou... como é que foi?

**Réu:** parei... já faz... vai/ desde::: ... vai fazer três anos e sete meis que eu tô com a ((nome))... vai fazer... mais... quatro ano e um mês que eu não uso mais... eu acho

**Juiz:** tá... nesse dia o senhor tinha feito uso?

**Réu:** não:::

**Juiz:** não... na véspera tinha feito uso?... não

**Réu:** não... num era assim... todo dia... o meu uso/ o meu vício não era todo dia... era assim... de sábado pra domingo... por que eu trabalhava demais... eu trabalhava... eu entrava seis e quarenta na São Leopoldo... saía seis da tarde... e seis e meia eu entrava na pizzaria e saía meia noite... daí não tinha:::

**Juiz:** ministério público... algum esclarecimento? ((passou a palavra para o defensor público))

## **ANEXOS**

ANEXO A – Plataforma do sítio “audiências *on-line*”

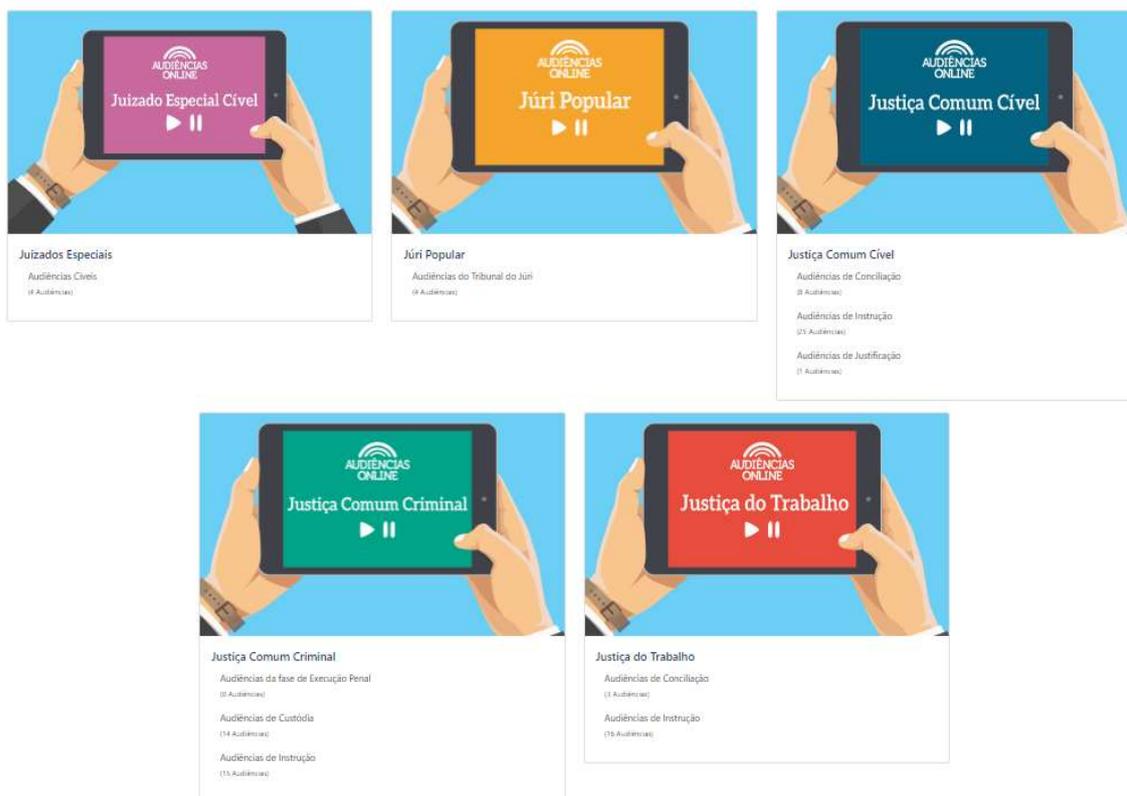
ANEXO B – Peças do processo do júri popular 01

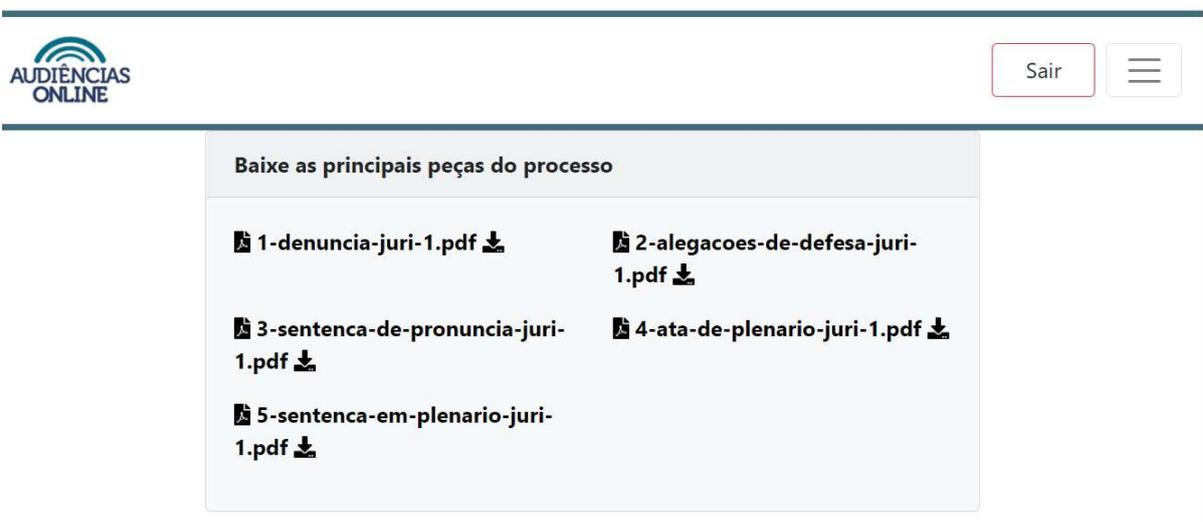
ANEXO C – Peças do processo do júri popular 02

ANEXO D – Peças do processo do júri popular 03

ANEXO E – Peças do processo do júri popular 04

## ANEXO A – Plataforma do sítio “audiências *on-line*”



**ANEXO B – Peças do processo do júri popular 01**

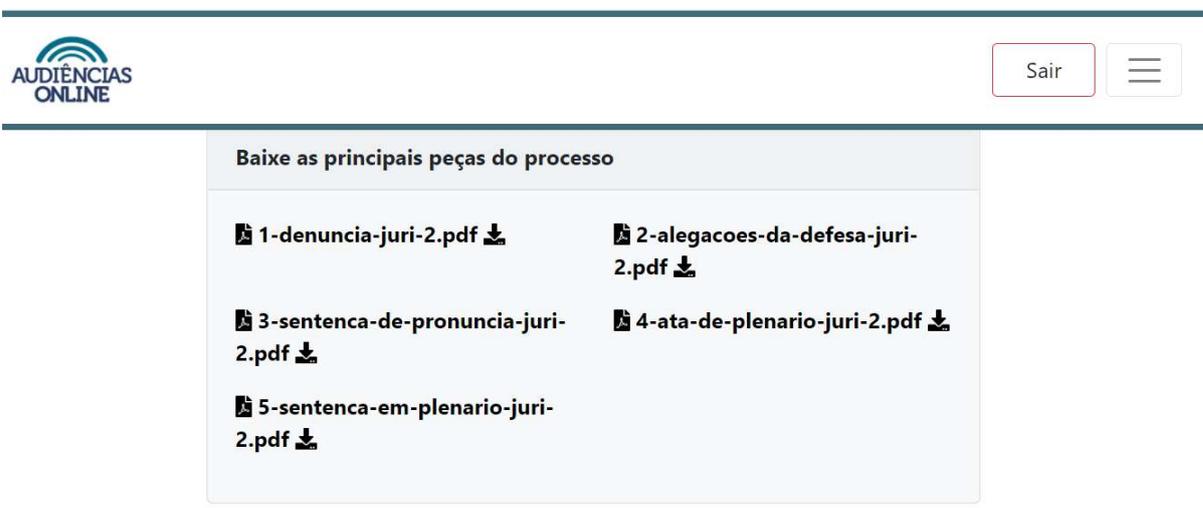
The screenshot shows a web interface with a header bar. On the left, there is a logo for 'AUDIÊNCIAS ONLINE' consisting of a blue arc above the text. On the right, there is a 'Sair' button and a menu icon (three horizontal lines). Below the header, a light blue box contains the heading 'Baixe as principais peças do processo' and a list of five PDF files, each with a document icon and a download arrow icon.

**AUDIÊNCIAS ONLINE**

Sair

Baixe as principais peças do processo

- 1-denuncia-juri-1.pdf
- 2-alegacoes-de-defesa-juri-1.pdf
- 3-sentenca-de-pronuncia-juri-1.pdf
- 4-ata-de-plenario-juri-1.pdf
- 5-sentenca-em-plenario-juri-1.pdf

**ANEXO C – Peças do processo do júri popular 02**

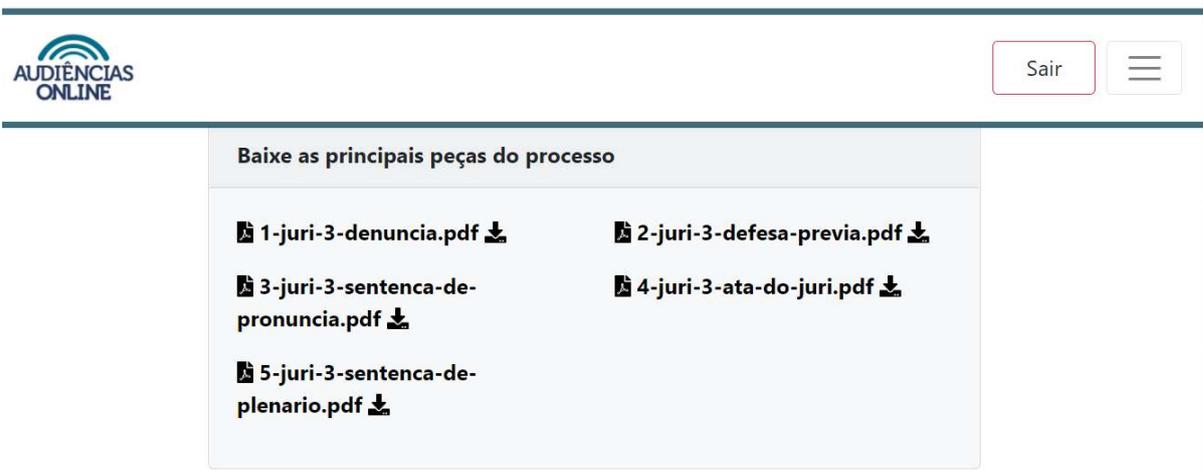
The screenshot shows a web interface with a header bar. On the left, there is a logo for 'AUDIÊNCIAS ONLINE' consisting of a blue arc above the text. On the right, there is a 'Sair' button and a menu icon (three horizontal lines). Below the header, a light blue box contains the heading 'Baixe as principais peças do processo' and a list of five PDF files, each with a document icon and a download arrow icon.

**AUDIÊNCIAS ONLINE**

Sair

Baixe as principais peças do processo

- 1-denuncia-juri-2.pdf
- 2-alegacoes-da-defesa-juri-2.pdf
- 3-sentenca-de-pronuncia-juri-2.pdf
- 4-ata-de-plenario-juri-2.pdf
- 5-sentenca-em-plenario-juri-2.pdf

**ANEXO D – Peças do processo do júri popular 03**

The screenshot shows a web interface with a header bar. On the left, there is a logo for 'AUDIÊNCIAS ONLINE' consisting of a blue arc above the text. On the right, there is a 'Sair' button and a menu icon (three horizontal lines). Below the header, a light blue box contains the heading 'Baixe as principais peças do processo'. Underneath, five PDF files are listed, each with a document icon and a download arrow icon:

- 1-juri-3-denuncia.pdf
- 2-juri-3-defesa-previa.pdf
- 3-juri-3-sentenca-de-pronuncia.pdf
- 4-juri-3-ata-do-juri.pdf
- 5-juri-3-sentenca-de-plenario.pdf

## ANEXO E – Peças do processo do júri popular 04



Sair



## Baixe as principais peças do processo

1-denuncia-juri-popular-4.pdf 

2-defesa-previa-juri-popular-4.pdf 

3-sentenca-de-pronuncia-juri-popular-4.pdf 

4-recurso-contr-a-sentenca-de-pronuncia-juri-popular-4.pdf 

5-contrarrazoes-ao-recurso-contr-a-sentenca-de-pronuncia-juri-popular-4.pdf 

6-decisao-do-tribunal-de-justica-juri-popular-4.pdf 

7-ata-de-julgamento-do-juri-popular-juri-popular-4.pdf 

8-sentenca-proferida-em-plenario-juri-popular-4.pdf 